

BOLETIM INFORMATIVO: DEFENSORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1º SEMESTRE DE 2022

Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos (DNDH)

Defensor Nacional de Direitos Humanos:

Dr. André Ribeiro Porciúncula

Defensor Nacional de Direitos Humanos Substituto:

Dr. Andre Carneiro Leão

Coordenação de Tutela Coletiva (CTCO):

Anita Mendonça

Coordenação de DRDH's (CODR):

Sandro Alves

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

SBS Quadra 2, Bloco H, Lote 14 - Bairro Asa Sul - CEP 70070-120 - Brasília - DF

- <http://www.dpu.gov.br/>

RMA - JANEIRO	4
RMA - FEVEREIRO	12
RMA - MARÇO	24
RMA - ABRIL	37
RMA - MAIO	53
RMA - JUNHO	71

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - JANEIRO

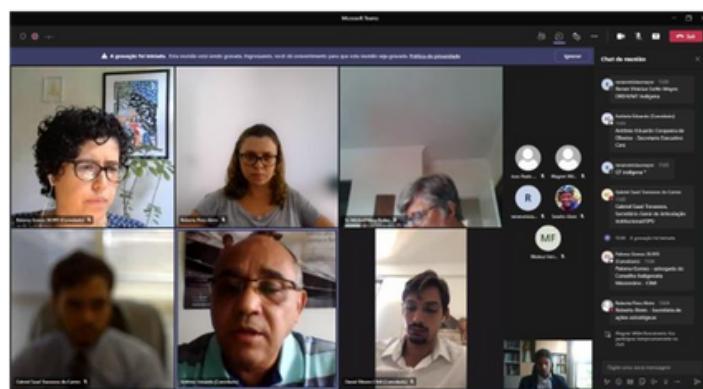
— Reuniões e encaminhamentos

12/01/2022 - Reunião ADI 5447 - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Suspensão do período de defeso da pesca por ato do executivo. violação ao princípio da precaução. ameaça à fauna brasileira, à segurança alimentar e à pesca artesanal;

13/01/2022 - (1) Reunião Comissão Heteroidentificação; (2) Reunião com a CCR-Cível - Auxílio emergencial;

14/01/2022 - Reunião com o GT Moradia;

17/01/2022 - Reunião DPU com a CMI - Memória de reunião nº **4947401** - Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Brasil;



18/01/2022 - (1) Reunião com a WWF - Seminário Garimpo; (2) Reunião DPU com a ABRAM

- Memória de reunião nº **4947456** - Atuação da DPU a favor dos interesses da ABRAM no Comitê Executivo Nacional do Comitê Organizador do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução de Demandas de Assistência à Saúde;

19/01/2022 - (1) Reunião processo seletivo simplificado para estagiário; (2) Reunião com a comissão de heteroidentificação;

20/01/2022 - (1) Reunião curso de formação de Defensores Populares; (2) Reunião CNJ - Fazenda Brasil Verde;

21/01/2022 - Reunião MPF - Palmares;

24/01/2022 - (1) Reunião visita DPU/SP Santos; (2) Reunião estudantes quilombolas; (2) Reunião CCR Previ e SAJ - Casa de Fogos - Processo SEI nº 08038.000300/2022-97; (2) Reunião PDNU;

27/01/2022 - (1) Reunião atuação em Aux. Financeiro Emergencial; (2) Reunião AASTF;

— Publicações e Entrevistas

Defensores de Direitos Humanos da DPU emitem nota técnica sobre vacinação em crianças

 Criado: 10 Janeiro 2022

covid-19 vacina

Brasília – O defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH) em exercício da Defensoria Pública da União (DPU), André Carneiro, Leão, em conjunto com defensores regionais de Direitos Humanos emitiram uma nota técnica com orientações jurídicas, no último sábado (08), sobre a vacinação contra a Covid-19 em crianças entre 5 e 11 anos de idade. Segundo o documento, a imunização é um direito fundamental à saúde e à vida, bem como um dever do Estado.

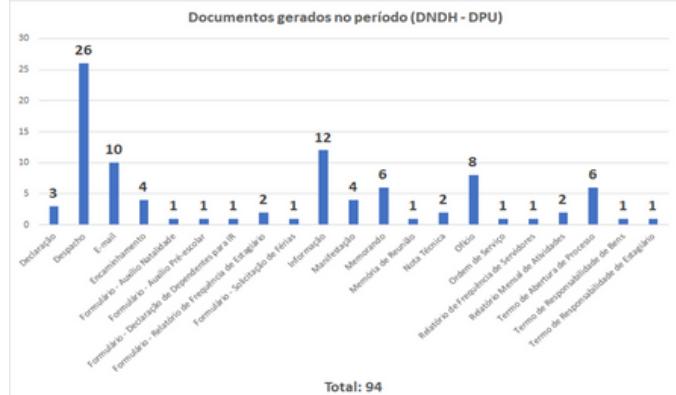
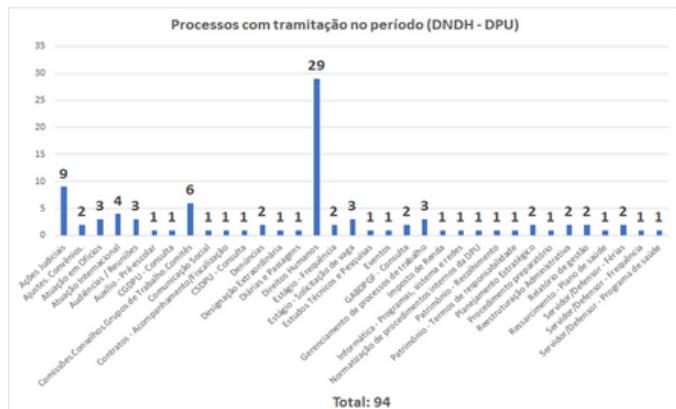
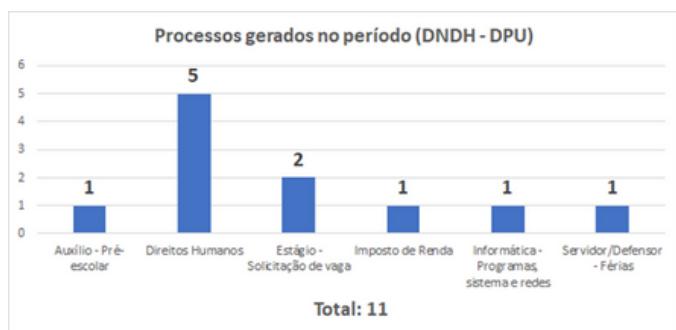
A nota técnica destaca que a controvérsia com relação ao tema surgiu após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar a imunização em crianças de 5 a 11 anos e alguns grupos colocarem em dúvida a eficácia da vacinação nesse grupo social, mesmo sem respaldo científico.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/66191-defensores-de-direitos-humanos-da-dpu-emitem-nota-tecnica-sobre-vacinacao-em-cri>



Disponível em: <https://youtu.be/svJ6uwBczw8>

— Estatísticas da Unidade no Período (Janeiro 2022)



— Publicações e Entrevistas

Defensores de Direitos Humanos da DPU emitem nota técnica sobre vacinação em crianças

 Criado: 10 Janeiro 2022

covid-19 vacina

Brasília – O defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH) em exercício da Defensoria Pública da União (DPU), André Carneiro, Leão, em conjunto com defensores regionais de Direitos Humanos emitiram uma nota técnica com orientações jurídicas, no último sábado (08), sobre a vacinação contra a Covid-19 em crianças entre 5 e 11 anos de idade. Segundo o documento, a imunização é um direito fundamental à saúde e à vida, bem como um dever do Estado.

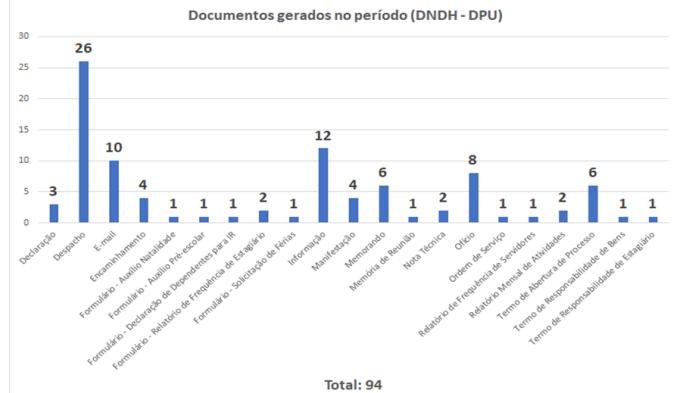
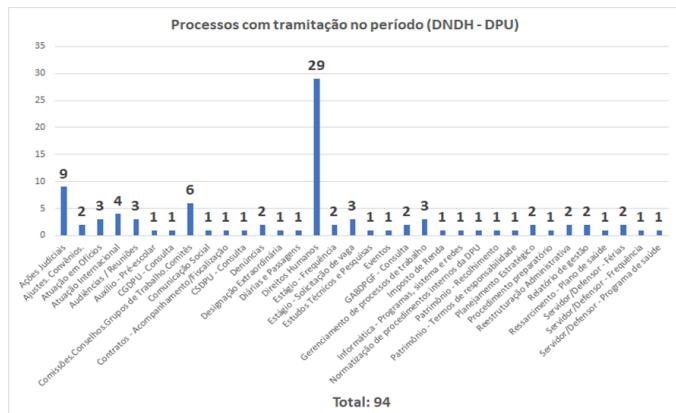
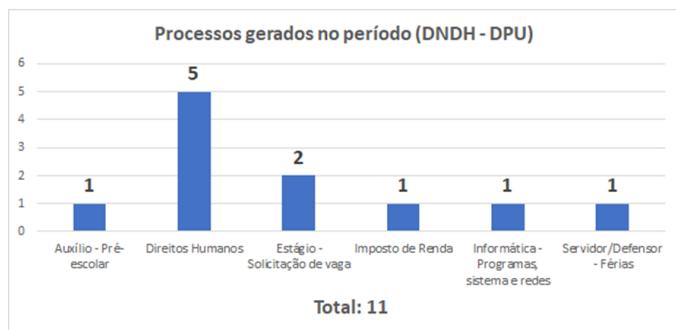
A nota técnica destaca que a controvérsia com relação ao tema surgiu após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar a imunização em crianças de 5 a 11 anos e alguns grupos colocarem em dúvida a eficácia da vacinação nesse grupo social, mesmo sem respaldo científico.

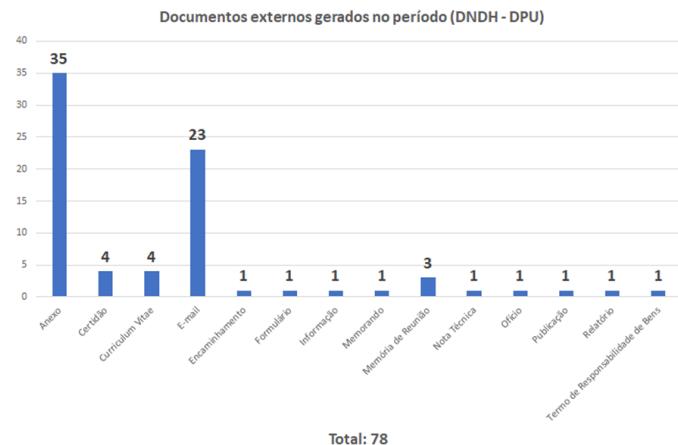
Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/66191-defensores-de-direitos-humanos-da-dpu-emitem-nota-tecnica-sobre-vacinacao-em-cri>



Disponível em: <https://youtu.be/svJ6uwBczw8>

— Estatísticas da Unidade no Período (Janeiro 2022)





— Processos Instaurados na Unidade

08038.000408/2022-80 - Termo de abertura de processo nº 4930257 - Processo instaurado considerando a necessidade de organização da memória do processo seletivo simplificado para estagiário de Pós-graduação no âmbito do DNDH;

08038.000282/2022-43 - Termo de abertura de processo nº 4922159 - Processo SEI aberto ante as informações trazidas, através da abertura do PAJ 2021/001-10345, referente as publicações pelo Ministério da Saúde quanto à exigência pela União, de prescrição médica e autorização parental para vacinação a menores maiores de 5 (cinco) anos de idade e Sars Covid-19, apesar da autorização/recomendação da ANVISA de tal procedimento, desde que com imunizante da marca Pfizer.

08038.000300/2022-97 - Termo de abertura de processo nº 4923425 - Processo instaurado no âmbito do DNDH para acompanhar os desdobramentos da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus Vs. Brasil";

08038.000968/2022-34 - Termo de abertura de processo nº 4958237 - Processo instaurado no âmbito do DNDH para viabilizar a produção e a divulgação pela ASCOM da Recomendação ao Ministério da Saúde sobre o tema;

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.021949/2021-61 - Despacho DPU/DNDH nº 4921365 - Demandas previdenciárias. Caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus Vs. Brasil" - Determinou a instauração de Processo SEI específico no âmbito da DNDH, vinculado ao presente processo;

08038.015536/2021-47 - Despacho DPU/DNDH nº 4934908 - Encaminhamentos relativos a reunião realizada com a Câmara de Coordenação e Revisão;

08038.023981/2021-81 - Despacho DPU/DNDH nº 4942449 - Informações do Ministério do Trabalho sobre Fiscalizações e Inspeções;

08038.000459/2022-10 - Despacho DPU/DNDH nº 4950743 - Recebimento de denúncia acerca da vacinação de crianças contra a covid-19;

08038.016701/2021-88 - Despacho DPU/DNDH nº 4959566 - Ajustes de vínculos nos sistemas do INSS;

08038.016800/2021-60 - Ofício nº 4920607 - DPU/DNDH - Pedido de prorrogação de prazo para complemento de informações acerca da Recomendação 4340331 DPGU/DNDH;

08038.000201/2022-13 - Ofício nº 4921866 - DPU/DNDH - Encaminha Nota Técnica do Sistema de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União sobre aspectos jurídicos da vacinação de crianças;

08038.000254/2022-26 - Despacho DPU/DNDH nº 4928580 - Determinou a elaboração de minuta de ofício à FUNAI solicitando que sejam fornecidas as razões de fato e de direitos que justificaram e motivaram o ato administrativo discutido neste processo.

08038.019571/2021-35 - Despacho DPU/DNDH nº 4933231 - Descumprimento de prazos pelo INSS;

08038.024311/2021-81 - Ofício nº 4920758- DPU/DNDH - Contratação irregular de profissionais de saúde pelo Estado da Bahia;

— Administrativo/Secretaria

08038.000081/2022-46 – Escala de Trabalho (terceirizados) -Informação nº 4914642;

08038.003563/2018-71 – Relatório de Frequência dos Servidores - Janeiro /2022 nº 4966207;

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados que atendem à DPGU e Unidades DPU em Brasília - Período compreendidos de 01 a 28 de fevereiro de 2022 - 4914642;

08038.015536/2021-47 - Despacho DPU/DNDH nº 4932102 - Determinou o agendamento de reunião com o Secretário Executivo do Ministério da Cidadania;

08038.019571/2021-35 - Ofícios nº 4934844/4933779 - DPU/DNDH - Convite

para participação como integrante de Comissão Extraordinária de Heteroidentificação no Gabinete do DNDH;

08038.015536/2021-47 - Memorando nº 4956549 - Mudança da Sede da DPU - Sala do DNDH;

08038.000954/2022-11 - Memorando nº 4956775 - Fábrica de Software - Aplicativo de Aperfeiçoamento de Buscas de Ações Coletivas;

08038.000408/2022-80 - Declarações de participação em Comissão de Heteroidentificação de Candidatos/as que se Autodeclararam Negros/as para a vaga de estágio de Pós-Graduação no Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos, nº 4950523, 4950569, 4950576;

08038.021046/2021-80 - Informação nº 4956188 - Ação de Recolhimento dos materiais inservíveis/obsoletos;

08038.000104/2022-12 - Informação nº 4956318 - Disponibilidade do Gabinete do Exmo. Defensor Nacional de Direitos Humanos, no 12º andar, ao dia 28 de janeiro de 9h às 12h e de 13h às 17h, para realização do levantamento e a colagem de novas etiquetas nos patrimônios;

08038.000949/2022-16 - Formulário - Solicitação de férias nº 4956445 (Sandro Alves);

08038.000189/2022-39 - Memorando nº 4921085 - Auxílio pré-escolar;

08038.000271/2022-63 - Memorando nº 4921588 - Imposto de Renda;

08038.000021/2022-23 - Frequência estagiários - E-mail nº 4919755;

08038.000957/2022-54 - Frequência estagiários - Relatório nº 4964059;

08038.000659/2022-64 - Memorando nº 4943759 - Contratação da Estagiária de Pós Graduação como candidatos/as que se Autodeclararam Negros/as para a vaga no Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos;

08038.000939/2022-72 - Novo Agente de Integração de Estágio - Procedimentos, Memorando nº 4958688;

08038.000553/2022-61 - Normatização de orientações e medidas sanitárias para retorno das atividades presenciais no âmbito da administração superior da Defensoria Pública da União em face da pandemia SARS-CoV-2;

— No âmbito dos DRDHs/CODR

08038.024371/2021-02 - Despacho DPU/DNDH nº 4943670 - Adiamento do Encontro de DRDHs;

08139.000736/2021-67 - Encaminhamento DPGU/DNDH nº 4917824 - Memorando DRDH MG;

- 4911792 através do qual o ilustre DRDH/MG informa período de gozo de férias;

08038.025945/2021-51 - Manifestação DPGU/DNDH nº 4930494 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH;

08038.021949/2021-61 - Manifestação DPGU/DNDH nº 4941337 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH;

08143.000011/2022-91 - Manifestação DPGU/DNDH nº 4953352 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH;

08038.000881/2022-67 - Manifestação DPGU/DNDH nº 4958057- Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH;

08038.000346/2022-14 - Despacho DPU/DNDH nº 4937548 - Indeferimento de renovação de certificação CEBAS de instituição benficiente de assistência social (Instituição Beneficente Conceição Macedo - IBCM);

— No âmbito da CTCO

Pajs Enviados/Abertos - Janeiro/2022

2021/001-10345 - Paj criado ante informações publicadas pelo Ministério da Saúde quanto à exigência pela União de prescrição médica e autorização parental para vacinação a menores maiores de 5 (cinco) anos de idade X Sars Covid-19 apesar da autorização/recomendação da ANVISA de tal procedimento, desde que com imunizante da marca Pfizer;

2022/002-00023 - Pedido de amicus curiae contra a ação civil pública número 1048310- 93.2021.4.01.3500, feito pela associação de acolhimento à pessoa com paralisia cerebral;

2022/016-00053 - Liberação de dados biométricos e biográficos de cidadãos pelo governo, para acesso aos dados no bancos;

2022/017-00018 - Afastar o requisito da carência e aceitar períodos especiais convertidos pós EC 103/19 para fins de concessão da aposentadoria programada

por idade. O INSS continua exigindo tal requisito por meio de portaria e, com isso, continua não computando períodos convertidos e indenizados, dentre outros, que não se inserem no conceito de carência, mas, valem para efeito de TC, que é um requisito mais abrangente e, neste ponto, revela-se mais favorável ao acesso às aposentadorias, sobretudo para quem sempre esteve exposto a agentes nocivos: o trabalhador mais carente;

2021/003-04769 - Violação de direitos na desafetação do Projeto de Assentamento Ressaca para destinação ao Projeto Minerário Volta Grande, de titularidade da Belo Sun Mining Corp;

2021/015-02057 - Analisar as medidas cabíveis em relação ao retorno das aulas presenciais da Universidade Federal do Piauí, sem que tenha sido garantido aos estudantes os benefícios assistenciais tais como funcionamento do restaurante universitário, residência universitária e bolsas de assistência e permanência estudantil, dentre outros;

2021/014-04810 - Eletrificação do território ocupado pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Vargem Comprida, em Palmas de Monte Alto/BA;

2021/007-03695 - Acompanhamento dos abrigos destinados aos moradores de rua de Manaus durante a pandemia de Covid-19;

2022/014-00075 - Fornecimento do eculizumabe para tratamento da Hemoglobinúria Paroxística Noturna no âmbito do Sistema Único de Saúde;

2022/003-00123 - Morosidade na concessão de visto humanitário para afegãos/ãs;

2022/005-00033 - PAJ aberto sobre Imigrantes que enfrentam saga para registrar filhos brasileiros. Segundo os relatos, alguns cartórios do Estado de Roraima estariam impondo dificuldades indevidas ao registro de nascimento de crianças brasileiras filhas de imigrantes, a exemplo da exigência de comprovante de residência definitiva dos pais e provas adicionais de que o nascimento ocorreu no Brasil, inclusive nos casos em que foi expedida declaração de nascido vivo indicando o hospital ou maternidade em que o parto ocorreu;

2022/014-00121 - Vacinação do público infantil contra a Covid-19 na Bahia;

2022/003-00125 - Conflitos possessórios do Quilombo Rosário, localizado em Salvaterra/PA;

2022/003-00184 - Demandas atinentes à Reserva Extrativista Verde Para Sempre: regularização fundiária, fiscalização ambiental e planos de manejo;

2022/001-00328 - Trata-se de PAJ instaurado com o objetivo de verificar a possibilidade de edição de regulamento para definição dos termos em que poderá ser realizada a devolução parcelada do auxílio emergencial;

2022/035-00175 - Uso do nome social nos procedimentos da UFC;

2022/015-00014 - Pessoas em trânsito pela br 343;

2021/003-04808 - Regularização fundiária em prol das famílias ocupantes da Fazenda Triângulo, localizada em Goianésia do Pará;

2021/008-01068 - Trata de demanda que envolve a política de reforma agrária brasileira. O caso em si comporta diversos elementos questionáveis da perspectiva individual de violação do direito à terra e das condições de crédito e moradia à pessoa hipossuficiente e de baixa renda;

2022/005-00036 - PAJ aberto a partir de relatos recebidos pela DPU indicando que algumas companhias aéreas que operam no Estado de Roraima estariam recusando o embarque de crianças e adolescentes, mesmo acompanhados pelos responsáveis, que apresentam como documento o protocolo de autorização de residência;

2015/001-03584 - AJ instaurado a pedido dos ofícios previdenciários da DPU/DF, com o objetivo de compelir o INSS a processar/formalizar devidamente os pedidos de acerto de vínculos e remunerações nos sistemas da Previdência Social;

2022/016-00456 - Exigência de termos de responsabilidade para vacinação de crianças em Itaguaí e demais cidades fluminenses;

2022/005-00037 - PAJ aberto por deliberação do Comitê Pacaraima, com o propósito de acompanhamento das políticas públicas destinadas a efetivar os direitos fundamentais da população migrante no Estado de Roraima;

2015/001-03584 - PAJ instaurado a pedido dos ofícios previdenciários da DPU/DF, com o objetivo de compelir o INSS a processar/formalizar devidamente os pedidos de acerto de vínculos e remunerações nos sistemas da Previdência Social;

04 PAJs coletivos arquivados: 2018/035-0233, 2020/017-04712, 2017/035-04663, 2021/017-00178.

Reuniões	10	-
Notas Técnicas	01	SEI 4918342

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - FEVEREIRO

— Reuniões e encaminhamentos

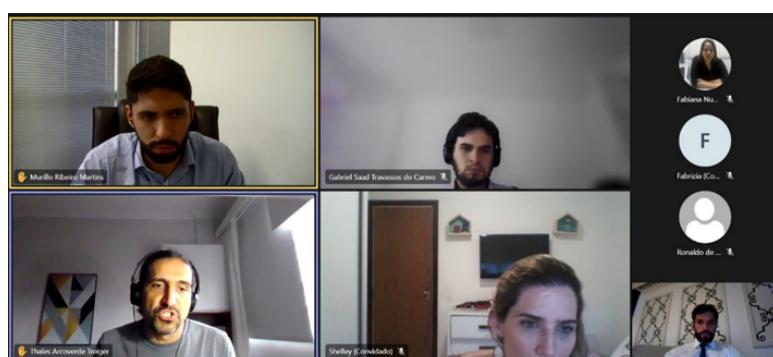
09-02-2022 - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional;



10-02-2022 - Reunião GT comunidades tradicionais;



16-02-2022 - Reunião DNDH, DRDH's RJ, SGAI, SAJ e DPF's da unidade Niterói;



17-02-2022 - Reunião DNDH e Assero Especial para Casos de Grande Impacto Social da SGAI;



17-02-2022 - Reunião do Fórum Nacional de Saúde;



21-02-2022 - Reunião com a ASPLAN sobre plano de trabalho de metas intermediárias;

21-02-2022 - Reunião com a FENAQ, GTCT e SAGAI;



22-02-2022 - Reunião com o DRDH/MT, DRDH/CE e DRDH/GO;

24-02-2022 - Reunião com a coordenadora da CCR-Cível;



— Publicações e Entrevistas

Nota pública - Repúdio ao discurso de ódio e à apologia a ideias nazistas em episódio de podcast

Criado: 08 Fevereiro 2022

dndh DPGF

A Defensoria Pública da União – através do Defensor Público-Geral Federal, no exercício das atribuições delineadas no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 80/1994, e da Defensoria Nacional de Direitos Humanos, no exercício de suas atribuições insculpidas no art. 4º, incs. V, VII e X, bem como no art. 8º, II, ambos da Lei Complementar nº 80/1994, e no art. 134 da Constituição Federal – vem a público repudiar com veemência o vídeo amplamente divulgado no episódio 545 do Podcast Flow, que retrata como fato natural e – pior – como direito fundamental à liberdade de expressão a possibilidade de defesa de atos nazistas, odiosos, hostis e perniciosamente discriminatórios contra judeus.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/66605-nota-publica-repudio-ao-discurso-de-odio-e-a-apologia-a-ideias-nazistas-em-episodio-de-podcast>

DPU debate sobre políticas públicas em Fórum Nacional de Saúde

Criado: 18 Fevereiro 2022

saúde dndh

Brasília - Para debater sobre judicialização e políticas públicas, o Fórum Nacional de Saúde reuniu-se virtualmente nesta quinta-feira (17) sob nova presidência. Na ocasião, o defensor nacional dos Direitos Humanos (DNDH) da Defensoria Pública da União (DPU), André Porciúncula, representou o órgão.

Presidido pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Richard Pae Kim, o Fórum também recebeu o desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, Mário Albiani; o desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Gebran Neto; o juiz federal do TRF4º, Clênio Schulze; o defensor do Distrito Federal, Ramito Sant'ana; a procuradora do Ministério Público Federal, Aline Caixeta; dentre outras autoridades.



Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/66795-dpu-debate-sobre-politicas-publicas-em-forum-nacional-de-saude>

Na oportunidade, foram discutidas ações de atualização do E-NATJUS, que é um banco nacional de pareceres a serviço dos magistrados para subsidiar suas decisões; o acesso à saúde pública de qualidade; política de instituição de prontuário eletrônico integrado e interoperabilidade entre os sistemas de controle de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); como otimizar o procedimento de resarcimento do Ministério da Saúde/União aos entes federados onde houver a condenação judicial daquela transitada em julgado; e a revisão integral da Tabela Câmara do Mercado de Medicamentos, a fim de ajustar os valores dos medicamentos segundo valores praticados no mercado, bem como a readequação dos valores do Preço Máximo Governo.

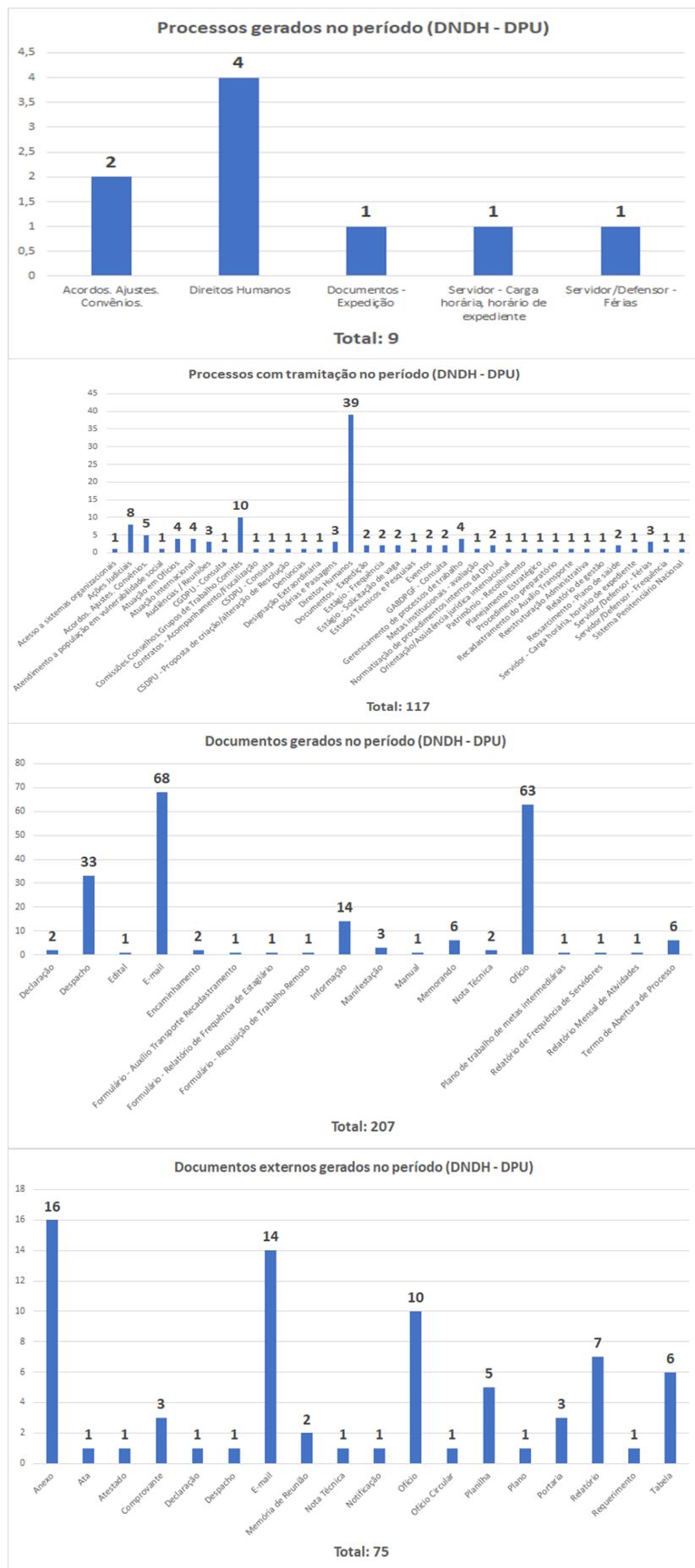
ODIA

Benefício do INSS está atrasado? Segurados podem receber juros

O defensor nacional de Direitos Humanos, da Defensoria Pública da União (DPU), André Ribeiro Porciúncula, considera como "problema estrutural" a lentidão na conclusão de alguns procedimentos administrativos. Mas ele lembra que alguns problemas ocasionados pela pandemia de covid-19 agravaram a situação de quem espera por um benefício assistencial ou previdenciário.

Disponível em:
<https://odia.ig.com.br/economia/2022/02/6345279-beneficio-do-inss-esta-atrasado-segurados-podem-receber-juros.html>

— Estatísticas da Unidade no Período (Fevereiro 2022)



— Processos Instaurados na Unidade

08038.001186/2022-12 - Processo instaurado para acompanhamento e providências relacionadas ao Convênio DRDH-MA GTs. Despacho (4970125);

08038.001457/2022-30- Processo instaurado a fim de verificar possibilidade e forma de compatibilizar o sistema e-SIC para aquelas Defensorias Regionais de Direitos Humanos que possuírem interesse em fazer uso do sistema. Despacho (4998417);

08038.001549/2022-10 - Processo instaurado para tratar sobre a divulgação do discurso de ódio por meio do episódio 545 do Flow Podcast e viabilizar a divulgação de Nota Pública pela ASCOM. Despacho (4994496), Nota Pública (4988494);

08038.001604/2022-71 - Processo instaurado em função do Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) nº 2021/008-01068, por meio do qual o Exmo. Defensor Regional de Direitos Humanos de Porto Velho/RO identifica possíveis violações coletivas do direito à terra e à reforma agrária da população hipossuficiente do Estado do Acre, em razão de possível falha na execução da política de reforma agrária imputável ao INCRA. Despacho (4991726);

08038.001875/2022-27 - Processo instaurado para prestar orientação jurídica de natureza coletiva e de âmbito nacional à população em função de Estado de calamidade pública decretado no município de Petrópolis/RJ em decorrência de intensas chuvas. Necessidade de adoção de medidas emergenciais de proteção social;

08038.002255/2022-13- Processo instaurado para a disponibilização de Nota Técnica acerca da declaração da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Exma. Sra. Michelle Bachelet, a respeito da "Igualdade de acesso à justiça para todos: um elemento necessário da democracia, do estado de direito e da proteção dos direitos humanos" durante a Terceira Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito, em 16 de novembro de 2021. Nota Técnica (5027515);

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.001501/2022-10 - Processo trata de força tarefa solicitado pela Federação Nacional das Associações Quilombolas – FENAQ com a DPU. Despacho (4988431);

08038.001602/2022-82 - Determinação da Ministra Relatora Rosa Weber para que a DPU preste informações na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 939;

08038.002189/2022-73 - Consulta individualizada de acesso público das famílias analisadas como elegíveis, para seleção segundo dotação orçamentária, do Programa Auxílio Brasil (MP 1.0061/2021 convertida na Lei 14.284/2021 e regulamentada pelo Decreto 10.881/2021) e do Auxílio Gás dos Brasileiros (Lei 14.237/2021);

08038.001491/2022-12 - Existência de novo PL para prorrogação do prazo da Lei n. 13.876, de 20 de setembro de 2019, que trata sobre honorários periciais no âmbito do INSS. Despacho (5012760);

08166.000142/2021-29 - Solicitação de atuação estratégica. Despacho (5015010);

08184.000175/2022-31 - Memorando nº 4985516/2022 - DPU SP/GABDPC SP/3OFC SP, que solicitou a adoção de medidas jurídicas cabíveis para sancionar nas esferas criminal e cível o apresentador Bruno Aiub, popularmente conhecido pela alcunha "Monark" (Flow Podcast). Despacho (4986880);

08133.000032/2022-25 - Envio de Ofícios e Nota técnica para legitimados à propositura de ADI sobre a previsão normativa contida na Medida Provisória 1.039 de 18.03.2021, que, embora não convertida em lei, seguiu regendo o prazo prescricional sobre o direito de demandar quanto o auxílio emergencial 2021. Ofícios: 5028020, 5028491, 5029719, 5029745, 5029780, 5029842, 5029855, 5029864, 5029873, 5029879, 5029887, 5029901, 5029907, 5029914, 5029920, 5029932, 5029940, 5029954, 5029957, 5029963, 5029969, 5029974, 5029982, 5029991, 5030000, 5030009, 5030020, 5030027, 5030032, 5030065, 5030072, 5030079, 5030321, 5030324, 5030328, 5030338, 5030343, 5030349, 5030353, 5030363, 5030372, 5030379, 5030384, 5030386, 5030390, 5030393;

08038.001474/2022-77 - Participação em evento "Garimpo, contaminação mercurial e direito à saúde na Amazônia". Despacho (4990095), Despacho (5004861);

08038.011701/2021-91 - Habeas Corpus nº 165.704 - Substituição da prisão cautelar dos pais e responsáveis por crianças menores e pessoas com deficiência por prisão domiciliar. Encaminhamento (4987049), Despacho (4983388);

08038.008609/2017-68 - Admissibilidade do caso "Daniel Nitzsche Starling versus República Federativa do Brasil" pela CIDH. Petição P-724-13. Despacho (5023464);

08038.017690/2021-53 - Reiteração de solicitação de informações sobre o acesso de quilombolas e indígenas ao PBP e o contexto de pandemia - agendamento de reunião. Informação (4975803), Ofício (5000897);

08038.018253/2021-57 - Requerimento do Deputado Túlio Gadelha para

atendimento, em caráter de urgência, das demandas relativas ao desbloqueio do auxílio emergencial de unidades familiares de monoparentais. Despacho (4984780);

08038.019571/2021-35 - Subsídios para manifestação nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF - que questiona o cumprimento pelo INSS dos prazos fixados para conclusão de processos administrativos, nos termos do acordo firmado no RE 1.1.171.152/SC;

08038.020792/2021-56 - Solicitação de Informações - Ponto Resolutivo 18 - Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Cosme Rosa Genoveva e outros — caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. Despacho (5012441), Ofício (5032222);

90512.000142/2021-22 - Resposta ao Ofício nº 13/2021/CNCG, que trata acerca do Projeto de Padronização de Dados de Atuação das Defensorias Públicas. Despacho (4995166);

08038.021741/2021-41 - Participação da DPU no Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Despacho (5018902), Ofício (5019056);

08038.021949/2021-61 - Relatório do Estado sobre o cumprimento da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antonio de Jesus e seus familiares vs. Brasil". Despacho (5019403)

08038.021970/2021-66 - Fórum Nacional de Saúde. Despacho (5023420), Despacho (5018774);

08038.022479/2021-52 - Solicitação de atuação da Defensoria Pública da União junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Despacho (4984564);

08038.025219/2021-39 - ABRAM - Providências casos Fibrose cística e fármacos indicados. Despacho (4992379);

08185.000081/2021-71 - Migração de dados do CNIS para protegidos pelo PROVITA. Despacho (4984452);

08038.000300/2022-97 - Caso Fábrica de Fogos - Demandas previdenciárias. Despacho (4971482);

08038.000991/2022-29 - Ofício do Senador Humberto Costa para tratar acerca da Nota Técnica n. 01/2022 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Despacho (4995433);

08038.025602/2021-97 - Acordo de Cooperação a ser celebrado entre a DPU e WWF-Brasil. Informação (4993395);

08038.015536/2021-47 - Encaminhamento de teses e solicitação de dados sobre o levantamento de pagamentos de cota dupla de auxílio emergencial destinado a famílias monoparentais, em decorrência do art. 2º, § 3º, da Lei nº 14.171/2021. Ofício (4994178);

— Administrativo/Secretaria

08038.003563/2018-71 - Relatório de Frequência de Servidores (4966207);

08038.071743/2020-09 - Relatório Mensal de Atividades (4974192);

08038.000690/2022-03 - Plano de trabalho de metas intermediárias (5008531);

08038.008621/2019-34 - Formulário - Auxílio Transporte Recadastramento (5022157);

08038.002261/2022-62 - Formulário - Relatório de Frequência de Estagiário (5028352);

08038.002093/2022-13 - Formulário de Requerimento - Teletrabalho (5018277);

08178.000118/2016-93 - Declaração Plano de Saúde (4991155). Memorando (4973754);

08038.001198/2022-47 - Solicitação do DNDH substituto, de declaração relativa as férias e folgas compensatórias, para que elas não colidam com a do Defensor Titular;

08038.002261/2022-62 - Estágio - Frequência;

08038.002093/2022-13 - Formulário de requerimento de execução das atividades em regime de teletrabalho;

08038.001997/2022-13 - Formalização de propostas para trabalho remoto em face da mudança de sede;

08038.000659/2022-64 - Contratação da Estagiária de Pós Graduação como candidatos/as que se Autodeclararam Negros/as para a vaga no Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos. Encaminhamento (4969914);

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados. Informação (5049217);

— No Âmbito dos DRDHs/CODR

08150.000061/2022-89 - Memorando Nº 4969754/2022 - DPU CE/GABDPC CE/DRDH CE, o qual requereu edital para preenchimento da função de DRDH na DPU-CE. Edital (4981328), Informação (5011890);

08170.000081/2022-11- Escolha DRDH RS 2022/2024. Memorando (4999626);

08038.001782/2022-01 - Relatório de Atividades DRDHs - 2021. Despacho (5001366), Manual (5001467);

08189.000036/2022-68 - Requisição de informações de órgãos públicos - Cadastro no e-SIC. Informação (5011966), Informação (5005858);

08139.000175/2022-87 - Visitas às Aldeias MAXAKALI em 19 e 20 de março - PAJ 2021/004-02485. Informação nº 5008699 - DPU-BH/DRDH MG. Informação (5012407), Manifestação (5016841);

08170.000091/2022-57 - Diárias e Passagens. DRDH/RS.Manifestação (5016796);

08138.000118/2022-16- Diárias e Passagens. DRDH AP/PA. Manifestação (5032507);

08152.000213/2020-61 - Solicitação de abertura de edital para escolha de DRDH. Memorando (5000622);

— No âmbito da CTCO

Pajs Enviados/Abertos - Fevereiro/2022

08038.007899/2018-11 - Oficinas de mapeamento e modelagem de processo de trabalho. Memorando (4998396);

2018/029-03213 - Paj instaurado para a regularização fundiária (titulação) e defesa da Comunidade Remanescente Quilombo Varzeão e Gramadinho;

2022/031-00206 – Paj instaurado para eventual necessidade e oportunidade de intervenção deste órgão, ante a omissão de implementação do sistema integrado único, previsto no art. 23-A, §7º, da Lei nº. 11.343/06, referente a internações psiquiátricas;

2021/003-04692 - Paj instaurado para garantia dos direitos territoriais das famílias agroextrativistas do PAE Santo Afonso – Ilha do Xingu/PA;

2022/017-00245 - Paj instaurado para apurar regressão coletiva de regime de 100

internos da Penitenciária Agrícola de Viana;

2022/005-00125 - Paj instaurado para atuar quanto a denúncia de expulsão, caso não realize as atividades de manutenção, dos moradores do abrigo do Pricumã;

2022/014-00375 - Paj instaurado para viabilizar direitos territoriais da comunidade de Cambuta;

2022/016-00706 - Paj instaurado sobre paralisação dos peritos médicos federais para os dias 08 e 09 de fevereiro, trazendo prejuízos aos segurados da Previdência Social, tendo em vista que a demora na realização das perícias é acima do normal em várias localidades, muito em face da pandemia;

2022/040-00494 - Paj instaurado para ADPF pelo PDT, ref. a omissão da União em dar o devido comprimento aos prazos para apreciação de requerimentos administrativos no âmbito do INSS, para o cidadão acometido pela contingência e risco social da incapacidade laborativa, seja por motivos físicos ou psíquicos, fisiológicos ou patológicos;

2022/014-00400 - Paj instaurado para verificar falta de saneamento básico (abastecimento hídrico) no PA Conceição II;

2022/017-00297 - Paj instaurado para monitoramento e avaliação da instalação de 150 câmeras de reconhecimento facial na cidade de Vitória;

2022/017-00298 - Paj instaurado para apurar o cumprimento da lei 9077/2017, que proíbe o uso de redes na APA Baía das Tartarugas , em Vitória/ES, em virtude da importância e fragilidade do ecossistema que coexiste nesta área;

2022/035-00359 - Paj instaurado para demandas de reintegração de posse não especificadas - moradores residentes na área do Campus do Pici (Prisco Bezerra - UFC);

2022/012-00217 - Paj instaurado para verificar exigência editalícia de exames admissionais de colpocitologia oncótica para candidatas do sexo feminino, mamografia para candidatas do sexo feminino acima de 50 anos e PSA para candidatos do sexo masculino acima de 50 anos, previstos no Edital UFMA/PROGEP nº 10/2022;

2022/016-00204 - Paj instaurado para averiguação de falha generalizada e sistêmica na migração de informações do CNIS para o SABI, causando indeferimento automático e indevido de milhares de segurados;

2022/016-00773 - Paj instaurado para retorno das aulas presenciais no Colégio Pedro II;

2022/035-00378 - Paj instaurado para monitorar o cumprimento da decisão do Habeas Corpus 165.704/DF no estado do Ceará;

2022/005-00123 - Paj aberto com o propósito de buscar a dispensa de legalização/tradução de certidão de nascimento venezuelana, e com isso possibilitar a transcrição de certidão de nascimento para crianças e adolescentes venezuelanos filhos de brasileiro(a), sem necessidade da ação de opção de nacionalidade, que só precisaria ocorrer após os 18 anos, na forma do art. 12, I, "c" da Constituição Federal. Fundamento: art. 20 da Lei de Migração e art. 43 da Lei de Refúgio, além do Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018;

2022/029-00459 - Paj instaurado para acompanhamento do grupo técnico formado pelo ICMBIO e pesquisadores universitários, para a confecção do Termo de Compromisso para Manejo da Cataia, planta utilizada para confeccionar bebida alcoólica. O cultivo da espécie é realizado pela Comunidade caiçara da região do Superagui, mais especificamente, na Barra do Ararapira;

2022/014-00488 - Paj instaurado para expedição de títulos de domínio em favor dos beneficiários do Projeto de Assentamento Amaralina;

2022/001-00360 - Paj instaurado com o objetivo de questionar juridicamente a prescrição anual da pretensão contra quaisquer atos relativos ao processamento do Auxílio Emergencial, do Auxílio Emergencial Residual e do Auxílio Emergencial 2021, prevista no art. 14 da MP 1.039/2021;

2022/003-00435 - Paj instaurado em razão do recebimento de intimação via PJE 1º SJPA para atualção em demanda coletiva dos terceiros indeterminados, prováveis invasores do residencial viver outeiro;

2022/003-00437 - Paj instaurado para atuação em demanda coletiva em favor dos invasores não identificados do residencial bem viver;

2022/014-00557 - Paj instaurado para Projeto de urbanização da região do Abaeté, em Salvador/BA;

2022/014-00567 - Paj instaurado para Direitos territoriais da Comunidade Indígena da Aldeia Cahy;

2022/037-00341 - Paj aberto para apurar atos de despejos que a prefeitura de Natal vem aplicando contra a Colônia Z-04 de pesca, maricultura e aquicultura de Natal. Importante destacar que a Colônia de pesca vem desde a década de 1920, utilizando sede própria localizada na Rua da Floresta, n 47, no bairro das Rocas, para prestação de serviços aos trabalhadores / as da pesca, possuindo atualmente 500 homens e mulheres associados;

2022/012-00271 - Paj instaurado para Defesa coletiva dos moradores da Comunidade Arpoador, localizada em Tutoia/MA, em face de ameaças, danos e tentativa de expulsão de suas moradias;

2022/003-00606 - Paj instaurado para acesso ao programa Bolsa Permanência por indígenas e quilombolas na UFPA;

2022/017-00473 - Paj instaurado para acompanhar desocupação determinada nos autos do processo judicial EXF nº 000122770.1997.4.02.5001, em trâmite na 3ª VF de Execução Fiscal de Vitória, do imóvel situado na Rua Henrique Coutinho, nº 26, Centro, Vitória/ES;

2021/013-00323 - Paj instaurado para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Planalto (ASSOPLAN) solicita auxílio em razão de irregularidades sobre lotes do Acampamento Nova Aliança, ameaças e ocupação de terras por fazendeiros e grandes latifundiários e ajuda para manter a segurança e dignidade das famílias acampadas, que vivem em barracos mal estruturados e recebem frequentes ameaças de morte;

2022/001-00739 - Paj instaurado devido a provação do Deputado Federal Ivan Valente, no que tange à edição da Lei Federal 14.176/21, a qual altera dispositivos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS para critérios de avaliação socioeconômico e biopsicossocial para concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) à Pessoa com Deficiência e Idoso, e Auxílio Inclusão para a Pessoa com Deficiência. A nova Lei limita o meio salário mínimo o limite máximo da renda per capita familiar que autoriza a concessão do benefício em casos excepcionais, o que reduz significativamente o acesso de pessoas idosas e com deficiência ao benefício;

2022/001-00793 - Paj instaurado para acompanhamento das consequências jurídicas da vedação na saúde da população hipossuficiente usuária das dependências da DPU/DF referente a decisão judicial prolatada nos autos da ação civil pública n. 1007566-22.2022.4.01.3500 da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás, que determinou a suspensão dos efeitos da Resolução nº 193, 14 de janeiro de 2022, do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e por consequência, vedou à união, no âmbito da Defensoria Pública da União, de condicionar o ingresso de pessoas nas unidades da instituição à apresentação de comprovante de vacinação (passaporte vacinal) contra o SARS-CoV- 2;

2022/012-00282 - Paj instaurado para atuação como "custos vulnerabilis" em ação penal envolvendo integrantes da etnia indígena Akroá-Gamella e a Equatorial. Ação decorrente da migração da Justiça Estadual para a Federal das prisões (ação penal) de indígenas Gamella, que foram presos após a realização de atos para impedir obras de linhas de transmissão da empresa Equatorial Energia na Terra Indígena Taquaritua, no município de Viana (MA), em 18 de novembro de 2021;

2022/017-00511 - Paj instaurado para apurar denúncia de problemas alimentares no sistema prisional do Espírito Santo, feita pela Frente Estadual pelo Desencarceramento do Espírito Santo;

26 Pajs arquivados no período;

Reuniões	10	
Notas Técnicas	02	SEI 5027515 SEI 5027515
Seminário	01	SEI 08038.001474/2022-77

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - MARÇO

— Reuniões e encaminhamentos

04/03/2022 - Reunião DNDH, SGAI e WWF para tratar do evento "Garimpo, contaminação mercurial e direito à saúde na Amazônia"; Reunião com equipe Gabinete DNDH;

08/03/2022 - Reunião com a Dra. Fernanda Hahn sobre Honorários periciais;

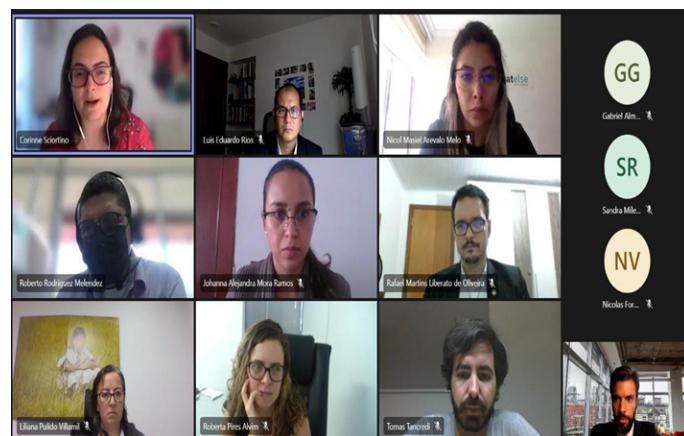
09/03/2022 - Reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;



1.10/03/2022 - Reunião sobre migrantes indocumentados em Boa Vista e Manaus; Reunião com o GTCT, a SGAI e a CONAZ;



11/03/2022 - Reunião com representantes da UNICEF, membros do governo da Colômbia e SGAI para troca de experiências em relação à política de migração de crianças e adolescentes;



16/03/2022 - Reunião com GTI Previdência e Assistência Social;



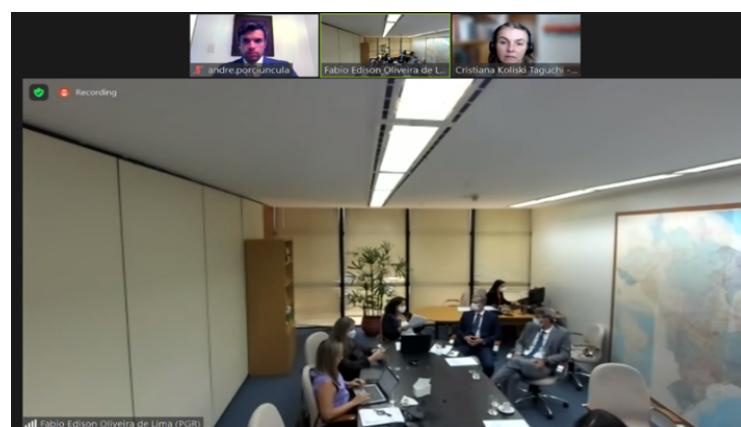
22/03/2022 - Reunião com a Assessora Nacional do ACNUDH e representantes da sociedade civil, sobre a visita do Relator Especial da ONU sobre liberdade de reunião e de expressão;



29/03/2022 - Reunião com a Secretaria de Acompanhamento e Orientação a Gestão – SAO/SGCIA, sobre normas, procedimentos, fluxos de trabalho, sistemas e mecanismos de controle do DNDH;



30/03/2022 - Reunião ACT INSS;



30/03/2022 - Reunião no TSE para tratar sobre violência política e outras pautas relativas às eleições, com a participação Dr André Carneiro Leão e outros membros do Observatório para a Democracia do CNDH. Participantes: TSE; Min. Edson Fachin - Presidente Min., Sebastião – Comissão de Enfrentamento ao Racismo, Dra. Cristine Peter – Secretária-Geral (articulação interinstitucional), Dra. Larissa – Ouvidora Geral e Ouvidoria da Mulher, Dra. Samara Pataxó – Núcleo de Inclusão e Diversidade, CDH da Câmara; Dep. Carlos Veras, Dep. Orlando Silva, CNDH; Darcy Frigo, PFDC/MPF; Dr. Carlos Vilhena, DPU; Dr.

André Carneiro Leão e outros membros do Observatório para a Democracia do CNDH. Participantes: TSE; Min. Edson Fachin - Presidente Min., Sebastião – Comissão de Enfrentamento ao Racismo, Dra. Cristine Peter – Secretária-Geral (articulação interinstitucional), Dra. Larissa – Ouvidora Geral e Ouvidoria da Mulher, Dra. Samara Pataxó – Núcleo de Inclusão e Diversidade, CDH da Câmara; Dep. Carlos Veras, Dep. Orlando Silva, CNDH; Darci Frigo, PFDC/MPF; Dr. Carlos Vilhena, DPU; Dr. André Carneiro Leão – Defensor Nacional de Direitos Humanos Substituto. Memória de Reunião (5108967);

31/03/2022 - Acompanhamento presencial da visita do Dr. Clément Voule, Relator Especial da ONU sobre direitos à liberdade de reunião pacífica e associação à unidade da DPU/BA e à comunidades atendidas pela Instituição;



— Publicações e Entrevistas

DPU formula nota técnica sobre acesso à justiça como direito humano

Criado: 03 Março 2022

[direitos humanos](#) [dndh](#) [acnur](#)

Brasília - A Defensoria Pública da União (DPU) enviou ao Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur/ONU) nota técnica com apresentação da sua atuação. O documento trata do tema "Igualdade de acesso à justiça para todos: um elemento necessário da democracia, do estado de direito e da proteção dos direitos humanos" e é assinado conjuntamente pelo subdefensor público-geral federal, Jair Soares Júnior, e o defensor nacional de direitos humanos, André Porciúncula.

A ação foi motivada pela declaração da alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, Michelle Bachelet, durante a Terceira Sessão do "Fórum das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito", em 16 de novembro de 2021.

Em sua manifestação, Bachelet destacou que o acesso à justiça é tema central para a concretização dos princípios da democracia, do estado de direito e para a expressão dos direitos humanos. Por isso, o acesso à justiça é instrumento chave na busca pela paz e pelo desenvolvimento coletivo, tendo sido inserido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16, que versa sobre "Paz, Justiça e Instituições Fortes".

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/66965-nota-tecnica-apresenta-a-onu-atuacao-da-dpu-para-igualdade-no-acesso-a-justica>

Caso Favela Nova Brasília: DPU requisita novamente informações à PMERJ

Criado: 07 Março 2022

[dndh](#) [CorteIDH](#)

Brasília – A Defensoria Pública da União (DPU) enviou um ofício à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), nesta quinta-feira (03), requisitando informações sobre a implantação de programa ou curso permanente e obrigatório de atendimento à mulher vítima de estupro, dirigido a todos os níveis hierárquicos das polícias do Rio de Janeiro.

O ofício, assinado pelo defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH), André Ribeiro Porciúncula, foi enviado com a motivação de atender ao ponto resolutivo nº 18 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso 'Favela Nova Brasília vs. Brasil', o qual prevê que o estado brasileiro deve implantar formação permanente e obrigatória, com vistas a capacitar policiais civis e militares, bem como agentes de saúde, para o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual.

O pedido de informações é a reiteração de um anterior, enviado à PMERJ pela Secretaria de Atuação no Sistema Penitenciário Nacional e Conselhos Penitenciários (SASP) da DPU, em setembro de 2021, que não foi respondido.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/67039-caso-favela-nova-brasilia-dpu-requisita-novamente-informacoes-a-pmerj>

DPU pede mais transparência em informações de benefícios do Governo Federal

Criado: 11 Março 2022

[dndh](#)

Brasília – O acompanhamento sobre a solicitação e a aprovação do Auxílio Brasil ou do Auxílio Gás ainda é difícil para o cidadão que precisa. Em ofício enviado para o Ministério da Cidadania nesta sexta-feira (11), a Defensoria Pública da União (DPU) pede mais transparência no acesso a informações sobre os benefícios concedidos pelo Governo Federal.

[Leia a íntegra do documento aqui](#)

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/67155-dpu-pede-mais-transparencia-em-informacoes-de-beneficios-do-governo-federal>

O documento, assinado pelo defensor nacional de direitos humanos, André Porciúncula, foi encaminhado ao ministro titular da Pasta, João Roma. Atualmente, os interessados preenchem um formulário, mas não conseguem acompanhar o pedido e saber se receberão o benefício. A DPU presta assistência para pessoas nessa situação.

"Muitas pessoas chegam na Defensoria solicitando assistência em relação a esses benefícios. Porém, para obter essa informação o defensor tem que oficiar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Isso leva tempo. O processo pode ser mais simples", explica o defensor.

INSS alega falta de servidores em resposta ao STF sobre demora na concessão de benefícios

Manifestação da DPU

O defensor nacional de Direitos Humanos, da Defensoria Pública da União (DPU), André Ribeiro Porciúncula, que faz parte do comitê executivo do acordo firmado no STF, afirmou que o INSS vive um problema estrutural.

"Ano passado foi criado esse comitê gestor para criar um acordo com o objetivo de que o INSS cumprisse essas cláusulas. Nós nos manifestamos nesse processo evidenciando que de fato existe um problema estrutural, com uma certa melhoria do instituto, mas que, em muitos casos, os segurados têm sido prejudicados", afirmou ele.

Segundo Porciúncula, a DPU entende que deveria ser revista alguns benefícios, como salário-maternidade e aposentadoria por invalidez. "Em alguns casos, os segurados ficam totalmente prejudicados. Minha manifestação no Supremo foi de manutenção do acordo que prevê a interrupção dos prazos por benefício por incapacidade, mas que sejam revistos outros benefícios, para que haja prazos e pagamento de juros", disse.

Ainda de acordo com o defensor nacional, a DPU acompanha todos os benefícios tanto de natureza individual quanto de ordem coletiva e está sempre aberta para esse diálogo. "Nosso objetivo é contribuir para melhoria dessa estrutura, pois é um problema de anos, e que demanda bastante investimento em tecnologia, otimização de fluxo, que precisa facilitar o contato do assistente com a instituição e ainda contratar servidor público", finalizou.

Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/economia/2022/02/6341350-inss-alega-falta-de-servidores-em-resposta-ao-stf-sobre-demora-na-concessao-de-beneficios.html>

DPU pede ao Incra informações sobre linhas de crédito em programa de reforma agrária no AC

Created: 22 March 2022

dndh

Brasília - Para garantir segurança e dignidade à população contemplada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no estado do Acre, a Defensoria Pública da União (DPU) enviou um ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para analisar possíveis violações coletivas da política de fomento econômico de linhas de crédito a colonos. O objetivo principal é auxiliar aqueles que se encontram inadimplentes com contratos de concessão de crédito no programa.

A DPU requer que o Incra informe:

- O número detalhado, por modalidade, dos beneficiários contemplados no estado;
- As notas de contrato de adesão relativas a cada uma das linhas de crédito do PNRA;
- O percentual de créditos cobrados pelo Incra;
- As providências necessárias para aumentar o prazo de carência de pagamento desses créditos e para eventual perda da safra.

O defensor nacional de Direitos Humanos, André Porciúncula, que assina o ofício, informou que há relatos de que a inadimplência das famílias ocorre, muitas vezes, em virtude do curto prazo para o pagamento dos créditos de instalação concedidos. "Estamos atuando para alterar os contratos sobre linha de crédito e torná-los mais justos. Os contratos, do jeito que estão hoje, têm cláusulas bem rigorosas que podem ser ilegais e precisam ser revistas", ponderou.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/67313-dpu-pede-ao-incra-informacoes-sobre-linhas-de-credito-em-programa-de-reforma-agraria-no-ac>

DPU pede à Câmara providências para incorporação de tratado internacional sobre migração

Created: 25 March 2022

direitos humanos dndh migrantes

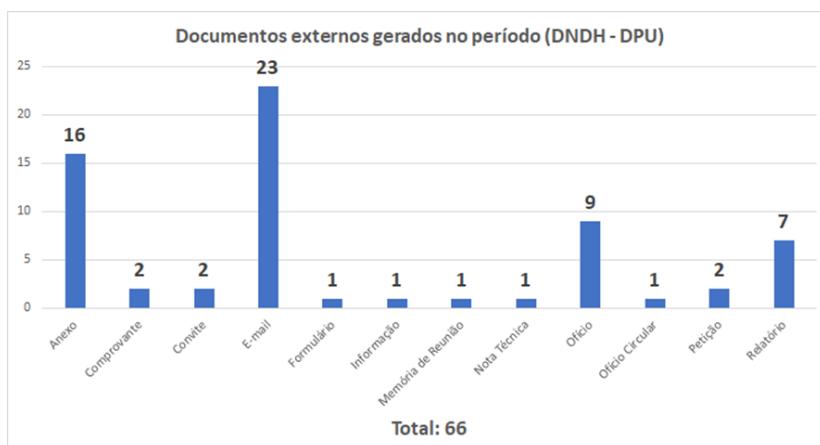
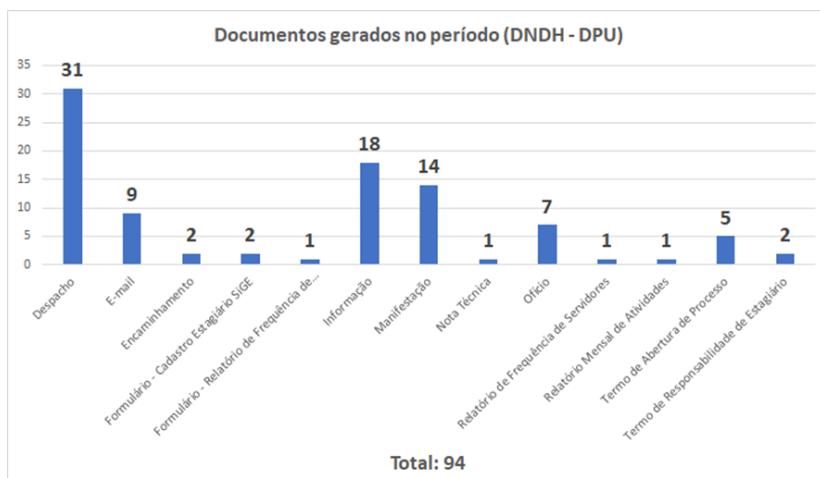
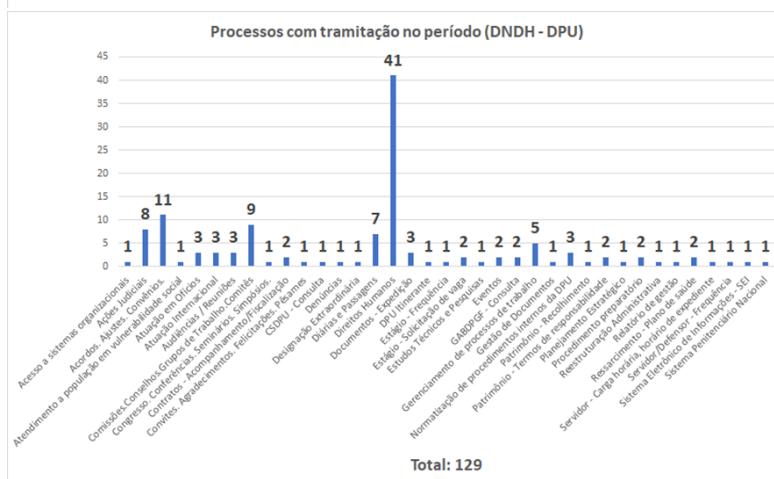
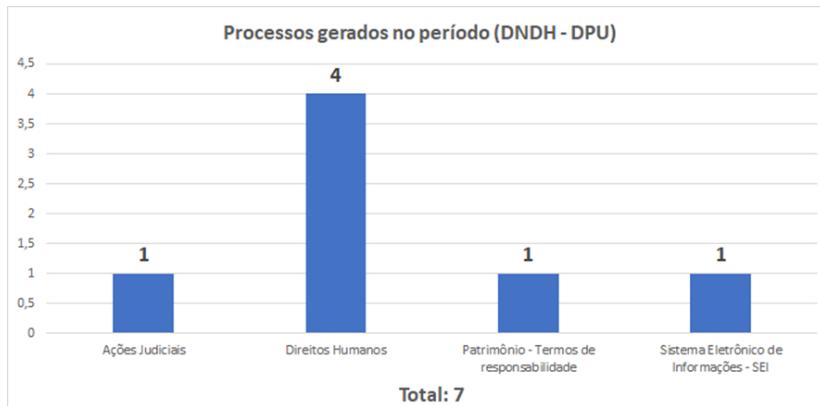
Brasília – A Defensoria Pública da União (DPU), por meio do Observatório da Democracia, grupo do qual faz parte, enviou ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para que sejam tomadas providências para que seja incorporado o texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada em 1990 na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Esse é dos principais tratados de direitos humanos que ainda não foi aprovado pelo Brasil.

Para tal, o grupo pede que seja criada uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à Mensagem nº 696/2010, do Poder Executivo, que submeteu ao Congresso Nacional o texto da Convenção.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/67401-dpu-pede-a-camara-providencias-para-incorporacao-de-tratado-internacional-sobre-migracao>

Além da DPU, o Observatório para a Democracia é composto pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão (MPF).

— Estatísticas da Unidade no Período (Março 2022)



— Processos Instaurados na Unidade

08038.002531/2022-35 – Processo instaurado para divulgação da Nota Técnica n. 16 sobre a Grave situação humanitária de refugiados ucranianos - Termo de Abertura de Processo (5041972), Informação (5057756), Nota Técnica (5042017);

08038.003053/2022-81 - Processo instaurado para acompanhamento da Implementação do projeto de lei de iniciativa popular “tarifa justa” - Termo de Abertura de Processo (5067735). Despachos (5067835, 5081271);

08038.003165/2022-31 – Processo instaurado para tratar de Bens disponibilizados no âmbito da Defensoria Nacional de Direitos Humanos – DNDH - Termo de Abertura de Processo (5073223);

08038.003810/2022-16 – Processo instaurado para disponibilização de Relatório anual de atividades. DNDH. Termo de Abertura de Processo (5110348). Relatório (5110354). Despacho (5110357). Encaminhamento (5110938);

08038.003718/2022-56 – Processo instaurado a partir de encaminhamento do Exmo. DRDH/AL

para apresentação nos autos do REsp nº 1992858 / PE 2022/0085045-5, de pedido de efeito suspensivo com o objetivo de suspender decisão judicial de 1º grau e do TRF 5 em cumprimento de sentença nº 0010898-50.2003.4.05.8000, em trâmite perante a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, que busca reintegrar imóvel do assentamento Roseli Nunes em prejuízo a 35 famílias residentes no local. Despacho (5106443);

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.001178/2019-71 - Consulta sobre iniciativa proposta pela Instituição Nacional de Direitos Humanos da Bolívia (Defensoría del Pueblo). Despachos (5061999, 5097094, 5097094);

08038.015784/2021-98 - Solicita agendamento de reunião - Análise final do ACT. Despacho (5093009);

08038.021611/2021-17 - Banco de Peças do GTCT. Despacho (5080429);

08038.000300/2022-97 - Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus Vs. Brasil - Demandas previdenciárias. Despachos (5064076, 5045300). Ofícios (5060377, 5061238);

08038.002437/2022-86 - Solicitação de subsídios do GT Mulheres para elaboração de discurso do DPGF. Informação (5061241);

08038.020038/2021-16 - Guia - Atuação judicial em caso de mora administrativa

para criação de Assentamento Rural. Despacho (5083624);

08038.021843/2021-67 - Informe Defensorial - Situação dos Direitos Humanos no Brasil - 2021. DNDH. Despacho (5081927);

08038.023711/2021-70 - Reunião a ser realizada em 30/03/2022 com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Despachos (5058087, 5084692, 5084773). Manifestação (5088096). Ofício (5069710);

08133.000032/2022-25 - Nota Técnica nº 3 - DPU 2CATDF/GDPC 2CATDF/DRDH DF, que visa subsidiar elementos jurídicos aos legitimados constitucionais, para eventual propositura de ADI face à previsão contida no art. 14 da MP 1.039/2021. Despacho (5089548);

08038.001457/2022-30 - Acesso das Defensorias Regionais de Direitos Humanos ao sistema 'Fala.BR' para requisição de informações a órgãos públicos. Despacho (5090122). Ofício (5092026);

08038.001474/2022-77 - Organização do Evento "Garimpo, contaminação mercurial e direito à saúde na Amazônia". Despacho (5037612). Manifestações (5109820, 5109834);

08038.001491/2022-12 - Nota Técnica (5054935) - PL nº4491/2021. Despacho (5091801);

08038.002827/2022-56 - Visita do Relator Especial da ONU sobre direitos à liberdade de reunião pacífica e associação à unidade da DPU/BA e a comunidades atendidas pela Instituição. Despachos (5061959, 5082950);

08038.002991/2022-63 - Contribuições na temática de justiça e igualdade racial. Despacho (5065473). Encaminhamento (5067774);

08150.000109/2022-59 - Informações sobre o posicionamento da DPU acerca da tramitação da PEC nº 39/2011. Despacho (5087034);

08038.000941/2022-41 - Considerações sobre a Nota Técnica n. 03/2022/DEPEDH/SNPG/MMFDH. Ofício (5053846);

08038.001604/2022-71 - Requisição de informações acerca de possíveis violações coletivas de direitos atinentes à população contemplada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, no Estado do Acre. Ofício (5066498);

08038.002711/2022-17 - Denúncia acerca de supostas ilegalidades na aplicação de verbas federais destinadas ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19, na prefeitura de Angra dos Reis - RJ. Ofícios (5095177, 5095458, 5095462, 5095476, 5101704);

08038.002944/2021-39 - Seminário de Capacitação em Questões Raciais - 2022 . Despacho (5103838);

08038.002189/2022-73 - Consulta individualizada das famílias analisadas como elegíveis aos benefícios do Programa Auxílio Brasil e Auxílio Gás dos Brasileiros. Despacho (5039085). Ofício (5039110);

08038.002785/2022-53 - PL 191/2020. Flexibilização de normas para viabilizar a exploração de minério em terras indígenas. Despacho (5053820);

— Administrativo/Secretaria

08038.003563/2018-71 - Relatório de frequência de servidores (5049821);

08038.071743/2020-09 - Relatório Mensal de Atividades (5052849);

08038.003601/2022-72 - Relatório de Frequência de Estagiário (5098320);

08038.024194/2021-56 - Contratação de Estagiário. Informação (5091105);

08038.000659/2022-64 - Contratação da Estagiária de Pós Graduação como candidatos/as que se Autodeclararam Negros/as para a vaga no Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos. Informação (50911324);

08038.001997/2022-13 - Formalização de propostas para trabalho remoto em face da mudança de sede. Informação (5047135);

08038.022872/2021-46 - Reestruturação administrativa da força de trabalho terceirizado no âmbito do DNDH. Despacho (5063427). Informação (5070923);
8. 08038.011922/2020-89 - Substituição de equipamento com defeito. Informação (5071292);

08038.000026/2022-56 - Placa de identificação dos gabinetes dos Defensores Públicos Federais. Informações (5056835, 5056871);

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados que atendem à DPGU e Unidades DPU em Brasília Informação (5049217);

08038.001782/2022-01 - Relatório de Atividades DRDHs – 2021. Encaminhamento (5074000);

08038.003592/2022-10 - Cumprimento da Carga Horária - 6h/d Cumprimento da Carga Horária - 6h/d. Informação (5098434);

— No Âmbito dos DRDHs/CODR

08038.002730/2022-43 - Conferência ODS 16 - 2022. Divulgação DRDH's. Despacho (5089727);

08038.001782/2022-01 - Relatório de Atividades DRDHs – 2021. Encaminhamento (5074000);

08152.000213/2020-61 - Solicitação de apoio para eleição para formação de lista tríplice - Seleção de novo DRDH no Estado de Goiás. Informação (5057050);

08150.000100/2022-48 - Final de mandato (2022-2022) do DRDH-CE. Informação (5057110);

08170.000091/2022-57 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH. Manifestação (5092972);

08155.000080/2022-65 - Solicita autorização de viagem para Itatuba/PB. Manifestação (5074884);

08178.000089/2022-16 - Participação em missão em Correntina/BA e São Desidério/BA Ref. PAJ 2021/014-04505. Manifestação (5076524);

08195.000010/2021-50 - Requerimento de diárias e passagens. Despachos (5089972, 5090022). Informação (5038163). Manifestações (5039591, 5068399, 5039591, 5102873);

08152.000043/2022-87 - Anulação de ordem de serviço. Manifestação (5084143);
10. 08178.000081/2022-41 - Participação em audiência pública e em reuniões no sul da Bahia. Manifestação (5053564);

08166.000050/2022-20 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH. Manifestações (5099685, 5099691);

08147.000059/2022-69 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH. Manifestação (5100601);

08160.000087/2022-16 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH. Manifestação (5102291);

— No âmbito da CTCO***Pais Enviados/Abertos - Março/2022***

2022/003-00647 - Paj discorre sobre regularização fundiária e concessão de uso de bem público para os moradores da Vila Ressaca e Vila do Galo, em Senador José Porfírio/PA;

2022/003-00415 - Paj discorre sobre atendimento bancário na agência da Caixa Econômica Federal no município de Cametá-PA;

2022/013-00268 - Paj discorre sobre auxílio aos candidatos indígenas as vagas de professores do Estado de Mato Grosso, que foram prejudicados pela surpreendente e desavisada mudança normativa do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 010/2021 GS/SEDUC/MT, que passou a exigir nível superior completo para todos os professores indígenas. Deste modo, gerou-se a abertura desta demanda, com intuito de requerer a retificação do Edital Nº 010/2021 GS/SEDUC/MT, para que considere válidas as inscrições dos candidatos que estiverem cursando nível superior, ou que tenham cursado o ensino médio propedêutico;

2022/017-00560 - Paj discorre sobre atuação na defesa de adquirentes de imóveis da Gleba Imobiliária, em Divinópolis, Serra/ES. De acordo com informações do NUDAM/DPE, os imóveis teriam sido vendidos uma segunda vez para a empresa LUPUS Desenvolvimento em Alimentos Ltda., e estariam sendo objetos de execuções trabalhistas. Haveria risco iminente de despejo dos assistidos;

2022/012-00370 - Paj discorre sobre poluição hídrica e impactos socioambientais das atividades portuárias sobre os pescadores e pescadoras de São Luís. Provocação do Sindicato dos Trabalhadores na Pesca e Aquicultura do Município de São Luís – STPA;

2022/012-00440 - Paj discorre sobre Relatório de Fiscalização de Combate ao Trabalho Escravo referente a uma Ação Fiscal realizada por esta SRTb-MA, no período de 06 a 11/12/2021, na Fazenda Bela Vista, no Município de Itinga/MA;

2022/017-00632 - Paj discorre sobre apuração de exigência de exames ginecológicos como papanicolau no concurso público da UFES de 2022;

2022/017-00631 - Paj discorre sobre acompanhamento da reintegração de posse de nº 05000068520174025003, em trâmite na 1ª VF de São Mateus;

2022/002-00529 - Paj discorre sobre apuração de irregularidades ocorridas no exame psicotécnico do último concurso da Polícia Rodoviária Federal;

2022/002-00538 - Paj discorre sobre fornecimento de Vacinas vinculadas ao PNI no Estado de Goiás;

2022/015-00315 - Paj discorre sobre acompanhamento de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em face da União, Estado do Piauí, Município de Teresina e Instituto Nacional de Seguridade Social referente pensão por morte e auxílio reclusão devidos a crianças e adolescentes abrigados no estado do Piauí;

2022/002-00568 - Paj discorre sobre devolução automática em razão da ausência de movimentação dos valores do auxílio emergencial;

2022/034-00180 - Paj discorre sobre assistência jurídica aos estudantes prejudicados pela previsão de bonificação regional nos termos atualmente aprovados pela Resolução CONSEPE/UFPB nº 43/2021;

2020/015-00287 – Embargos de Declaração no proc. Reintegração de Posse 1008566- 80.2020.4.01.4000, ref. Ao Residencial Parque Brasil/PI determinar que a desocupação apenas se efetive após o Poder Público adotar providências para assegurar abrigo ou moradia aos ocupantes que não tenham onde se abrigar;

2018/003-02782 - Paj discorre sobre investigação dos reajustes dos planos de saúde empresariais autorizados pela ANS;

2019/015-00517 - Paj discorre sobre apuração e providências quanto a liberação do FGTS com relação aos atingidos pela tragédia do Parque Rodoviário (ACP 10036642120194014000);

2021/012-00340 - Paj discorre sobre defesa de ocupantes de imóveis situados na BR-135, lado direito, Km-02, Residencial Santo Antônio I, Maracanã, São Luís-MA, em face de ação de reintegração de posse promovida pela Caixa;

2022/034-00347 - Paj discorre sobre tutela coletiva que visa garantir aos candidatos às vagas de graduação do IFPB (SISU) sua inserção no sistema de ampla concorrência, após terem sido eliminados do sistema de cotas;

2018/026-02475 - Paj discorre sobre acompanhamento do processo de remoção e realocação das famílias residentes na Vila Nazaré, Porto Alegre, em função das obras de ampliação do Aeroporto Internacional. ACP CONJUNTA MPF/DPU/MPRS/DPRS 50412548920194047100;

2021/026-01359 - Paj discorre sobre apuração da falta de acesso da Defensoria Pública da União ao sistema GERID, dificultando a assistência jurídica aos beneficiários do Auxílio Federal Emergencial. ACP 50187562820214047100;

2021/026-03081 - Paj discorre sobre acompanhamento do cumprimento provisório de sentença ref. a Famílias desalojadas na Ilha do Pavão em Porto Alegre. nos autos do processo ACP 50482339620214047100;

2021/026-03994 - Paj discorre sobre o direito ao ingresso, no território brasileiro, por via aérea, sem necessidade de visto, dos cidadãos haitianos que para cá queiram migrar, especialmente se criança (s) e/ou adolescente (s) desde que tenham parentes legalmente residentes no Brasil. ACP 50649326520214047100;

2021/026-06278 - Paj discorre sobre defesa da comunidade indígena MBYÁ-GUARANI em reintegração de posse ajuizada pela COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - G. Processo Reintegração de Posse nº 500483441.2021.8.21.0041/RS - (INSTAURADO PAJ NA AASTF 2022/040-00186 e 2022/040-00187);

2022/002-00639 - Paj discorre sobre atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência auditiva no INSS, pela DPU;

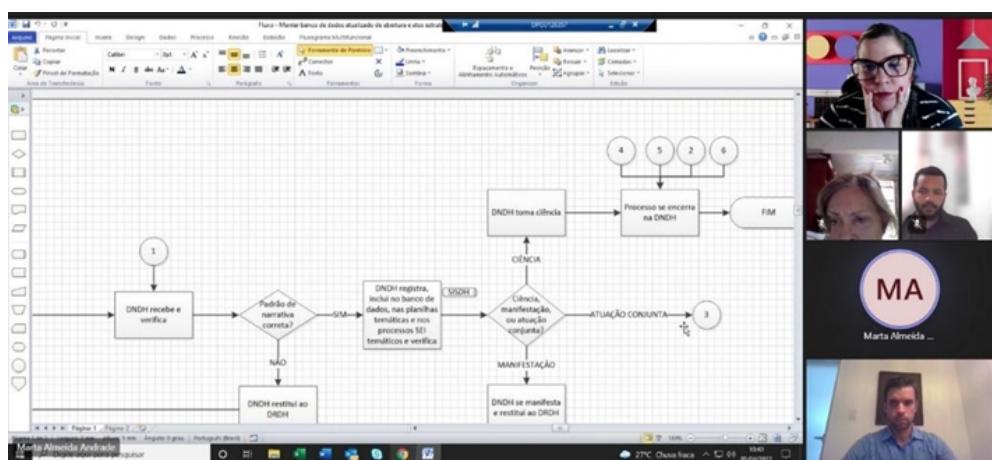
32 Pajs arquivados no período.

Reuniões	11	
Notas Técnicas	03	SEI 5042017 SEI 5054935 SEI 5020188
Seminário	01	SEI 08038.002827/2022-56

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - ABRIL

— Reuniões e encaminhamentos

105/04/2022 - Reunião ASPLAN. Criação de fluxos da DNDH - Mapeamento/modelagem e elaboração de instrução normativa de processos de trabalho da Defensoria Nacional de Direitos Humanos-DNDH, conforme solicitação à ASPLAN nos autos do processo SEI 08038.007899/2018-11;



06/04/2022 - Reunião Observatório para a Democracia, do qual fazem parte a Defensoria Nacional dos Direitos Humanos (DPU), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão (MPF);



08/04/2022 - Abertura do ciclo de palestras sobre garimpo, contaminação mercurial e direito à saúde na Amazônia. Evento promovido em parceria da DPU com a WWF Brasil;

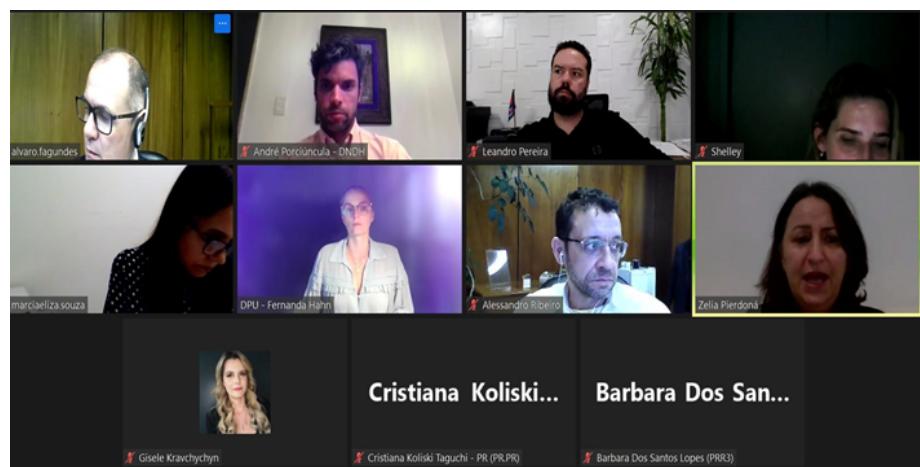


19/04/2022 - Reunião entre DPU (DNDH -DRDH-RJ e CCRPrev) - OAB e MPF para tratar sobre a greve dos peritos e servidores do INSS em vistas de mitigar seus efeitos;



25/04/2022 - Reunião INSS, DPU, OAB e MPF para tratar sobre a greve dos peritos e servidores do INSS em vistas de mitigar seus efeitos;

25/04/2022 - Reunião INSS, DPU, OAB e MPF para tratar sobre a greve dos peritos e servidores do INSS em vistas de mitigar seus efeitos;



26/04/2022 - Seminário do garimpo;



27/04/2022 - Reunião GTI;



27/04/2022 - Reunião Comitê Gestor do Acordo do STF;



Pagamento de Juros do TAC

Código	Especie	Benefícios	VALOR	Média Dias Exced. Prazo
21	PENSAO POR MORTE PREVIDENCARIA	6405	1093508	34
23	PENSAO DE EX-COMBATENTE (LEIS N° 4.297/63 E 5.698/71)	2	883,91	11
25	AUXILIO-RECLUSAO	53	14490,76	42
32	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCARIA	2	430,22	74
41	APOSENTADORIA POR IDADE	8578	1369495	29
42	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	16975	3546082	50
46	APOSENTADORIA ESPECIAL	28	13152,61	49
57	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO DE PROFESSOR	370	118760,4	44
80	SALARIO-MATERNIDADE	28731	908684,6	27
86	PENSAO MENSAL VITALICA – DEPENDENTES DE SERINGUEIRO	5	1524,99	32
88	AMPARO SOCIAL AO IDOSO	8291	995619,8	33
93	PENSAO POR MORTE POR ACIDENTE DE TRABALHO	23	4180,32	69
Total		69463	8066812	34

27/04/2022 - Fórum Nacional de Saúde;



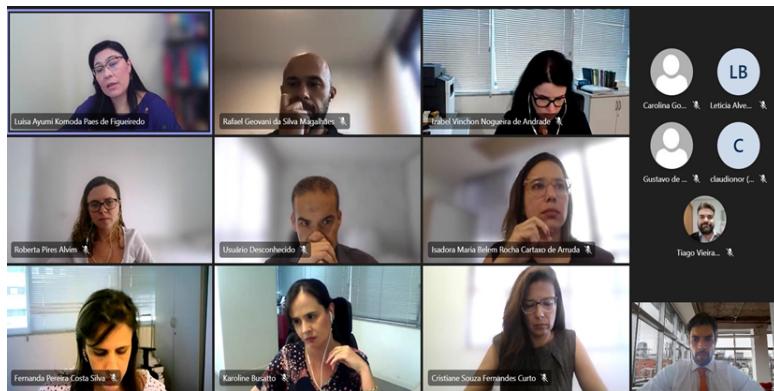
27/04/2022 - Assinatura de Termo de Cooperação - DNDH, CNDH, CDHM e PFDC - Memória de Reunião (5170011);



29/04/2022 - Reunião com a Defensoria del Pueblo da Colômbia, SAE, GT Migrações e CCRI - Ata de Reunião (5170811);



29/04/2022 - Reunião AGU, SAE, DNDH, GT Saúde. Federalização de saúde. Rcl 50713/MS, 50906/MS e 51455/MS. (medicamentos registrados na ANVISA e não padronizados no SUS);



— Publicações e Entrevistas

DPU debate formas de atenuar os efeitos da greve dos peritos do INSS

Criado: 26 Abril 2022

inss

Brasília - Em reunião na última quarta-feira (20), a Defensoria Pública da União (DPU), em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), questionou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a elaboração de um plano de trabalho para atenuar os problemas e os efeitos da greve dos servidores. A categoria pede reajuste salarial e contratação de novos servidores.



Com a paralisação, milhares de perícias são reagendadas diariamente. A defensora pública federal, Fernanda Hahn, que também é coordenadora previdenciária da DPU, enfatizou que essa é a principal preocupação do grupo. "São cerca de 15 mil por dia. Também recebemos a notícia que o represamento de perícias é de 820 mil. São números alarmantes", afirmou.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/68004-dpu-debate-formas-de-atenuar-os-efeitos-da-greve-dos-peritos-do-inss>

A DPU explicou que as providências devem ser urgentes porque, apesar de as perícias terem sido suspensas, alguns beneficiários ainda necessitam do serviço e não conseguem o atendimento agendado.

De acordo com defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH), André Porciúncula, a reunião foi muito efetiva e dois encaminhamentos colocados pela secretaria da previdência do INSS se destacam:

- o retorno do deferimento de benefícios sem a necessidade de perícia quando houver prova documental que ateste a capacidade, conhecido como docmed;
- a realização da tele avaliação, em que os peritos podem fazer avaliações virtuais;
- o benefício da "perícia extraordinária", em que os peritos vão receber um adicional se baterem a meta de perícias realizadas.

Economia

Defensoria pública pede anulação de contrato que libera megaprojeto de ouro em área de Belo Monte

Belo Sun pretende iniciar o garimpo industrial na região da Volta Grande do Xingu, no Pará

André Borges, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2022 | 14h36

BRASÍLIA - A Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/PA) ingressaram com ação civil pública na Justiça para pedir a anulação do contrato que libera a instalação do maior projeto de mineração de ouro do País, pela empresa canadense **Belo Sun**. A companhia pretende iniciar o garimpo industrial na região da Volta Grande do Xingu, no Pará, uma área já profundamente impactada pela escassez de água causada pela **hidrelétrica de Belo Monte**.

A DPU afirma, em sua ação, que a área requerida, de 2,4 mil hectares, é originalmente destinada à reforma agrária e abriga famílias tradicionais que exercem atividades de agricultura, pesca e extrativismo voltadas à subsistência. Os defensores públicos apontam irregularidades na concessão de terras à empresa canadense Belo Sun, feita sob a justificativa infundada de que estariam desocupadas.

LEIA TAMBÉM



[Documentos comprovam compra ilegal de 21 lotes de assentamento para garimpo por mineradora canadense](#)

Uma série de reportagens publicadas em dezembro de 2021 e janeiro deste ano pelo Estadão revelou que o Incra, órgão federal responsável pela política de reforma agrária no País, decidiu reduzir a área de um assentamento criado há 22 anos no Pará, para abrir espaço à mineração de ouro. No acordo, o Incra concordou em reduzir uma área de 2.428 hectares da região, cortando o território do assentamento Ressaca e da gleba Ituna, onde vivem cerca de 600 famílias. Em troca, o Incra vai receber uma fazenda

localizada a mais de 1.500 quilômetros de distância dali, no município de Luciara, em Mato Grosso, nas margens do Rio Araguaia.

O acordo apontava, especificamente, o repasse ao Incra da Fazenda Ricaville, que tem área de 1.898 mil de hectares. A negociação determina ainda que a Belo Sun compre, para o Incra, duas caminhonetes com tração 4x4 e de cabine dupla, dez notebooks, dez tablets, quatro scanners e aparelhos GPS.

Como mostraram as reportagens, a **Belo Sun fez aquisições de uma série de lotes da reforma agrária na região, em transações irregulares**. Pelo menos 21 lotes de famílias assentadas na Vila Ressaca, localizada no município de Senador José Porfírio, foram negociados diretamente pela empresa e os moradores. O Estadão teve acesso a contratos nos quais a empresa desembolsa valores de até R\$ 1 milhão e registra os atos em cartório. Neles, a Belo Sun estabelece, por exemplo, que os assentados transferem a posse da terra para a mineradora, livre de qualquer tipo de embargo.

Para que um lote da reforma agrária seja vendido por seu morador, a lei impõe uma série de condicionantes, como o fato de o ocupante ter vivido sobre aquela terra pelo prazo mínimo de dez anos e terreno ter a emissão de seu título definitivo de posse. Ocorre que praticamente nenhum lote da Vila Ressaca tem esse documento, que é emitido pelo Incra.

De acordo com a DPU, o Incra reconheceu que a Belo Sun se apropriou ilegalmente de terras e que, por isso, tais áreas já estariam desocupadas e desatetadas, podendo ser usadas para a mineração. Contudo, os defensores afirmaram que a autarquia não formalizou essa desatetação e se baseou na "invocação de um motivo falso", a desocupação, para reconhecer a nova destinação da área.

Por meio de pareceres técnicos, DPU e DPE/PA sustentam que é recorrente a conduta da mineradora Belo Sun na aquisição irregular de lotes na região. E o Incra, mesmo após receber denúncias, não fez nada para impedir as ilícitudes praticadas pela empresa.

Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,defensoria-publica-belo-monte,70004050021>

DPU e WWF-Brasil promovem seminário sobre garimpo e direito à saúde

Brasília – A Defensoria Pública da União (DPU) e a organização não-governamental WWF-Brasil realizaram o seminário "Garimpo, Contaminação Mercurial e Direito à Saúde na Amazônia" para analisar as consequências do garimpo e seus impactos no direito à saúde em comunidades tradicionais. O evento, que aconteceu em Brasília nos dias 7 e 8 de abril, contou com a presença de lideranças indígenas, especialistas e representantes da DPU e do WWF-Brasil.



A advogada Ariene Cerqueira, analista de políticas públicas do WWF-Brasil, citou as principais articulações da organização, destacando a importância de iniciativas que busquem reduzir os impactos do garimpo a partir de diagnósticos e estudos de mitigação. "Contamos com a participação da DPU para agir diante desse problema tão grave", ressaltou.

Em seguida, o defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH) da DPU, André Porciúncula, fez uma exposição sobre a estrutura da Defensoria. Ele destacou as atribuições da instituição voltadas para os direitos humanos, trazidos pelo artigo 134 da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar nº 80 de 1994.

"Hoje temos uma instituição voltada para a promoção e a proteção de direitos humanos. Cada dia mais, a DPU tem ocupado a função de Instituição Nacional de Direitos Humanos e tem sido solicitada por poderes constituídos, organizações internacionais e pela sociedade a se manifestar por meio de relatórios e fiscalizar direitos por meio de visitas", destacou Porciúncula.

A importância de estratégias jurídicas voltadas às mudanças climáticas também foi um dos aspectos mencionados no seminário. O professor, advogado e consultor em Direito Ambiental Délton Winter de Carvalho abordou essa questão e ainda destacou a parceria entre o WWF-Brasil e a DPU frente à defesa de populações atingidas pelos efeitos do garimpo. "O WWF-Brasil e a DPU têm um papel protagonista no debate, nos importantes trabalhos, nas ações e nas pressões em políticas públicas", afirmou.



Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/67814-dpu-e-wwf-brasil-promovem-seminario-sobre-garimpo-e-direito-a-saude>

DPU debate direito de crianças e adolescentes em países da América Latina

Criado: 29 Abril 2022

dndh

Brasília - Mais de 15 defensores de países da América Latina participaram de uma reunião com a Defensoria Pública da União (DPU), na última semana, para debater os direitos das crianças e dos adolescentes. Junto com o Brasil, países como Paraguai, Argentina, Colômbia, Honduras, México e outros buscaram trocar experiências sobre o tema.



De acordo com o defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH/DPU), André Porciúncula, a reunião preliminar buscou aproximar os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos países da América para garantir que todos os direitos desse público sejam cumpridos.

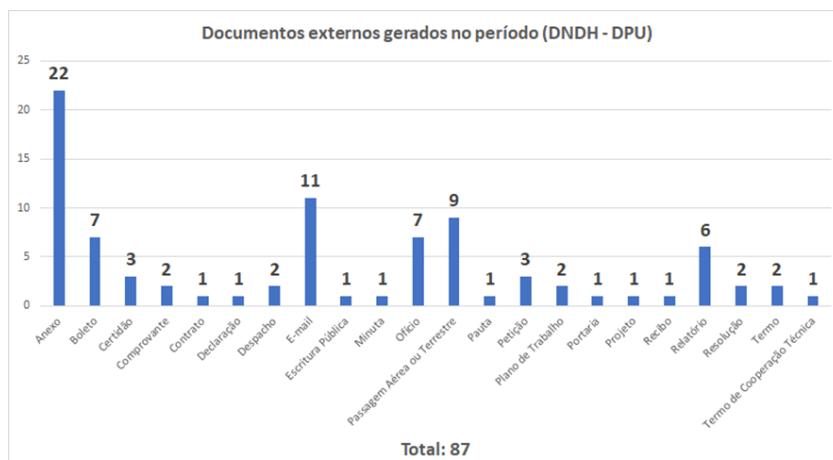
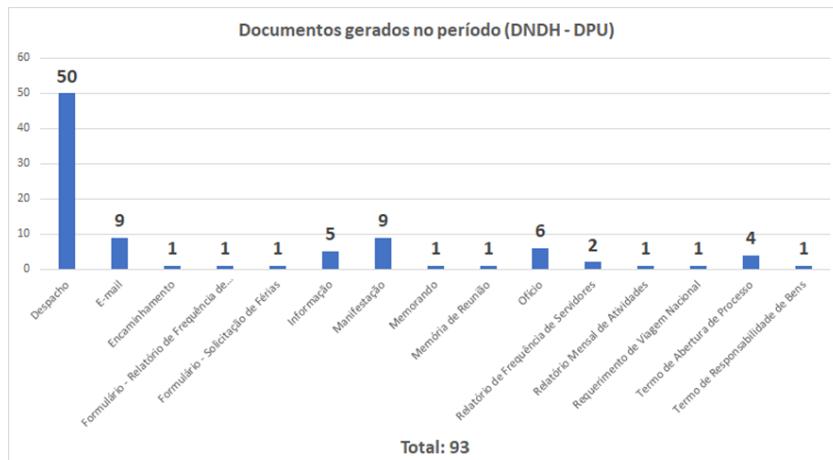
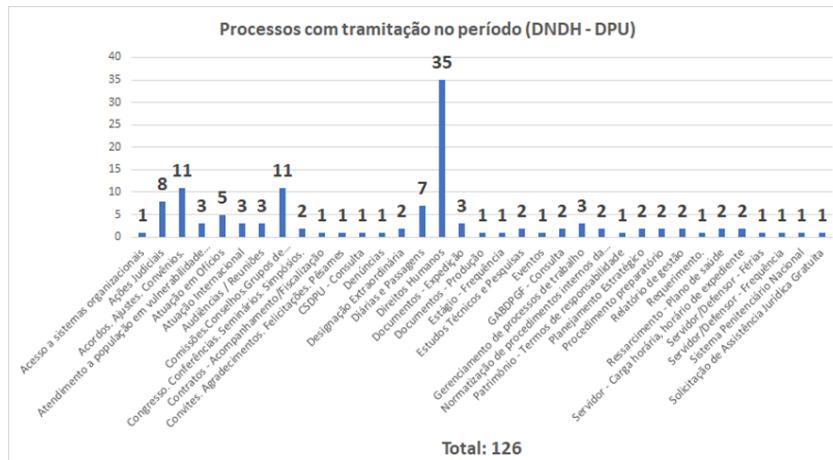
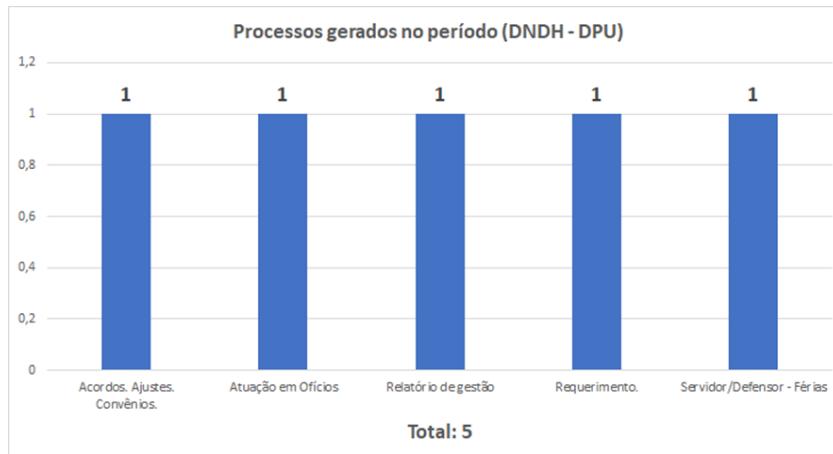
As autoridades debateram as estruturas das Defensorias Públicas de cada país. Algumas são instituições permanentes ligadas ao poder Executivo, outras são instituições de Direitos Humanos ou autônomas e independentes. Na reunião ainda foi tratado o modelo financeiro de cada uma, se têm autonomia orçamentária ou se são submissas aos cofres públicos.

Por se tratar de uma reunião preliminar, ainda não foi criado um grupo de trabalho que reúna todas as autoridades, mas outras reuniões estão sendo planejadas.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/68075-dpu-debate-direito-de-criancas-e-adolescentes-em-paises-da-america-latina>

— Estatísticas da Unidade no Período (Abril 2022)



— Processos Instaurados na Unidade

08038.003977/2022-87 - Divulgação do 1º Boletim Trimestral 2022 da Defensoria Nacional de Direitos Humanos. Termo de Abertura de Processo (5121759), Despacho (5122183);

08038.004718/2022-73 - Contribuições com Resolução do CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA- Termo de Abertura de Processo (5164939) - Despacho (5165105);

08038.004160/2022-26 - Incentivos para designação de Defensor/a Regional de Direitos Humanos. Resolução CSDPU nº 183/2021 - Termo de Abertura de Processo (5132916), Despacho (5145508);

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.010070/2017-15 - Convocação do Comitê de Gestão Estratégica para a 9ª Reunião de Análise Estratégica – ERA - Despacho (5138162);

08038.002958/2019-38 - Plano de trabalho em parceria com a Defensoría del Pueblo da Colômbia - Despacho (5158798);

08184.000747/2019-87 - Proposta de Resolução - questões relacionadas ao Direito Antidiscriminatório – Despacho (5165763);

08038.021741/2021-41 - Participação da DPU no Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) - Despacho (5147974);

08038.023711/2021-70 - Assinatura de Termo de Cooperação - DNDH, CNDH, CDHM e PFDC – Despachos (5159497, 5130907);

08038.001116/2022-64 - Estabelecimento de diálogo e realização de ações estratégicas entre o Grupo de Trabalho Comunidade Tradicionais da Defensoria Pública da União e o Observatório Quilombo Piauí - Despacho (5144688);

08038.002525/2022-88 - Processo para tramitação de conteúdos referentes à Convocatória para Reunião do BLODEPM - Despacho (5151847);

08038.002614/2022-24 - 1ª sessão pública do Mecanismo Independente de Especialistas para a Justiça Racial e Igualdade na Aplicação da Lei – Despacho (5117631);

08038.000118/2021-55 - Pandemia de Covid-19. Acompanhamento da oferta de transporte público municipal – Despacho (5117152);

08038.015536/2021-47 - Encaminhamento de teses e solicitação de dados sobre o levantamento de pagamentos de cota dupla de auxílio emergencial destinado a famílias monoparentais, em decorrência do art. 2º, § 3º, da Lei nº 14.171/2021 - Despacho (5130337);

08038.022563/2021-76 - Políticas Públicas sobre Transtorno do Espectro Autista e Tratamento ABA – Despacho (5165722);

08146.000934/2021-31 - Solicitação da "atuação da Defensoria Pública da União nos autos do Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5007523-56.2020.404.7104, em trâmite perante a 3ª Vara Federal de Passo Fundo, RS - Despacho (5165798);

08133.000032/2022-25 - Nota Técnica nº 3 - DPU 2CATDF/GDPC 2CATDF/DRDH DF, que visa subsidiar elementos jurídicos aos legitimados constitucionais, para eventual propositura de ADI face à previsão contida no art. 14 da MP 1.039/2021 – Despacho (5122209);

08038.001604/2022-71 - Requisição de informações acerca de possíveis violações coletivas de direitos atinentes à população contemplada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, no Estado do Acre – Despacho (5143462);

08038.002398/2022-17 - Escrito endereçado ao Relator Especial sobre Direitos Humanos dos Migrantes do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos – Despacho (5117322);

08038.002600/2022-19 - Tradução e encaminhamento do relatório referente à missão do Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos em março de 2022 - Despacho (5124976);

08038.002711/2022-17 - Denúncia acerca de supostas ilegalidades na aplicação das verbas federais destinadas à Secretaria de Saúde do município de Angra dos Reis – Rj, para enfrentamento da Pandemia da Covid-19 – Despacho (5143237);

08038.002734/2022-21 - Requisição de informações sobre a tramitação do procedimento administrativo relativo à titulação das terras tradicionalmente pertencentes à Comunidade Quilombola de Croatá, no Município de Januária/MG – Despachos (512503, 5148660), Informação (5145544), Ofício (5144567);

08038.002827/2022-56 - Relatório preliminar do Relator Especial da ONU sobre direitos à liberdade de reunião pacífica e associação às missões realizadas no Brasil nas cidades de Brasília, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – Despachos (5156728, 5125751, 5138096), Requerimento de Viagem Nacional (5128029);

08140.000027/2022-23 - Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável – REURB – Despacho (5116878);

08038.002954/2022-55 - Ofício 95/2022/GABIN/SAJ/SG/PR. Nota Técnica nº 3 - DPU 2CATDF/GDPC 2CATDF/DRDH DF – Despacho (5122204);

08150.000109/2022-59 - Informações sobre o posicionamento da DPU acerca da tramitação da PEC nº 39/2011 – Despacho (5172169);

08038.003616/2022-31 - Representação sobre despejo coletivo e remoção forçada de comunidade em Ibiúna, São Paulo – Despacho (5131614), Encaminhamento (5139134);

08038.003646/2022-47 - Encontro Regional dos Defensores Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente – Despacho (5138291);

08038.003718/2022-56 - Acompanhamento do pleito judicial de efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, (REsp nº 1992858 / PE 2022/0085045-5), nos autos da Ação nº 0010898-50.2003.4.05.8000, a qual tramita perante a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas - Despacho (5140794);

08138.000223/2022-47 - Recomendação acerca da inscrição / participação de pessoa com deficiência em certame público federal - Despachos (5133016, 5165452);

08038.003853/2022-00 - Proposta de publicação "Brasil, País de Refúgio: A Atuação da Defesa em Processos de Refúgio" (título provisório) - Despacho (5148653);

08038.004061/2022-44 - Atendimento presencial nas unidades da Justiça Eleitoral - Despacho (5144522);

08038.004121/2022-29 - Acampamento Terra Livre 2022 - Despacho (5134286);
11.08146.000175/2022-98 - Atuação do Defensor Nacional de Direitos Humanos perante o Superior Tribunal de Justiça e dever de observância da Resolução 183/2021, art. 15, §§ 3º e 4º Despacho (5145421);

08172.000226/2022-64 - Autorização para atuação no Fórum Social Mundial Justiça e Democracia - Despacho (5158158);

08038.004429/2022-74 - Subsídios diante da releitura do Tema 793 pelo STF (responsabilidade solidária dos entes federados quanto ao dever de prestar assistência à saúde) e de sugestão de atualização de Nota Técnica - Despacho (5165286);

08138.000265/2022-88 - Missão emergencial. Terra Indígena Parakanã - Despacho 5167844, Ofícios (5168471, 5169106, 5169174, 5169317);

— **Administrativo/Secretaria**

08038.071743/2020-09 - Relatório Mensal de Atividades - Relatório Mensal de Atividades (5113379);

08038.011922/2020-89 - Envio de Termo de Responsabilidade de bens - Termo de responsabilidade de Bens (5166658);

08038.000026/2022-56 - Ajuste Cronograma Mudança- Despacho (5143972), Memorando (5111291);

08162.000083/2022-18 - Pedido de formalização de trabalho de servidora da DRDH/MA – Despacho (5168205);

08162.000084/2022-54 - Pedido de formalização de trabalho para estagiária da DRDH/MA - Despacho (5165083);

08178.000118/2016-93 - Ressarcimento de plano de saúde. Dependentes - Informações (5152173, 5171948);

08038.003563/2018-71 - Relatório de Frequência de Servidores - Informação (5119929), Relatórios de Frequência de Servidores (5115440, 5119734);

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados. Período compreendidos de 01 a 31 de Maio de 2022. Informação (5147380);

08038.004588/2022-79 - Frequência de Estagiário Formulário - Relatório de Frequência de Estagiário (5158232);

— **No Âmbito dos DRDHs/CODR**

08152.000233/2021-13 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/RS - Manifestação (5124175);

08178.000118/2022-31 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/BA – Manifestação (5130064);

08162.000071/2022-85 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/MA – Manifestação (5130618);

08166.000062/2022-54 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/PR – Manifestação (5143646);

08143.000104/2022-15 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/MS – Manifestação (5157623);

08147.000070/2022-29 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/MT – Manifestação (5157740);

08178.000135/2022-79 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/BA – Manifestação (5161172);

08189.000070/2022-32 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/ES – Manifestação (5164539);

08138.000265/2022-88 - Manifestação sobre pedido de deslocamento de DRDH/PA – Manifestação (5168342);

08189.000084/2020-94 - Pedido de dispensa da função DRDH ES (substituto) – Despacho (5130400);

— **No âmbito da CTCO**

———— ***Pais Enviados/Abertos - Abril/2022***

2022/026-01006 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Ponta do Arado, município de Porto Alegre, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01009 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Kuri'yty, município de Canela, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01010 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Guabiju, Piquiri, município de Cachoeira do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01011 -PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Guavira Poty, município de Camaquã, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01012 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo GuaraniTekoa Yvy Poty (Flor da Terra), município de Barra do Ribeiro, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01013 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Jataity (Cantagalo), municípios de Porto Alegre e Viamão, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01014 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Karandaty (Mato do Julio), município de Cachoeirinha, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01015 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Takua Hovy, município de Viamão, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01016 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Guaviraty Porã, município de Santa Maria, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01017 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Pindó Poty, município de Porto Alegre, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01018 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Mirim, município de Mariana Pimentel, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01019 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Yy Rupa (Retomada Fepagro Terra de Areia),município de Terra de Areia, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01020 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Rio Capivari (Acampamento Capivari), município de Capivari do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01021 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Yriapu (Som do Mar/Granja Vargas), município de Palmares do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01022 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Guyra Nhendu (Som dos Pássaros), município de Maquiné, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01025 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Pekuruty (Arroio Divisa), município de Eldorado do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01026 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Passo Grande Ponte , município de Barra do Ribeiro, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01027 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Irapuá, município de Caçapava do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01028 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Tekoa Araçaty, município de Cachoeira do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/026-01029 - PAJ instaurado para atuação em favor do grupo Guarani Acampamento Papagaio, município de Cachoeira do Sul, devido à falta de prestação de serviços essenciais à comunidade, conforme Ofício nº 01/2022 - CTI/CGY/CIMI/AEPIM;

2022/020-01660 - PAJ instaurado para acompanhar eventual discriminação institucional relacionada à causa da morte do estudante indígena Jorge Figueiredo Alves;

2022/012-00592 - PAJ instaurado para acompanha denúncia de possível crime doloso cometido contra dois integrantes da comunidade tradicionais de quebradeiras de coco babaçu de Boa Esperança, em Penalva/MA;

2022/012-00682 - PAJ instaurado para intimação da DPU pelo juízo da 8ª VF para atuação em ação de manutenção de posse de território denominado de "Fazenda Olho da Folha", no Município de Milagres/MA, ajuizada pelo INCRA em face de José Francisco Lima, José de Ribamar Borges Rocha, Luiz Euzébio de Lima, José Maria Souza Feitosa, Francisco Jaeldes Caldas Santos e outros. O INCRA alega que o terreno é destinado a projeto de assentamento e fora invadido pelos réus. Ação Possessória 00005559220094013700;

2022/026-01047 - PAJ instaurado para analisar possível demora no agendamento de CONSULTAS ONCOLÓGICAS no RIO GRANDE DO SUL;

2022/034-00488 - PAJ instaurado para Defesa de indígenas Tabajaras da Aldeia Nova Conquista Taquara em ação de reintegração de posse movida pela CH Construtora;

2022/003-01086 - PAJ instaurado para Atuação em favor dos moradores do entorno do canal do Igarapé Castanhal em razão do interdito proibitório ajuizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT para que aqueles se abstengam de ocupar, obstruir, depredar ou praticar atos outros que criem embaraços à circulação de veículos e pedestres em área localizada no Km 62,7 da Rodovia BR-316, Município de Castanhal. Processo Judicial: Interdito Proibitório 10023052820224013904;

2022/012-00640 - PAJ instaurado para Exigência editalícia de exames admissionais de colpocitologia oncótica para candidatas do sexo feminino, mamografia para candidatas do sexo feminino acima de 50 anos e PSA para candidatos do sexo masculino acima de 50 anos, previstos no Edital UFMA/PROGEP nº 52/2022;

2022/014-0118 - PAJ instaurado para Reintegração de posse de área que integra o Projeto de Assentamento Jacy Rocha, em Prado/BA. (ARP 10014328920214013313);

2022/014-01207 - PAJ instaurado para Ação de interdito proibitório ajuizada pela União contra membros do MST; (AIP 10057674720224013304);

2022/063-00183 - PAJ instaurado para Acompanhamento da qualidade da água disponibilizada aos internos da Penitenciária Federal de Mossoró, considerando questionamentos a respeito apresentados pelo interno titular do PAJ 2020/063-00207;

2022/014-01229 - PAJ instaurado para Liberação de "doações casadas" como receitas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

2022/017-00960 - PAJ instaurado para tratar da possibilidade de demandar a redução da RMI na conversão do benefício previdenciário de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente;

2022/017-00987 - PAJ instaurado para apurar a situação dos quilombolas defensores(as) de Direitos Humanos na região do Sapê do Norte que estão sofrendo ameaça;

2022/081-00294 - PAJ instaurado para tratar de procedimento de saúde, marcapasso cerebral + eletrodo extensão;

2022/013-00592 - PAJ instaurado para Defesa coletiva de população indígena frente ao licenciamento para implantação de ferrovia Rondonópolis – Lucas do Rio Verde que impactará terras indígenas Tadarimena e Tereza Cristina– Povo Indígena BOE-BORORO - Ação CivilPública proposta pelo MPF: 1002227-67.2022.4.01.3602;

2021/013-02344 - PAJ instaurado para acompanhamento do trâmite da ref. Ação Civil Pública nº 1003339-08.2021.4.01.3602. Para obter a declaração de nulidade das matrículas do RGI de Jaciara/MT, (decorrentes do Lote Boa Esperança) e do RGI de Jaciara/MT (decorrentes do Lote Pindorama) e a determinação de cancelamento das mesmas peranteo respectivo Registro de Imóveis de Jaciara/MT;

37. 2022/007-00801 - PAJ instaurado para promoção de defesa dos direitos dos povos indígenas Jamamadi da tribo Goiaba, localizada na estrada do Monte no município de Boca do Acre – AM;

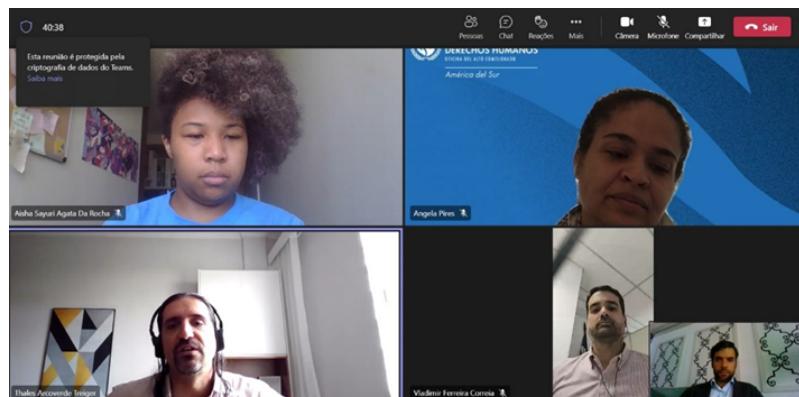
18 Pajs arquivados no período;

Reuniões	12
Notas Técnicas	02
Seminário	01

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - MAIO

— Reuniões e encaminhamentos

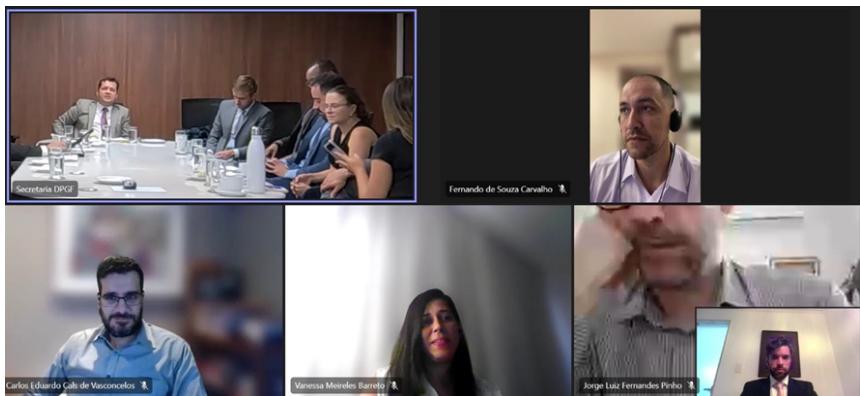
10/05/2022 – Reunião ACNUDH - DRDH BA e RJ. Após visita do Sr. Clement ao Brasil (SEI 08038.002827/2022-56);



10/05/2022 - Entrevista dada ao Canal Consulta Pública sobre auxílio emergencial, auxílio Brasil e a atuação da DPU: a importância dessas políticas e o caminho para a correção das injustiças;

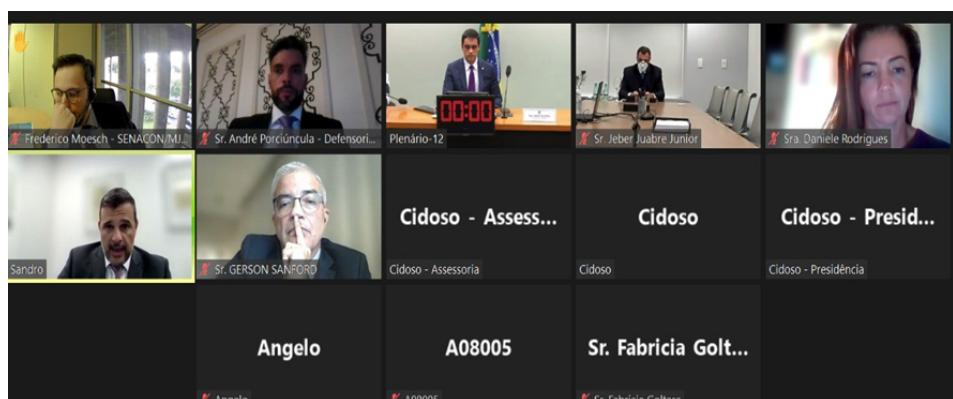


12/05/2022 - Reunião de gestão com a DPGU;

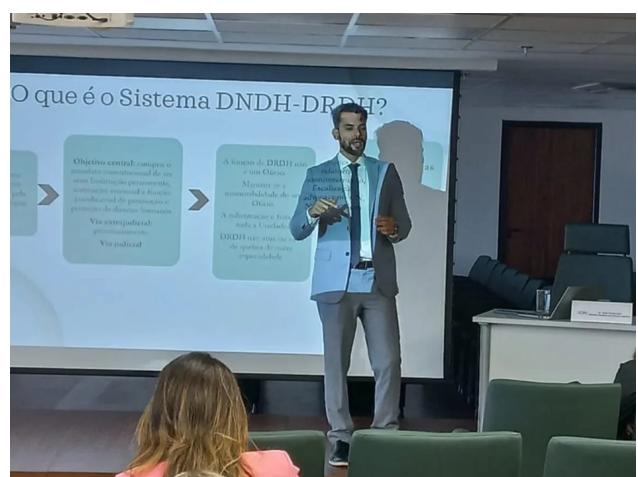


17/05/2022 – Reunião com a CONAQ para tratar de pedido de acompanhamento para a garantia do direito de manifestação dos Quilombolas durante o evento Aquilombar 2022 (SEI 08038.004577/2022-99);

18/05/2022 – Fala em Audiência Pública sobre Reajuste previsto para os planos de saúde em 2022 (SEI 08038.005341/2022-70);



24/05/2022 - Participação como palestrante do XXIV Curso Oficial de Preparação à Carreira de Defensores Públicos Federal (SEI 08038.005028/2022-31);



25/05/2022 - Palestra no 6º Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;



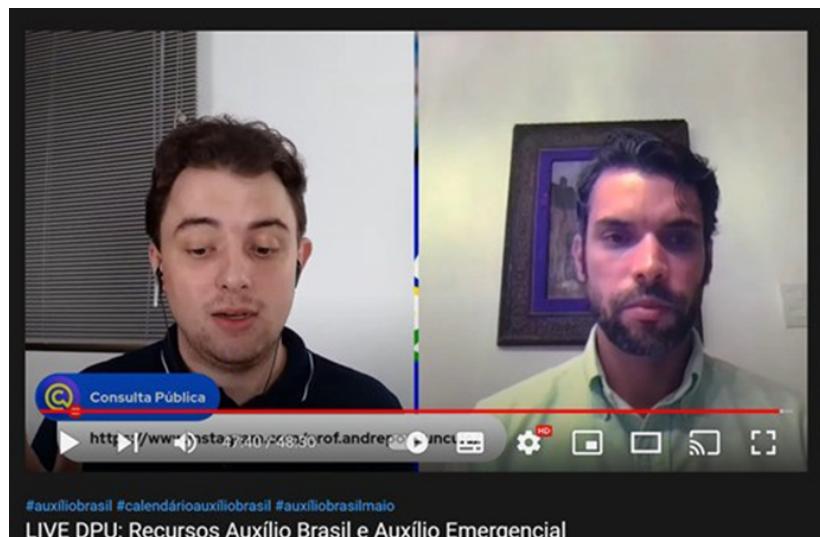
(Convite externo - OFÍCIO N.º 672/2022/CNDH/SNPG/MMFDH);

25/05/2022 - Reunião com equipe do GABDNDH para alinhamento de tarefas;

26/05/2022 - Sessão solene no Senado Federal em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública;

— Publicações e Entrevistas

08038.0021892022-73 - Auxílio Brasil



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fn_S4CsduqQ&ab_channel=ConsultaP%C3%BAblica

Participação em live do canal do ‘Consulta Pública’, do Youtube, tratando sobre tratamento dos recursos do Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial no âmbito da DPU e as possibilidades legais para os beneficiários;

08038.0237112021-70 - Observatório para a Democracia. Atendimento de ofício expedido pela DPU ao Presidente da Câmara dos Deputados para a adesão do Brasil à Convenção sobre trabalhadores migrantes.

Comissão especial vai analisar adesão do Brasil a convenção sobre trabalhadores migrantes

05/05/2022 - 13:45

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



Deputados participam de sessão no Plenário da Câmara

Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/872054-comissao-especial-vai-analizar-adesao-do-brasil-a-convencao-sobre-trabalhadores-migrantes/>

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, determinou a criação de uma comissão especial para analisar a [Mensagem 696/2010](#), do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a proteção aos trabalhadores migrantes.

A comissão terá 34 integrantes titulares e igual número de suplentes, que ainda serão indicados pelos partidos.

O pedido de criação do colegiado foi feito pelo deputado [Carlos Veras \(PT-PE\)](#). Ele afirma que o tratado é um dos mais importantes do mundo sobre direitos humanos e já foi ratificado por diversos países latino-americanos, como Argentina, Chile e Colômbia.

"A criação e instalação da comissão especial será um passo importante para a garantia dos direitos humanos e para o fortalecimento do papel do Estado brasileiro nas relações exteriores", disse Veras.

O Observatório para a Democracia, do qual fazem parte a Defensoria Nacional dos Direitos Humanos (DPU), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão (MPF), expediu ao Presidente da Câmara dos Deputados, sua Exa. ARTHUR LIRA, Ofício 5084755, reiterando requerimento, para criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer à Mensagem nº 696, de 2010, do Poder Executivo, que "submete à consideração do Congresso Nacional texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada em 18 de dezembro de 1990, em Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas".

Diante disso, conforme veiculado pela Agência Câmara de Notícias, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, determinou a criação de uma comissão especial para analisar a Mensagem 696/2010, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da convenção das Nações

Unidas (ONU) sobre a proteção aos trabalhadores migrantes.

A comissão terá 34 integrantes titulares e igual número de suplentes, que ainda serão indicados pelos partidos.

08038.005195/2022-82 - Prorrogação de prazo de repasse e utilização de recursos financeiros da União destinados a mitigar os efeitos da Pandemia de Covid-19, em contrariedade aos limites temporais presentes no art. 3º do Decreto nº 10.579, de 2020 e no §1º do art. 3º da Portaria 369, de 2020 do Ministério da Cidadania;

Defensoria pede que governo prorogue repasses para combater pandemia

Defensoria Pública da União quer mais prazo para União enviar verba a estados e municípios

Eduardo Barreto
24/05/2022 18:00, atualizado 24/05/2022 19:29

© Bruno Concha



Disponível em:
<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/defensoria-pede-que-governo-prorogue-repasses-para-combater-pandemia>

A Defensoria Pública da União ([DPU](#)) pediu que o governo federal prorogue o prazo para que estados e municípios executem recursos de saúde e assistência social no combate à [pandemia](#). A solicitação foi enviada na última sexta-feira (20/5) ao [Ministério da Cidadania](#).

Matéria jornalística sobre pedido da DNDH/DPU de prorrogação do prazo para que estados e municípios executem recursos de saúde e assistência social no combate à pandemia;

08038.005515/2022-02 - Nota Técnica sobre o direito humanitário em Myanmar. Em 15 de março de 2022, a Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, sua Exa. Michele Bachelet, convocou a comunidade internacional para pronunciamento acerca da situação em Myanmar. Diante disso, a Defensoria Nacional de Direitos Humanos publicou Nota Técnica tratando sobre o tema.

DPU repudia violações de direitos em Myanmar

Criado: 27 Mai 2022

[direitos humanos](#)

Brasília - A Defensoria Pública da União (DPU) faz um alerta sobre possíveis crimes de genocídio e contra a humanidade em Myanmar. Em nota técnica, a instituição repudia as violações de direitos humanos no país e destaca que a situação demanda efetivo monitoramento e reação internacional. A DPU se manifestou após a alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, pedir aos países da comunidade internacional se posicionem sobre a situação que assola o país asiático.

A DPU sugere ao Estado brasileiro, enquanto sujeito de direito internacional, que sejam tomadas medidas de atenção humanitária ao deslocamento, acolhimento e expedição de visto humanitário e documentação para trabalho aos refugiados de Myanmar que tenham interesse de vir para o Brasil. O foco é especialmente naqueles que pertencem às minorias étnicas historicamente perseguidas, a fim de se evitar seu genocídio.

"Nesse sentido, a Defensoria Pública da União se coloca à disposição para contribuir no atendimento prestado às vítimas e na difusão dos princípios humanitários internacionais", destaca a nota. O documento é assinado pelo subdefensor público-geral federal, Jair Soares, e pelo defensor nacional de direitos humanos, André Porciúncula.

Myanmar vive uma guerra civil desde que um governo militar assumiu o poder em 2021, após eleições levarem o partido de Liga Nacional pela Democracia ao poder pela segunda vez. Em março de 2022, somam-se mais de 1,6 mil pessoas mortas e 12 mil desaparecidos ou presos. As manifestações continuam pelo país. Os grupos de civis armados aumentaram em número e expansão territorial. Por outro lado, a repressão se mostra cada vez mais violenta pelo governo militar, com uso de bombas e fortes armamentos.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/68556-dpu-repudia-violacoes-de-direitos-em-myanmar>

08038.005891.2022-99 - Nota Pública sobre violência policial relacionada às operações policiais em Vila Cruzeiro e Umbaúba.

Nota pública das Defensorias Nacional e Regionais de Direitos Humanos

Criado: 26 Mai 2022

Rio de Janeiro - Em nota pública, as Defensorias Nacional e Regionais de Direitos Humanos e o Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais repudiaram duas operações policiais que repercutiram nesta semana: a operação policial realizada na Vila Cruzeiro, comunidade do Rio de Janeiro, na terça-feira (24), e a abordagem da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Umbaúba (SE), na quinta (26).

A operação no Rio de Janeiro resultou na morte de mais de 20 pessoas, tendo ainda sete pessoas feridas, sendo seis civis e um policial civil. Em Sergipe, a violência policial levou à morte do Genivaldo de Jesus Santos, em um ato de tortura com uso de uma espécie de "câmara de gás".

"A DPU reitera o compromisso com a defesa do Estado Democrático de Direito e com a garantia dos Direitos Fundamentais, repudiando todo e qualquer episódio de violência estatal que confronte os direitos humanos, deixando claro que acompanhará de perto as investigações dos fatos, de sorte adotar as providências necessárias à reparação das vítimas e à transformação da realidade racial do país.", diz trecho da nota.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/68556-dpu-repudia-violacoes-de-direitos-em-myanmar>

O texto é assinado pelo defensor nacional de direitos humanos, André Porciúncula, pelo defensor nacional de direitos humanos substituto, André Carneiro Leão, pelo defensor regional de direitos humanos no Rio de Janeiro, Thales Arcoverde, e pelo defensor regional de direitos humanos do Mato Grosso, Renan Sotto Mayor.

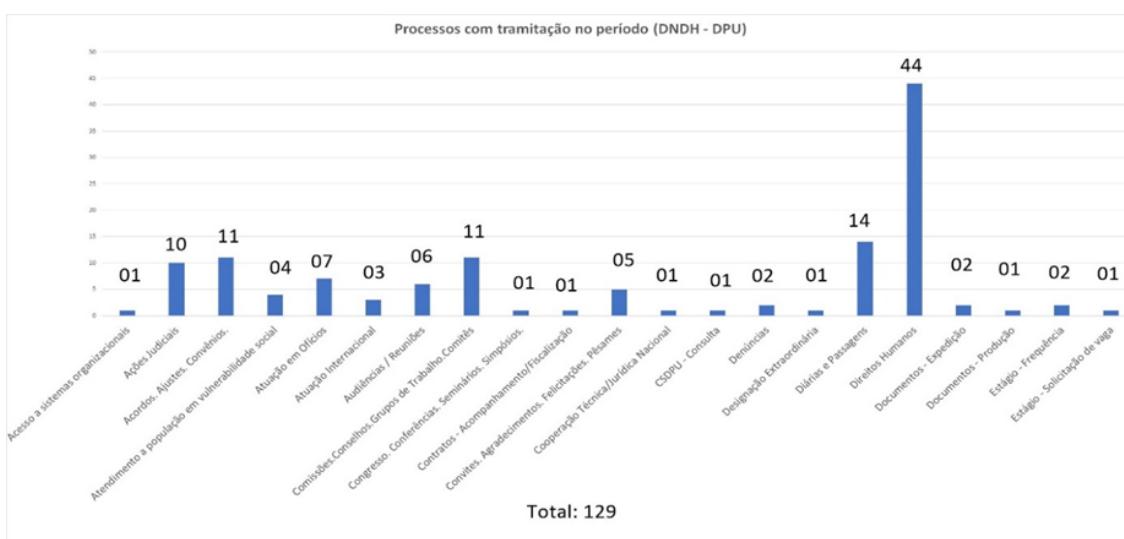
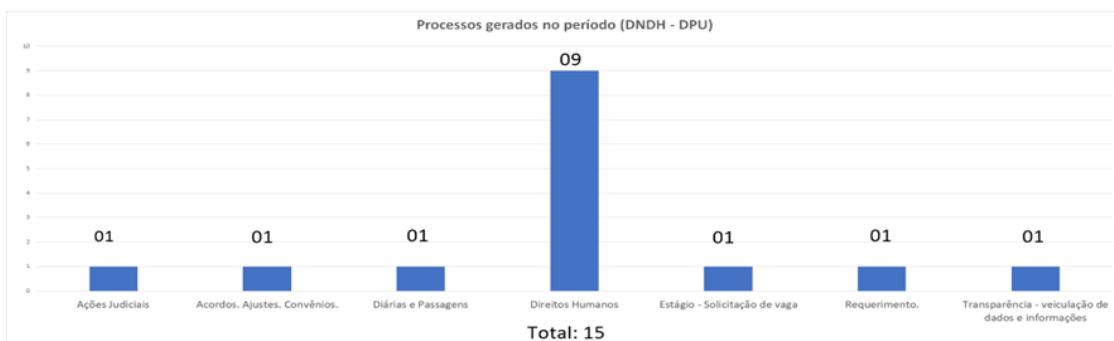
Os defensores destacam que a necessidade de elaboração e implementação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional e à Política de Morte à População Negra, com a participação de organizações da sociedade civil e do movimento negro, no Brasil. Além disso, eles recomendam às Secretarias Estaduais de Segurança Pública que sejam adotadas providências necessárias e suficientes, a fim de evitar outros confrontos e procedimentos policiais desproporcionais em operações policiais.

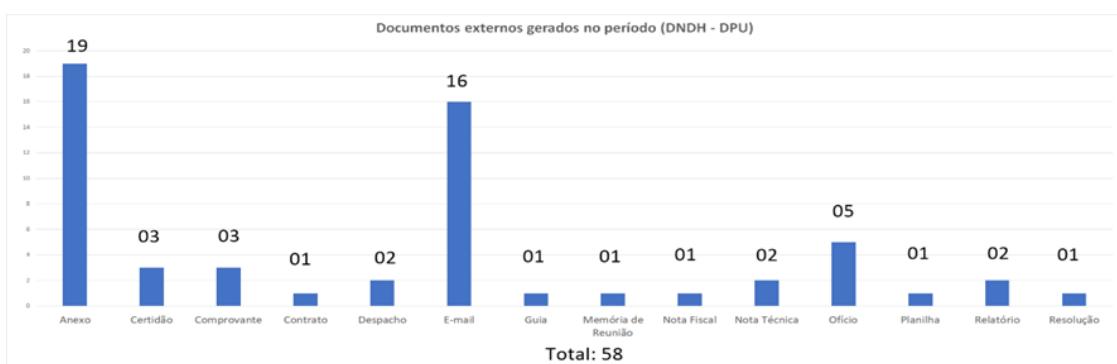
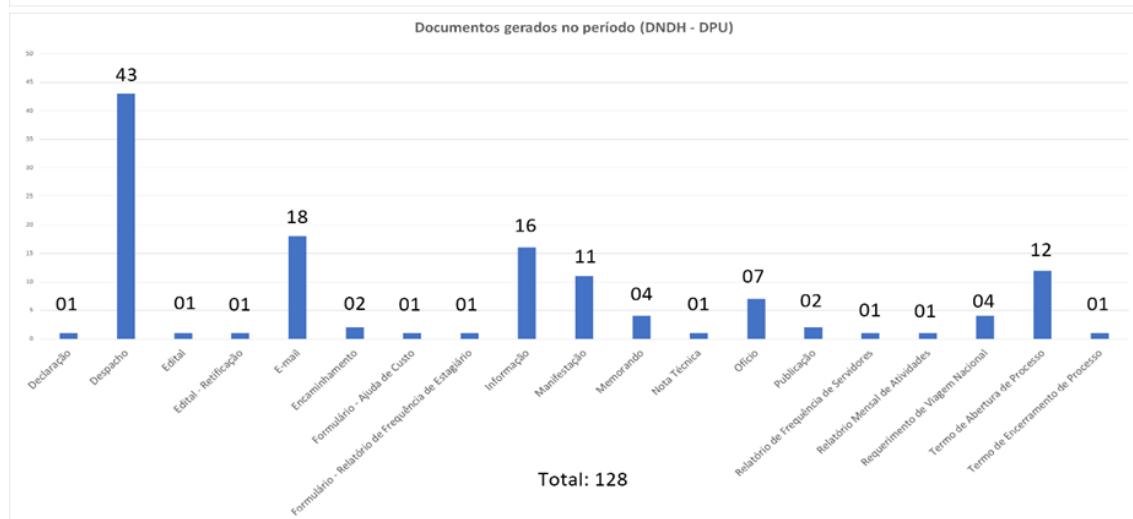
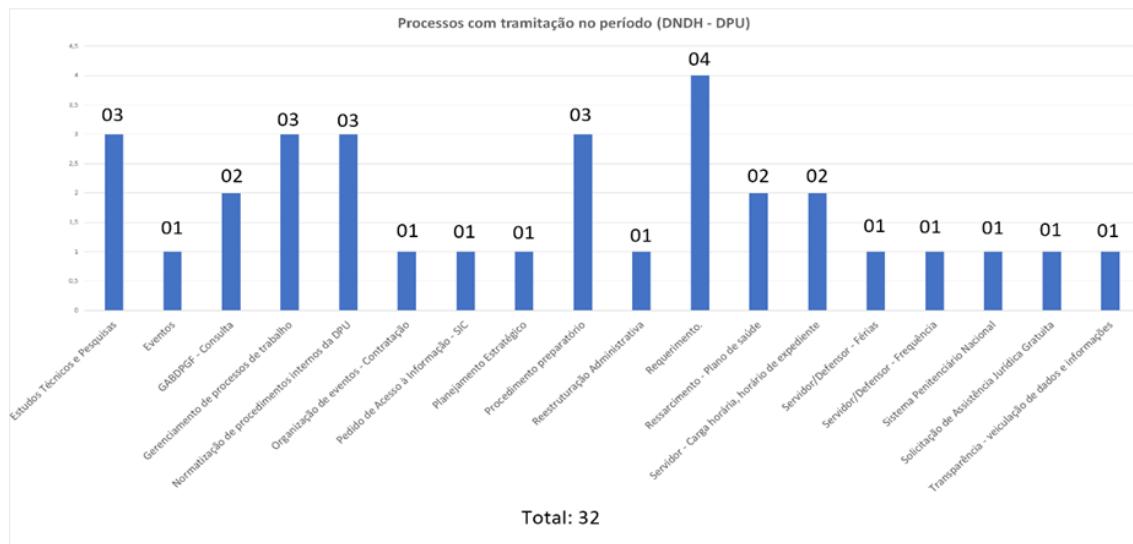
Trata-se de Nota Pública publicada pela Defensoria Pública da União, através das Defensorias Nacional e Regionais de Direitos Humanos, e do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais, sobre as violentas ações policiais que resultaram na morte de 26 pessoas, e lesão corporal de outras 7 pessoas, dentre elas 6 civis e um policial civil, na Vila Cruzeiro, comunidade do Rio de Janeiro, em 24/05/2022, e também na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos em 25/05/2022, em um ato de tortura com uso de uma espécie de “câmara de gás”, dentro de viatura da Polícia Rodoviária Federal.

A Nota foi tornada pública 26/05/2022, tendo, inclusive, sido noticiada em veículos de comunicação de relevo como a coluna da jornalista Mônica Bergamo da Folha UOL.

O documento traz diversas medidas estruturais necessárias para transformar a realidade brasileira de opressão a determinados grupos vulneráveis.

— Estatísticas da Unidade no Período (Maio 2022)





— Processos Instaurados na Unidade

08038.004887/2022-11 - Análise sobre a constitucionalidade da Lei Federal 14.176/21. Termo de Abertura de Processo (5175056). Despachos (5179851, 5230830). E-mail (5187998);

08038.004939/2022-41 - Questionamento de indicação de nome à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte-MG. Termo de Abertura de Processo (5182047). Despacho (5182063). E-mail (5199843);

08038.004982/2022-15 - Benefício por incapacidade temporária com renda mensal inicial superior. Conversão em aposentadoria por incapacidade permanente com base em perícia federal que fixa a data de início da incapacidade em data anterior à EC/103. Revisão da RMI da aposentadoria por incapacidade permanente de forma desfavorável ao segurado. Termo de Abertura de Processo (5182157). Despacho (5185016);

08038.005195/2022-82 - Prorrogação de prazo de repasse e utilização de recursos financeiros da União destinados a mitigar os efeitos da Pandemia de Covid-19, em contrariedade aos limites temporais presentes no art. 3º do Decreto nº 10.579, de 2020 e no §1º do art. 3º da Portaria 369, de 2020 do Ministério da Cidadania. Termo de Abertura de Processo (5193215). Despacho (5193763). Ofício (5194262). E-mail (5217317);

08038.005286/2022-18 - Cessação e indeferimento sumário de benefícios previdenciários, por falta de perícia, ocasionada por greve de peritos do INSS. Termo de Abertura de Processo (5197053). Despachos (5247696, 5206169);

08038.005287/2022-62 - Potenciais riscos relativos ao projeto de mineração da empresa Taquaril Mineração S.A. (Tamisa/Cowan) na Serra do Curral em Belo Horizonte/MG. Termo de Abertura de Processo (5197117). Despacho (5217972);

08038.005515/2022-02 - Nota Técnica sobre violações de direitos humanos em Myanmar. Termo de Abertura de Processo (5210376). Nota Técnica (5210382);

08038.005891/2022-99 - Nota Pública sobre Violência Policial. Racismo Institucional. Casos Vila Cruzeiro e Sr. Genivaldo de Jesus Santos. Termo de Abertura de Processo (5231195). Despachos (5231199, 5239210, 5240977). Ofícios (5240980, 5240986, 5240990) E-mails (5242460, 5242476, 5242486). Publicação (5236602);

08038.005982/2022-24 - Medida Coletiva contra a ilegalidade no cálculo do auxílio-reclusão praticada pelo INSS. Termo de Abertura de Processo (5237722). Edital (5239179). Despacho (5237751);

08038.006019/2022-68 - Ofício do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que informa sobre situação financeira de pessoa em Programa Federal de Proteção e Assistência à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Termo de Abertura de Processo (5240700);

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.005409/2022-11 - Reunião dos empossados ao VI concurso dos Defensores e Defensoras Público Federais. Participação em curso de formação. Participação do 6º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos a convite

do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Reunião de equipe para realização do Encontro Nacional de Direitos Regionais de Direitos Humanos. Informação (5214197). Memorando (5203664). Requerimento de Viagem Nacional (5204061);

08038.005231/2022-16 - Convite para o Ato de posse da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. 16/05/2022. Despacho (5198630);

08038.005341/2022-70 - Audiência Pública. Debates sobre o reajuste previsto para os planos de saúde em 2022. Despachos (5216564, 5208125). E-mail (5216010);

08038.005362/2022-95 - Audiência Pública para “debater o projeto Pró-Águas Urucuia, em especial os impactos socioambientais da barragem”. Despacho (5203783);

08038.005825/2022-19 - Seminário: Brasil na Revisão Periódica Universal - RPU (2022). Despacho (5230883);

08038.006055/2022-21 - Conferência Inaugural do 2º Encontro Nacional de Vice-Governadores e Legisladores Provinciais para Crianças e Adolescentes na Argentina. Despacho (5245648);

08038.025611/2021-88 - Encaminhamento encaminhado e-mail ao CIMI solicitando o envio de lista atualizada de processos que o órgão acompanha. Informação (5184050);

08038.000490/2021-61 - Titulação de terras - Comunidade Tradicionais - Caso nº 12.569 - Comunidades Quilombolas de Alcântara versus Brasil. Despacho (5237001);

08038.017690/2021-53 - Reunião. Educaafro. 12/04/2022. Políticas públicas para manutenção de indígenas e quilombolas no ensino superior. Despacho (5182515);

08038.019571/2021-35 - Descumprimento de prazos pelo INSS. Despacho (5183502). Encaminhamento (5178197);

08038.023711/2021-70 - Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Despacho (5188220);

08185.000081/2021-71 - Migração de dados do CNIS para protegidos pelo PROVITA. Despacho (52009540);

08038.000254/2022-26 - Encaminhamentos acerca da Circular nº 18/2021/CGMT/DPT/FUNAI: proteção de terras indígenas não homologadas.

Despacho (5176883). Ofícios (5191554, 5196044). E-mails (5217410, 5217442);

08038.002189/2022-73 - Consulta individualizada de acesso público das famílias analisadas como elegíveis, para seleção segundo dotação orçamentária, do Programa Auxílio Brasil (MP 1.0061/2021 convertida na Lei 14.284/2021 e regulamentada pelo Decreto 10.881/2021) e do Auxílio Gás dos Brasileiros (Lei 14.237/2021). Despacho (5194411). Ofício (5192730). E-mail (5192930);

08038.002785/2022-53 - PL 191/2020. Flexibilização de normas para viabilizar a exploração de minério em terras indígenas. Despacho (5244511);

08038.004429/2022-74 - Tema 793. Federalização de matérias em saúde. Despacho (5181951);

08038.013232/2021-45 - Instauração de Procedimento de Suscitação de Dúvida Inversa - Comunidade Quilombola "Queimada Grande" (Isaias Coelho/PI) - Serventia Extrajudicial do Ofício Único de Isaias Coelho/PI, Comarca de Itainópolis/PI. E-mail (5184199);

08038.024311/2021-81 - Anexação ao processo de Notificação de Arquivamento - MPT 5ª Região. Informação (5184155);

— Administrativo/Secretaria

08038.005559/2022-24 - Aquisição de novo token - Token SERPRO. Memorando (5212028);

08038.005909/2022-52 - Possibilidade de criação de mecanismo para realizar filtragem dos dados referentes aos PAJ's do Sistema DNDH-DRDH. Memorando (5232580);

08038.006001/2022-66 - Edital para processo seletivo de estagiário de graduação. Termo de Abertura de Processo (5239152). E-mails (5240307, 5239571, 5239582, 5243577). Termo de Encerramento de Processo (5240608);

08195.000010/2021-50 - Requerimento de diárias e indenização de transporte. Despacho(5217165). Informação (5208364);

08038.020504/2021-63 - Atualização de procedimentos de Prestação de Contas em viagens a serviço pela DPU. Despacho (5207230);

08038.022872/2021-46 - Devolução de um posto de trabalho nível II para uso na vaga de PCD. Despacho(5202649);

08038.002718/2022-39 - Pesquisa Quilombos e Acesso à Justiça: A Atuação da

Pública. Despacho (5203247);

08038.002827/2022-56 - Requerimento de viagem para acompanhamento do Relator Especial da ONU, Sr. Clement Voule, em visita técnica na Bahia. Despacho (5243921);

08162.000083/2022-18 - Pedido de formalização de trabalho de servidora da DRDH/MA. Despacho (5179877);

08038.005420/2022-81 - Orientações quanto às reservas das Salas de Reunião do 14º andar da nova Sede da DPU/Brasília. Despacho (5211191);

08038.006112/2022-72 - Articulação interna entre a Câmara de Coordenação e Revisão Cível e a Defensoria Nacional e Defensorias Regionais de Direitos Humanos, buscando a integração e a coordenação nacional da atuação individual e coletiva da Defensoria Pública da União. Despacho (5245983);

08038.016800/2021-60 - Complemento de informações acerca da Recomendação 4340331 DPGU/DNDH. E-mails (5184123, 5185065);

08038.004932/2022-20 - Esclarecimentos acerca do pagamento do AT aos estagiários. Encaminhamento (5207236);

08038.005753/2022-18 - Formulário - Relatório de Frequência de Estagiário. Formulário 5227648. E-mail (5237149);

08038.009458/2017-65 - Contratação de terceirizado nível IV. Informação (5238198);

08038.004424/2022-41 - Pagamento de Verbas Indenizatórias. Formulário - Ajuda de Custo (5207579). Memorando (5207503). Requerimentos de Viagem Nacional (5207505, 5207506, 5207560)

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados que atendem à DPGU e Unidades DPU em Brasília - Período compreendidos de 01 a 30 de junho de 2022 . Informação (5178737);

08038.001997/2022-13 - Formalização de propostas para trabalho remoto em face da mudança de sede. Informação (5180180);

08038.003563/2018-71 - Relatório de Frequência de Servidores. Relatório (5178776);

08038.071743/2020-09 - Relatório Mensal de Atividades. Relatório (5176663);

— **No Âmbito dos DRDHs/CODR**

08038.003418/2022-77 - Solicitação de diárias DRDH MA. Informação (5178587);

08139.000467/2022-10 - Solicitação de diárias DRDH MG. Informação (5175993). Manifestação (5175813);

08143.000117/2022-94 - Solicitação de diárias DRDH MS. Informações (5183554, 5198588). Manifestação (5183982);

08170.000199/2022-40 - Desconsideração de Requerimento de Viagem. Informação (5197885);

08152.000123/2022-32 - Manutenção de Caixa no SEI - DRDH GO. Informação (5215574);

08195.000020/2022-76 - Pedido de desligamento da função de Defensor Regional de Direitos Humanos Substituto AL/SE. Informação (5225915);

08172.000259/2022-12 - Pedido de Deslocamento de DRDH/PE. Manifestação (5178751);

08147.000079/2022-30 - Pedido de Deslocamento de DRDH/MT. Manifestação (5206792);

08138.000290/2022-61 - Pedido de Deslocamento de DRDH/PA. Manifestação (5198680);

08170.000211/2022-16 - Pedido de Deslocamento de DRDH/RS. Manifestação (5210315);

08162.000114/2022-22 - Pedido de Deslocamento de DRDH/MA. Manifestação (5214533);

08170.000226/2022-84 - Pedido de Deslocamento de DRDH/RS. Manifestação (5222885);

08170.000233/2022-86 - Pedido de Deslocamento de DRDH/RS. Manifestação (5239680);

08135.000110/2022-71 - Pedido de Deslocamento de DRDH/SE. Manifestação (5246267);

— **No âmbito da CTCO**

— **Pais Enviados/Abertos - Maio/2022**

08152.000107/2022-40 - Cadastramento de PAJs no Sis-DH Informação (5200087);

08184.000561/2022-23 - Solicitação de pesquisa sobre PAJs de atendimento em saúde mental Informação (5227843);

2022/013-00664 - PAJ instaurado em cumprimento ao despacho no PAJ 2021/013-00323: "Ao Cartório para abrir novo PAJ com o seguinte objeto: Reforma Agrária-regularização do PA Tapurah/Itanhangá;

2022/029-00298 - PAJ instaurado em razão de intimação eletrônica nos autos da petição administrativa n. 5082643-92.2021.4.04.7000, cujo objeto é o "acompanhamento da 'crise hídrica' relatada pelo Diretor da PFCAT durante as últimas inspeções ordinárias à unidade prisional, bem como, para o acompanhamento da construção (em andamento) de um poço artesiano de água na penitenciária";

2022/029-00312 - PAJ instaurado em razão do ofício nº 245/2022 - GABPR7-CKT, encaminhado pelo MPF, solicitando informações sobre eventuais providências adotadas pela DPU, no tocante a eventual omissão do INCRA em negociação de compra de imóvel rural (Fazenda São Rafael - Guariqueçaba/PR), onde está localizado assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. (Paj arquivado provisoriamente);

2022/029-00668 - PAJ instaurado em razão de intimação eletrônica nos autos da petição administrativa n. 5001316-91.2022.4.04.7000, cujo objeto é a "ocorrência de um surto de Covid-19 na unidade da PFCAT e a consequente retomada das medidas de prevenção à disseminação do novo coronavírus entre presos e servidores";

2022/029-00738 - PAJ instaurado em razão de intimação eletrônica nos autos NA n. 5006885-56.2016.4.04.7009, em que se pretende a declaração de "nulidade das matrículas imobiliárias nº 6.271 e 37.179 (provisória), para que as transcrições originárias nºs 953, Lº3 e 10.874, Lº 3-C, do 1º Serviço Registral de Imóveis de Ponta Grossa (PR) retomem a representação registral da área características e confrontações da FAZENDA MODELO". Parte da área pertencente da EMBRAPA está reivindicada ao MST;

2022/029-00982 - PAJ instaurado em razão de recebimento de ofício do NUCIDH, em que solicita apoio ao Instituto Lixo e Cidadania - ILIX, bem como orientação jurídica estratégica sobre o processo nº 5015112- 57.2019.4.04.7000;

2022/029-00983 - PAJ instaurado para possibilitar a permanência dos registros audiovisuais da PFCAT até que sejam homologadas decisões em PDI, bem como seja melhorado o sistema de monitoramento da Penitenciária;

2022/029-01020 - PAJ instaurado em razão de Ofício n.182/2022/NUCIDH/DPPR, encaminhado pelo NUCIDH, em que relata que as mulheres transsexuais migrantes têm tido suas identidades sexuais desrespeitadas ao chegarem nos serviços de registro, havendo um tratamento díspar entre a autoconcepção das pessoas trans e o tratamento recebido;

2022/029-01062 - PAJ instaurado em razão de recebimento de ofício do MPF (Ofício nº 1917/2022 - GABPR7- CKT), em que solicita quais medidas estão sendo adotadas para garantir a regularização fundiária em benefício das demais Comunidades Quilombolas pertencentes à Subseção Judiciária de Curitiba, não abrangidas pela ACP nº 5022987-15.2018.404.7000, especificamente, das seguintes Comunidades: 1. João Surá 2. Mamãs 3. Varzeão4.

Feixo 5. Vila Esperança 6. São João 7. Córrego Franco 8. Feixo 9. Palmital dos Pretos;

2022/029-01074 - PAJ instaurado em razão de recebimento de ofício do CAOP/MPPR, denunciando que terceiros estão cobrando para realizar agendamento no setor de migrações da Polícia Federal de Curitiba;

2022/029-01170 - PAJ instaurado em virtude de intimação eletrônica nos autos da petição administrativa n. 5055769-70.2021.4.04.7000, em que o interno LUIZ ANTONIO ENCINA, pleiteia a retomada das atividades regulares de lazer, esporte e educação;

2022/029-01262 - PAJ instaurado em virtude de Processo remetido pelo Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos da DPE, para atuação desta DPU em ação judicial envolvendo Templo ‘Cabana de Umbanda Pai Tomé e Mãe Rosário’, diante da redistribuição do feito para a 11ª Vara Federal de Curitiba. Ação de reintegração de posse promovida pela Município de Curitiba. Ação está em fase de cumprimento de sentença. Demanda envolve matéria ambiental e população tradicional (quilombolas);

2022/014-01465 - PAJ instaurado para tratar de tutela da posse de imóvel rural e da liberdade religiosa do grupo de matriz africana “Floresta Sagrada Alto do Xangô”;

2022/014-01466 - PAJ instaurado para atuação em ação possessória ajuizada por particulares contra a Comunidade Remanescente de Quilombo Terra Nova; 2022/002-00640 - PAJ instaurado para tratar de atendimento especializados às pessoas portadoras de deficiência auditiva pela DPU;

2022/002-00835 – PAJ instaurado para tratar de solicitação de ajuda para implantação do benefício do auxílio Brasil. Na ocasião foi informado pela assistida que se deslocou até o CRAS mais próximo de sua residência para fazer o Cadastro Único;

2022/005-00494 - PAJ coletivo em que solicita-se providências em face de suposto ato da UFRR de moradia insalubre na residência universitária;

2022/005-00503 - PAJ instaurado para tratar de maus tratos aos detentos da penitenciária agrícola– PAMC;

2022/005-00506 - PAJ coletivo instaurado em razão da notícia de que meninas indígenas morreram após estupros por garimpeiros na Terra Indígena Yanomami;

2022/012-00857 - PAJ instaurado após provocação da SEDIHPOP para atuar no combate à intolerância religiosa – Caso: Terreiro Fanti Ashanti;

2022/029-01195 - PAJ instaurado para tratar de possibilidade de medida coletiva contra a ilegalidade no cálculo do auxílio-reclusão, sem prejuízo da continuidade com as demandas individuais;

2022/014-01495 - PAJ instaurado para tratar de fornecimento do medicamento selexipague no âmbito no SUS;

2022/029-01195 - PAJ instaurado para tratar de verificação da possibilidade de medida coletiva contra a ilegalidade no cálculo do auxílio-reclusão, sem prejuízo da continuidade com as demandas individuais;

2022/002-00921 - PAJ instaurado para tratar de atendimento de urgência na especialidade Otorrinolaringologia no Estado de Goiás pelo SUS;

2022/003-01369 - PAJ instaurado para promover defesa em ação de interdito proibitório requerido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit contra a Comunidade Indígena Suruí Sororó;

2022/012-00831 - PAJ instaurado para tratar de reintegração de posse de áreas adquiridas pela Valec para implantação da Ferrovia Norte-Sul, compreendendo o trecho Açaílândia/MA a Talismã/TO. Processo 1006418- 57.2019.4.01.3701 e 0006393-66.2016.4.01.3701;

2022/016-03507 - PAJ instaurado para monitorar a atuação do Ministério da Saúde na questão a respeito dos casos de hepatite grave em crianças no Brasil;

2022/017-00763 - PAJ instaurado para tratar de revisão da vida toda junto ao INSS;

2022/034-00290 - PAJ instaurado para cobrar transparência do Ministério da Cidadania em relação à fila de espera para ingresso nos programas Auxílio Brasil e Auxílio Gás (SEI 08038.002189/2022-73);

2022/012-00838 - PAJ instaurado após provocação da Associação Cultural Zona Rural Maracanã - ASSOZOMA para construção pelo DNIT de 1 (um) elevado de intercessão do Km 7 a 8, da BR-135, que dá acesso ao distrito industrial e Maracanã, em razão do excessivo número de veículos na malha rodoviária;

2022/012-00971 - PAJ instaurado com objetivo de atuação coletiva para avaliar a situação da fila de espera no HU- UFMA, para a cirurgia oncológica de Duodenopancreatectomia;

2022/034-00606 - PAJ instaurado para promover defesa de famílias integrantes de Comunidade Cigana de Sousa- PB, rés em ação de reintegração de posse promovida por Gilson de Sousa Lins - Reintegração de Posse nº 08003654220214058202;

2022/007-00941 - PAJ instaurado para viabilizar atuação da DPU interessada na condição de custos vulnerabilis, na reintegração de posse da invasão da área indígena Pantaleão no município de Autazes-AM. (PAJ 2011/007- 00568 e PAJ 2016/007-02662) Processo Judicial: 00022961919894013200;

2022/016-03003 - PAJ instaurado para tratar de levantamento de FGTS por Transtorno do Espectro Autista;

2022/017-01423 - PAJ instaurado para apurar denúncias de violação de Direitos Humanos na Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim;

2022/007-00965 - PAJ instaurado para acompanhar o procedimento para apuração de Dano Coletivo (PADAC), para levantamento das políticas públicas adotadas pelos entes públicos estadual e municipal para a prevenção e posvenção de suicídios, sua efetividade e necessidade de reformulação ou adoção de outras políticas públicas;

2022/029-01261 - PAJ instaurado para manifestação do juízo substituto acerca da reunião do Comitê Executivo de Saúde que ocorrerá no dia 29 de abril de 2022, às 10 horas;

2022/013-00850 - PAJ instaurado para tratar de AÇÃO COLETIVADISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO A TAF CONCURSO PC-MT. Pedido de Tutela de Urgência em Caráter Antecedente em ACP nº 1011381-18.2022.4.01.3600;

2020/029-01080 - PAJ instaurado, por provocação das comunidades Indígenas do Estado do Paraná (elencadas no item 7 desta narrativa), que solicitam auxílio da DPU referente a viabilização de alimentos aos membros das referidas Comunidades que não possuem renda ou que se encontram no grupo de risco do Covid-19, assim como para suspender as cobranças pelo fornecimento de energia

elétrica, durante a pandemia da doença. ACP 50274468920204047000;

2022/014-01921 - PAJ instaurado para tratar de direitos territoriais da Comunidade Indígena da Aldeia Patiburi, que integra a TI Tupinambá de Belmonte;

2022/012-01020 - PAJ instaurado para tratar de Relatório da Fiscalização de Combate ao Trabalho Escravo referente à Ação Fiscal realizada pela GRTb- Imperatriz-MA, na Fazenda Santo Antonio de Padua, localizada no Município de Montes Altos (MA);

2022/012-01027 - PAJ instaurado para promover defesa coletiva em ação de reintegração de posse promovida pela Agroempreendimentos São Lourenço LTDA, tendo por objeto a área correspondente à Fazenda São Lourenço, localizada na zona rural de Cururupu/MA. RP nº 0801525-38.2021.8.10.0084;

2022/026-01734 - PAJ instaurado para analisar atuação da DRDH em casos de suspensão do pagamento do auxílio brasil em razão de recebimento tardio de auxílio emergencial;

2022/002-01117 - PAJ instaurado para verificação do cumprimento do disposto no art. 73 da Lei nº 11.977/2009 (acessibilidade), referente aos empreendimentos financiados pelo PMCMV;

2022/012-00978 - PAJ instaurado para tratar da ausência de abastecimento de água na Aldeia Araruna, localizada no município de Itaipava do Grajaú – MA;

2022/012-01024 - PAJ instaurado após provocação da União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de ItapecuruMirim/Maranhão (UNICQUITA). Denúncia de conflitos e venda de terras na comunidade Mangal do Ipiranga – Território Buragir - Itapecuru Mirim- Maranhão. Território quilombola com processo de regularização junto ao INCRA de n. 54230.001441/2007-29 e objeto de ação civil pública do MPF (processo nº 1007326- 54.2018.4.01.3700);

2022/012-01115 - PAJ instaurado para tratar de apuração da morte de liderança indígena Ka'apor, que teria ocorrido em razão de oferecimento de peixe envenenado por pessoa(s) desconhecida(s) aos indígenas do povoado;

2022/039-07458 - PAJ instaurado para tratar de solicitação do Povo Indígena Kapinawá/PE, para atuação jurídica da Defensoria Pública da União no processos judicial 0000307-20.2013.4.05.8310 que diz respeito a uma reintegração de posse contra o Povo Indígena Kapinawá;

2022/013-00869 - PAJ instaurado após recebimento de denúncias de irregularidades nos Concursos Públicos da Polícia Militar e do Corpo de

Bombeiros Militar de Mato Grosso. De acordo com alguns candidatos, o Teste de Aptidão Física foi realizado conforme critérios pessoais dos examinadores, de modo que algumas pessoas foram aprovadas e outras reprovadas pelo menos motivo. Ademais, houve negativada UFMT em disponibilizar filmagens do TAF aos candidatos. ACP nº 1012075-84.2022.4.01.3600;

14 PAJs arquivados no período

Reuniões	10
Audiências Públicas	02
Notas Técnicas	01
Notas Públicas	01

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA - JUNHO

— Reuniões e encaminhamentos

01/06/2022 - Audiência na ACP 5027446-89.2020.4.04.7000/PR que visa garantir abastecimento alimentar, fornecimento de materiais de higiene e equipamentos de proteção individual, bem como assistência médica a todas as comunidades indígenas do Estado do Paraná, independentemente de situarem-se em reservas indígenas demarcadas (PAJ 2020/029-1080), em substituição à DRDH/PR;

01/06/2022 - Reunião com o Dr. Vinícius Freire Vinhas, chefe da Unidade da DPU/SE, sobre o caso do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, morto em operação da Polícia Rodoviária Federal, em Umbaúba/SE (SEI 08038.005891.2022-990);

02/06/2021 - Reunião com a Assessoria do Gabinete do Senador Humberto Costa sobre missão a ser realizada em Umbaúba/SE relativa à morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, morto em operação da Polícia Rodoviária Federal (08038.005891.2022-99);

02/06/2022 - Conferência Inaugural do 2º Encontro Nacional de Vice-Governadores e Legisladores Provinciais para Crianças e Adolescentes na Argentina (SEI 08038.006055/2022-21);

02/06/2022 - Reunião de Análise Estratégica - RAE. Discussão de resultados alcançados relativos ao Plano Estratégico DPU 2040 - Planejar, Defender e os Planos de Tratamento referentes à Gestão de Riscos no âmbito da DPU, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, instituída pela Portaria nº 109, de 12 de fevereiro de 2020, e com a Instrução Normativa nº 92, de 07 de fevereiro de 2022, que institui a Metodologia de Gestão de Riscos na DPU (SEI 08038.010070/2017-15. Ata de Reunião 5274116);



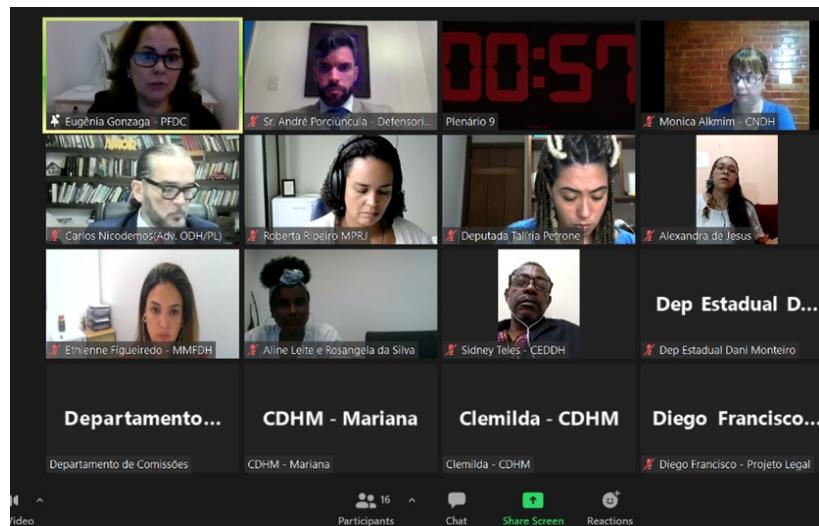
03/06/2022 - Reunião DNDH, DRDP PE, SGAI e Secretaria de Ação Global do MMFDH para atuação na defesa das vítimas das chuvas de PE. Dentre encaminhamentos importantes, está o recebimento de relatórios da Força Tarefa constituída pelo governo federal para casos de grande impacto através do DRDH/PE que funcionará como ponto focal da DPU. Ademais, a DPU realizou missão através do DNDH e do DRDH/PE a comunidades atingidas nos dias 9 e 10, além de reuniões com autoridades das três esferas de governo para apresentação das pautas tratadas no SEI 08172.000322/2022-11;



08/06/2022 - Reunião Comitê Renda Básica Cidadã. Foram discutidas as seguintes pautas: (I) Nota Técnica com o objetivo de analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 29 de 2020, (II) A presença da DPU Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) no Plenário e nas Câmaras, (III) Nota Técnica nº 5 - DPGU/SGAI DPGU/CTE Renda Básica Cidadã DPGU e, (IV) Acesso aos Dados do Auxílio Brasil (SEI 08038.013042/2021-28. SEI 08038.001006/2022-01. Memória de Reunião 5266646);



08/06/2022 - Audiência Pública - Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Desdobramentos da "Chacina de Acari" (SEI 08038.006004/2022-08). Cartilha informativa para memória do caso 5257937.



08/06/2022 - Palestra de abertura conferida no Evento Nutrad. Traduzir-nos: Acessibilidade e diversidade linguística.

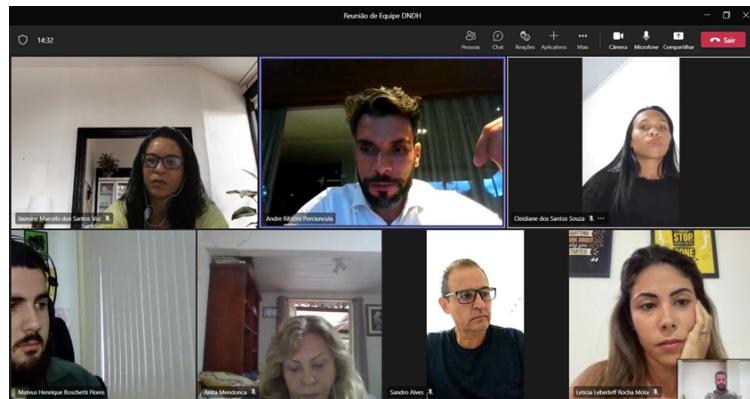
08/06/2022 - Missão em Pernambuco em razão das fortes chuvas que atingiram o estado e a declaração de estado de calamidade pública. Visitas aos locais afetados das cidades de Recife e Jaboatão dos Guararapes, dentre eles o bairro de Dois Carneiros, ocupação de Santa Efigênia (dia 8). Reunião com Defesa Civil, DPE, MP, Prefeitura Municipal (dia 09) e reunião com a sociedade civil (dia 09) (SEI 08172.000322/2022-11);



10/06/2022 - Reunião da Rede SIDH. Pauta Casos de alienação parental, Brígido e Elisângela vs. Brasil, Jovens e adolescentes do Centro de Internação Provisória de Goiânia (CIP) vs. Brasil, Massacre da Sé vs. Brasil, Caso Daniel Nitzsche Starling vs. Brasil, Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, Violência aos bebês intersex e suas mães decorrente de patologização da intersexualidade no Brasil, Proposta de participação da DPU como amicus curiae ou copeticionária de medida cautela

sobre deslocamento forçado da população da "Cracolândia" em São Paulo. (SEI 08178.000524/2016-56. Ata de Reunião 5282063);

14/06/2022 - Reunião interna gabinete DNDH para coordenação de atividades.



22/06/2022 - Reunião do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde - FONAJUS. Pautas (I) Minuta de Resolução que dispõe sobre o funcionamento e utilização do sistema E-NATJUS, (II) Projetos PROADI/SUS – Hospital Sírio Libanês, Albert Einstein e Ministério da Saúde (III) V Jornada de Direito da Saúde, (IV) Seminário no STF sobre efeitos jurídicos do Tema 793, (V) Minuta de Resolução e da Portaria referente à Instituição da Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional da Saúde, instituído pela Resolução CNJ nº 107, de 6 de abril de 2010 (Resolução e Portaria do Plano Nacional);



23/06/2022 - Reunião com o Dr. Antônio Ezequiel, Categoria Especial, sobre a reintegração de posse em Macapá. Tratou-se de providências quanto ocorrência de despejo coletivo na Travessa Fortunato Perez e Redondezas no Novo Buritizal, em Macapá-AP, que pode colocar em situação de rua mais de 2.000 mil famílias que vivem em área do exército, juntamente com outras 50.000 famílias, há mais de 40 anos (SEI 08038.007643/2022-82). Ajuizamento de Reclamação Constitucional perante o STF.

23/06/2022 - Reunião com o Dr. Claudionor Barros Leitão, DPF de Categoria Especial, para tratar sobre atuação perante o STF sobre o tema 793 que trata sobre

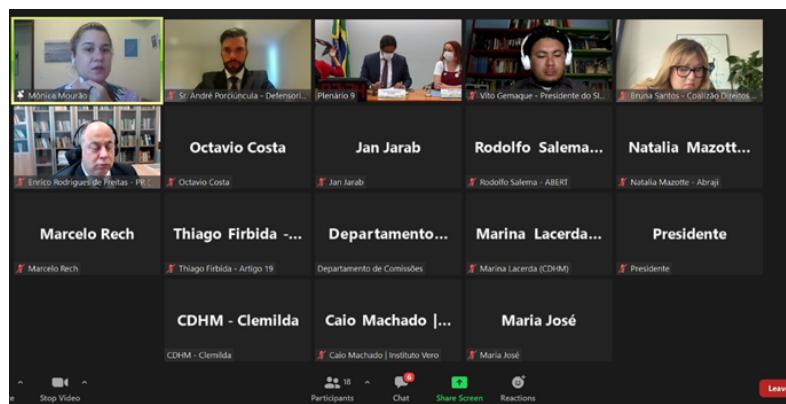
a federalização de diversas matérias de saúde do SUS (SEI 08038.015638/2021-62).

28/06/2022 - Reunião SGAI, DNDH e Defensoria Del Pueblo de la Colombia para tratar sobre Carta de Entendimentos entre as Instituições (SEI 08038.002958/2019-38);



28/06/2022 - Reunião com o Dr. Leonardo Vilarejo, Defensor Interamericano de DH sobre estratégias para apresentação de pedido de monitoramento de intervenções policiais no Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo como casos paradigmas o Sr. Genivaldo de Jesus e as operações policiais do Jacarezinho (2021), Vila Cruzeiro (2022) e Alemão (2022) (SEI 08038.005891/2022-99);

29/06/2022 - Participação em Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Foram tratadas as seguintes pautas:(I) "Impactos da desinformação e da violência política para a democracia"; (II) "Violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022";



— Publicações e Entrevistas

08/06/2022 - Participação em evento promovido pelo Núcleo de Tradução da DPU (NUTRAD), onde, além de se comemorar os três anos de existência da unidade, debateu-se a associação entre direitos linguísticos e direitos humanos (SEI 08038.002789/2022-31);

Evento debate associação entre direitos linguísticos e direitos humanos

Criado: 07 Junho 2022

Brasília - Em celebração aos três anos de atuação do Núcleo de Tradução (NuTrad), a Defensoria Pública da União (DPU) realiza nesta quarta-feira (8) o evento "Traduzir-nos: Acessibilidade e Diversidade na Defesa de Direitos". Semipresencial, o encontro acontece das 14h às 17h.

Entre os palestrantes que vão debater a associação entre direitos linguísticos e direitos humanos estão o subdefensor público-geral federal, Jair Soares, e o defensor nacional de Direitos Humanos, André Porciúncula. Na oportunidade também será realizada uma homenagem a todos os que apoiaram e ajudaram o desenvolvimento do NuTrad nesses anos.

Confira a [programação completa](#).

O NuTrad foi constituído com o objetivo de acabar com as barreiras linguísticas enfrentadas por grande parte da população assistida pela DPU, composta por brasileiros no exterior e migrantes internacionais no Brasil. Esse trabalho foi classificado para a 2ª etapa do Prêmio Innovare deste ano.

A atuação permite dar andamento em ações judiciais e extrajudiciais, mediações e resolução de conflitos que não possuem condições de pagar por serviços de tradução. O Núcleo foi responsável por traduções de mais de 3.000 páginas de documentos, como notas técnicas, informes, relatórios, resumos executivos, portfólios, resoluções e portarias.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/68761-evento-debate-associacao-entre-direitos-linguisticos-e-direitos-humanos>;

08/06/2022 - Visita em providência relacionada à situação de emergência em Pernambuco decorrente do grande volume de chuvas ocorrido durante a semana de 23 a 29 de maio de 2022. Durante a missão o DNDH, em conjunto com o DRDH/PE, realizou visitas aos locais afetados: Bairro Dois Carneiros, ocupação de Santa Efigênia (dia 8); realizou reunião com Defesa Civil, MP, Prefeitura (dia 09), DPE, e por fim, reuniu-se com a sociedade civil (dia 09).

Em momento anterior às vistas o DNDH realizou, juntamente com a SGAI e o DRDH/PE, em 03/06/2022, reunião com representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social ligada ao Ministério da Cidadania, com o objetivo de apresentar as principais pautas já contidas nesse SEI. Na ocasião, o Sr. Danyel, servidor coordenador do Sistema Nacional de Assistência Social, compartilhou um Briefing de Ações da SNAS nas Situações de Emergências e Calamidades no Nordeste (AL e PE) 5287471. Em 14/06/2022, o referido servidor encaminhou a esse DNDH Portaria 784 de 10/06/2022, em anexo, que suspende em caráter excepcional por 150 (centro e cinquenta) dias a obrigatoriedade de apresentação das condições definidas no artigo 7º da Portaria nº 90 de 03/09/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de sorte que, a partir daquela data, todo município em situação de emergência ou calamidade que requerer transferência de recursos do SNAS será atendido. Os demais andamentos e providências encontram-se no (SEI 08172.000322/2022-11);

DPU realiza mutirão e visita comunidades atingidas pelas chuvas em Pernambuco

Criado: 14 Junho 2022

atendimento

Recife – Para ajudar a população atingida pelas fortes chuvas em Pernambuco, a Defensoria Pública da União (DPU), por meio, da Defensoria Regional de Direitos Humanos do estado, organizou e participou de diversas ações de 7 a 10 de junho. Foram mutirões de atendimento, visita a uma comunidade que está isolada após a queda da ponte e reuniões com outros órgãos públicos.

Confira o cronograma de atividades do defensor regional de Direitos Humanos de Pernambuco (DRDH/PE), André Carneiro Leão, que contou com o acompanhamento do defensor nacional de Direitos Humanos da DPU, André Ribeiro Porciúncula, em algumas ações.

- Levantamento de demandas e mutirão de atendimento:

Na terça-feira (7), houve uma reunião administrativa no âmbito da DPU no Recife, por videoconferência, para estabelecer uma força tarefa na unidade com defensores e servidores para o atendimento individualizado à população atingida pelas chuvas. No dia seguinte (8), a DPU participou de um mutirão de atendimentos no município de Jaboatão dos Guararapes. A ação foi organizada pelo Governo de Pernambuco em parceria com a

Prefeitura do município.



"Estamos prestando um serviço de orientação jurídica a essa população. Percebemos que a maior demanda que chega para a DPU é relacionada ao saque do FGTS. A Caixa está impondo à Prefeitura a indicação nos números das unidades habitacionais e não apenas o nome da rua afetada.

Nós vamos atender essa população e vamos demandar da Caixa uma flexibilização dos seus critérios, para garantir que, independentemente da indicação pela Prefeitura do número da casa, possa ser realizado o saque do FGTS. Na ação acolhemos a população de forma individual, mas certamente isso vai gerar uma ação coletiva", destacou o defensor André Carneiro Leão, que fez os atendimentos junto com o colaborador da DPU no Recife Danilo Guimarães.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-pernambuco/68913-dpu-realiza-mutirao-e-visitas-comunidades-atingidas-pelas-chuvas-em-pernambuco>;

08/06/2022 - Participação em audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (5239474) para debater o caso "Chacina de Acari" ou "Mães de Acari". Em relação ao fato, com colaboração da Coordenação de Apoio à Atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, foi juntado ao SEI 5257937 uma cartilha informativa para memória do fato.

A partir de encaminhamento da audiência o DNDH enviou à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Nota Técnica 5362815 para subsidiar a atuação dos parlamentares (SEI 08038.006004/2022-08);

DPU participa de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a Chacina de Acari (RJ)

Criado: 13 Junho 2022

[direitos humanos](#) [dndh](#) [audiência pública](#)

Brasília – No último dia 8, o defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH), André Porciúncula, representou a Defensoria Pública da União (DPU) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que debateu os desdobramentos do caso Chacina de Acari (RJ), que completa 32 anos.



No episódio, ocorrido em julho de 1990, 11 moradores da Favela do Acari, sete deles menores de idade, foram retirados de um sítio por um grupo de homens que se identificaram como policiais e nunca mais foram vistos. A investigação indicou que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo dinheiro de algumas das vítimas antes do desaparecimento. Até hoje não se sabe o que aconteceu com essas pessoas e os

responsáveis nunca foram julgados, pois, apesar da gravidade, o caso foi negligenciado pelas autoridades, até ser arquivado em 2010.

Um dos destaques da audiência pública foi o relatório divulgado, no final do ano passado, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que apontou o Estado brasileiro como responsável pela violação de diversos artigos consagrados em declarações de direitos humanos.

Em sua fala no evento, o DNDH defendeu que "é fundamental o debate sobre o desaparecimento forçado no Brasil, que se caracteriza por prisão, sequestro ou morte de pessoas por agentes do Estado, ou por pessoas que agem com a sua autorização ou apoio".

Segundo o defensor, as características de falta de investigação, arquivamento de inquérito, ausência de judicialização e prescrição são traços comuns dessa prática. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 2007 a 2016, foram registrados 693.076 boletins de ocorrência de desaparecimento no Brasil.

Para o representante da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (ODH) e conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Carlos Nicodemos, o caso de Acari é emblemático por ter ocorrido dois anos após a vigência Constituição do Brasil de 1988 e ter, portanto, colocado à prova o cumprimento dos princípios de direitos humanos nela estabelecidos.



Disponível: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/68761-evento-debate-associacao-entre-direitos-linguisticos-e-direitos-humanos>;

23/06/2022 - Reclamação Constitucional ajuizada perante o STF com pedido de suspensão de despejo em Macapá. A ocorrência de despejo coletivo na Travessa Fortunato Perez e Redondezas no Novo Buritizal, em Macapá-AP, que pode colocar em situação de rua mais de 2.000 mil famílias que vivem em área do exército, juntamente com outras 50.000 famílias, há mais de 40 anos.

Por meio do Despacho de ID 1113258780 (doc. SEI 5294783), a Justiça Federal do estado do Amapá, considerando que a área de ressaca atrás do residencial Açucena (Novo Buritizal) se constitui em área de preservação permanente, não destinada a ocupação humana, autorizou a Secretaria de Infraestrutura do Estado-membro do Amapá – SEINF a realizar a demolição das ocupações e consequente remanejamento das famílias que estão ocupando toda a extensão das áreas de

ressaca, inclusive aquela localizada no bairro Congós, para fins de remanejamento das famílias para o conjunto habitacional Miracema e/ou para qualquer outro conjunto habitacional que o Estado-membro do Amapá ou Município de Macapá venha a construir.

A grande problemática que envolve o processo é a presença de assistentes sociais que, em conjunto com a polícia, obrigam as famílias a assinarem termos de concordância que autorizam sua mudança para um residencial que ainda está em construção ou sequer teve suas obras iniciadas, conforme se extraí do doc. SEI 5294782.

Diante disso, de lavra do DNDH em conjunto com o Defensor Público Federal de Categoria Especial, Dr. Antonio Ezequiel Inácio Barbosa, a Defensoria Pública da União propôs Reclamação ao STF com pedido liminar, visando à suspensão do referido despejo. A íntegra do documento enviado ao STF encontra-se no SEI 5305137. (08038.007643/2022-82)

DPU pede ao STF suspensão de despejo em Macapá (AP)

Criado: 28 Junho 2022

despejo

Macapá - Para evitar que mais de 2 mil famílias fiquem em situação de rua, a Defensoria Pública da União (DPU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda uma ordem de despejo em Macapá (AP). A ordem abrange a Travessa Fortunato Perez e as redondezas no Novo Buritizal.

A DPU cobra a imediata suspensão no cumprimento da reintegração de posse para impedir a remoção forçada das famílias. A entidade pede para que seja apresentado um Plano Prévio de Remoção e Assentamento (PPRA) que garanta a reserva de vagas em centros de acolhida para assegurar a moradia necessária às famílias.

O pedido da Defensoria está em documento enviado ao presidente da Suprema Corte, ministro Luiz Fux, na quinta-feira (23), pelo defensor nacional de Direitos Humanos, André Porciúncula, e pelo defensor público federal da Categoria Especial, Antonio Ezequiel Inácio Barbosa. No documento, eles contestam decisões proferidas pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá que determinaram a remoção forçada e a demolição das moradias de inúmeras famílias sem que fosse efetivamente assegurado o prévio reassentamento das pessoas.

Para Porciúncula, a decisão do juiz de primeiro grau não encontra respaldo na lei porque a ação em que foi proferida a decisão não é de reintegração de posse ajuizada pela União. “Também entendemos que o poder público se omitiu durante muitos anos sobre esta ocupação e agora ela encontra-se consolidada. Sendo assim, retirar essas famílias seria uma medida desproporcional. Entendemos ser possível apresentar um plano de qualificação urbanística que seja capaz de equalizar a ocupação humana com a preservação do meio ambiente”, afirmou.

No documento, a DPU também argumenta que as decisões configuram descumprimento da determinação do STF na ADPF 828, que estendeu a suspensão de despejos e desocupações no Brasil até 30 de junho de 2022 por causa da pandemia de Covid-19. No entendimento dos ministros do Supremo, apesar da melhora do cenário epidemiológico, com a evolução da vacinação e a redução do quantitativo de óbitos e de novos casos, a pandemia não acabou e ainda existem muitas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Entenda o caso

A Justiça Federal no Amapá autorizou que a Secretaria de Infraestrutura do Estado (SEINF) demolisse as casas localizadas em áreas de preservação permanente não destinadas à ocupação humana. A ideia é que as famílias fossem remanejadas para um conjunto habitacional. No entanto, as pessoas não têm para onde ir já que as obras do conjunto habitacional ainda não estão prontas.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/22-noticias-ap-2/noticias-ap-geral/69158-dpu-pede-ao-stf-suspensao-de-despejo-em-macapa-ap>;

29/06/2022 - Participação em Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Foram tratadas as seguintes pautas:(I) "Impactos da desinformação e da violência política para a democracia"; (II) "Violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022".

Por oportuno, destaca-se que a Defensoria Nacional de Direitos Humanos, como membro do Observatório para a Democracia, é signatária do Termo de Cooperação TSE nº 43/2022, referente ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral (doc. SEI 5366905). Em consonância com o que foi debatido na audiência pública de 29 de junho, o referido acordo dispõe sobre o compromisso de: "(1) Realizar atividades de conscientização a respeito da ilegalidade e da nocividade das práticas de desinformação, nos termos da lei., (2) Privilegiar, na participação de eventos acadêmicos, publicações, entrevistas, artigos de opinião e diálogos democráticos com a sociedade, o desenvolvimento dos seguintes temas: I. “paz e tolerância”, lema das Eleições 2022; II. respeito aos direitos humanos, notadamente os direitos civis e políticos; III. a imprescindibilidade do patrimônio democrático; IV. a fundamentalidade da Justiça Eleitoral brasileira; V. a nocividade que a disseminação de conteúdos falsos, enganosos, odiosos e extremistas representa à democracia e à legitimidade das eleições, (SEI 08038.023711/2021-70).

DPU defende na Câmara dos Deputados proteção aos que atuam da defesa dos Direitos Humanos

Criado: 01 Julho 2022

[direitos humanos](#)

Brasília – Em evento na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (29), o defensor nacional de Direitos Humanos (DNDH) da Defensoria Pública da União (DPU), André Porciúncula, mostrou preocupação com atual cenário de violações e argumentou sobre a necessidade de orçamento e políticas públicas específicas para garantir proteção a comunicadores, ambientalistas e pessoas que atuam na defesa dos Direitos Humanos no Brasil.



O debate ocorreu no seminário “Impactos da desinformação e da violência política para a democracia”, organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Além da DPU, participaram do debate representantes da Justiça Eleitoral, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Mercosul, do Ministério Público, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), além de associações de imprensa e outras entidades da sociedade civil. O tom do evento foi marcado por denúncias de casos atuais e frequentes de violência política e desinformação que ameaçam a democracia brasileira, especialmente no período das eleições de 2022, para os cargos de presidente da república, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais.

Em sua fala, André Porciúncula abordou o papel constitucional da Defensoria Pública da União para a democracia, enquanto instituição nacional de Direitos Humanos, no combate à desinformação e à violência política.

Ao contextualizar o tema, o defensor explicou que “nós temos assistido, nos últimos tempos, a uma criminalização, um vigilantismo, um descredito e a difamação, muitas vezes, através de discursos que deslegitimam a segurança, e também a diversos ataques a defensores e defensoras de Direitos Humanos”.

Liberdade de expressão e de imprensa

O DNDH defendeu que pensar em liberdade de expressão e de imprensa é pensar na garantia da autorrealização e da autodeterminação da pessoa humana. “É pensar na nossa formação individual e coletiva, na nossa cultura, nos nossos costumes, na política, na possibilidade de a nossa sociedade ter um desenvolvimento crítico, literário, artístico. É pensar liberdade de expressão enquanto patrimônio imaterial que traduz o nosso povo”, disse.

Para ele, “é evidente que o direito fundamental à liberdade de expressão e imprensa possui limites, assim como todos os demais direitos fundamentais, por mais caros que sejam; logo, ele não abrange discursos de ódio e violência, que externalizam desprezo e intolerância relacionados, sobretudo, a questões étnicas, de religião, de gênero, de deficiência física ou mental e de orientação sexual”.

29/06/2022 - Em trabalho conjunto ao Comitê DPU Renda Básica cidadã, a Defensoria Nacional de Direitos Humanos sugere adequações ao Programa Auxílio Brasil, por meio da Nota Técnica nº 5 - DPGU/SGAI DPGU/CTE Renda Básica Cidadã DPGU.

A Lei nº 14.284/2021, que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, revela, no parágrafo único do artigo 1º, a pretensão de concretizar uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da Renda Básica da Cidadania, prevista na Lei nº 10.835/2004 e objeto de ordem judicial no Mandado de Injunção nº 7.300.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/69248-dpu-defende-na-camara-dos-deputados-protecao-aos-que-atuam-da-defesa-dos-direitos-humanos> ;

Desta feita, a Nota Técnica 5188041 se propõe a analisar brevemente em que medida a Lei nº 14.284/2021 atende adequadamente aos ditames da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal e ao conceito de Renda Básica de Cidadania da Lei nº 10.835/2004, tendo por principal horizonte os estudos realizados na Nota Técnica nº 1 (Renda Básica da Cidadania: o dever jurídico de combate à fome e à pobreza, 4529437(SEI 08038.001006/2022-01).

DPU sugere adequações ao Programa Auxílio-Brasil

Criado: 29 Junho 2022

[renda básica](#) [auxílio brasil](#)

Brasília - Em nota técnica, a Defensoria Pública da União (DPU) sugere adequações na lei (nº 14.284/2021), que instituiu os benefícios Auxílio Brasil e Alimenta Brasil. Por meio do Comitê Renda Básica de Cidadania, a instituição aponta a necessidade de elevação do valor do benefício, de adoção de critérios mais isonômicos, sem condicionantes, na concessão, e de caráter permanente, para garantir segurança jurídica aos beneficiários.

O trabalho analisou a lei à luz do Mandado de Injunção nº 7.300, no qual o Supremo Tribunal Federal determinou a implementação, a partir de 2022, do programa renda básica da cidadania e a unificação dos programas sociais de transferência de renda.

Segundo a nota, há pontos sensíveis que indicam divergência com relação aos parâmetros fixados na decisão do STF:

- A forma de cálculo do benefício;
- A diferenciação dos benefícios a partir de condicionantes e critérios de distinção;
- O valor atual do benefício;
- A previsão de possibilidade de não pagamento aos beneficiários, em razão de lista de espera; e,
- A possibilidade de consignação do valor do benefício.

Os defensores e defensoras integrantes do Comitê apontam que a forma de cálculo do Auxílio-Brasil merece aprimoramento, pois os valores dos benefícios previstos na Lei nº. 14.284/2021 variam consideravelmente a depender da composição familiar, contrariando a previsão da Lei da Renda Básica da Cidadania, que determina o pagamento de benefício de igual valor para todos. Além disso, a nova lei previu a fragmentação de benefícios e a imposição de condicionalidades que podem dificultar o acesso da camada mais vulnerável à política de transferência de renda.

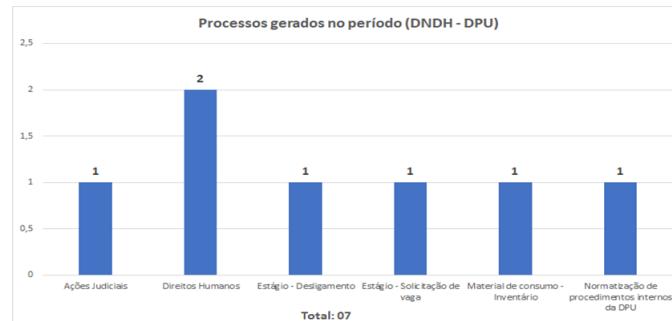
Outro ponto analisado é a necessidade de modificar o critério das famílias elegíveis para incluir aqueles núcleos familiares que sobrevivem com renda per capita familiar de até ¼ do salário mínimo para a extrema pobreza e meio salário mínimo para a pobreza. Por fim, o Comitê aponta que o voto ao artigo 21 da Lei nº. 14.284/2021 pode resultar em inadequada fila de espera para o acesso ao benefício, bem como que a possibilidade de empréstimo consignado ensejar o endividamento das famílias mais vulneráveis.

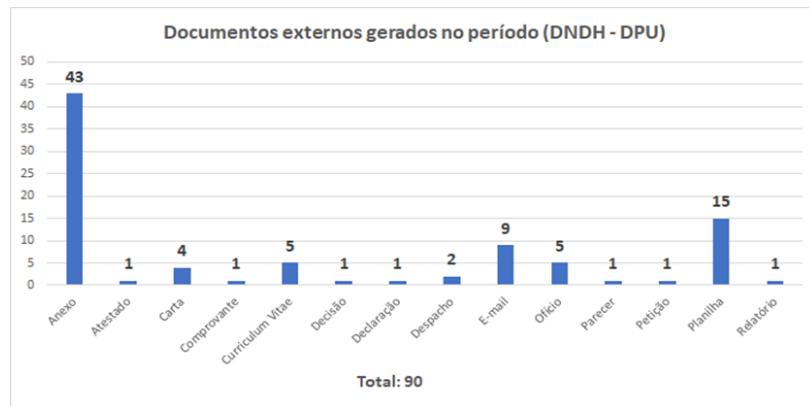
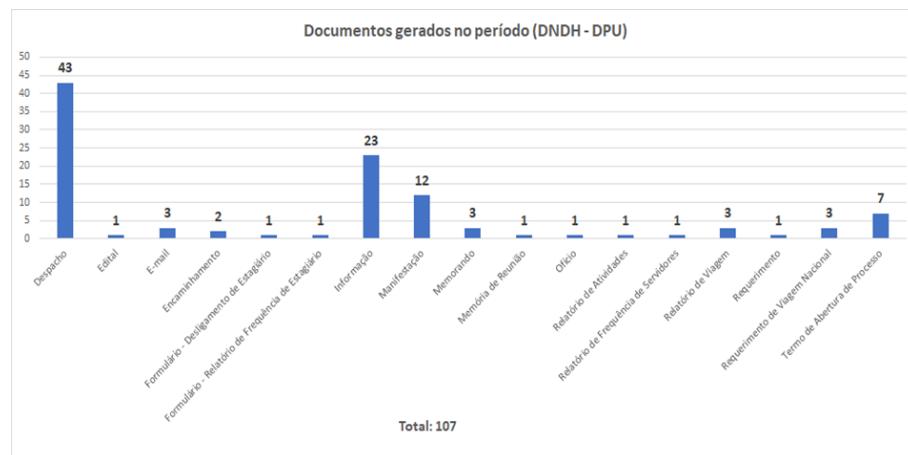
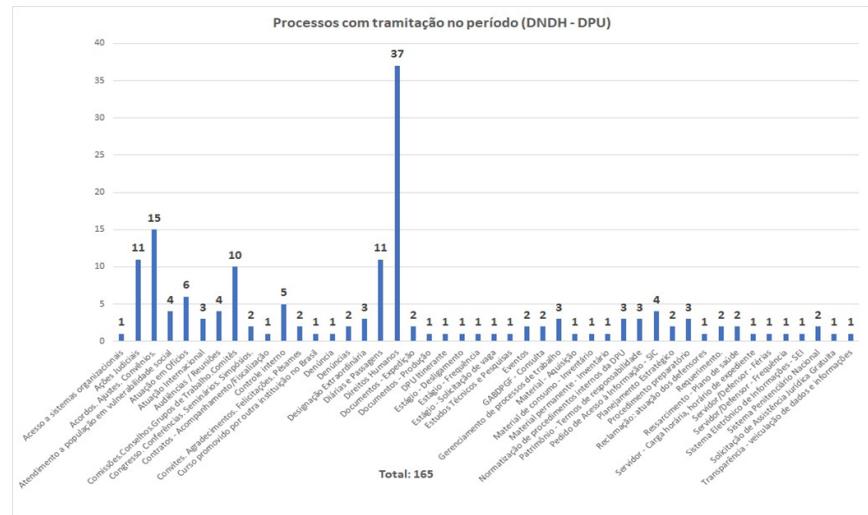
A nota técnica sugere, então, as seguintes adequações no programa:

- A adoção de critério per capita, sem condicionantes ou critérios de distinção, exceto aqueles relacionados ao estabelecimento de prioridades em razão do grau de vulnerabilidade social;
- A elevação do valor do benefício a fim de assegurar o gozo dos direitos mínimos;
- A segurança jurídica de concessão de benefício aos que cumprirem os requisitos e;
- A impossibilidade de consignação do valor do benefício.

Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/69233-dpu-sugere-adequacoes-ao-programa-auxilio-brasil>;

— Estatísticas da Unidade no Período (Junho 2022)





— Processos Instaurados na Unidade

08038.005909/2022-52 - Procedimento instaurado para viabilizar a articulação entre o Gabinete do DNDH e a ASPLAN a fim de que seja verificada a possibilidade de criação de mecanismo de filtragem de dados do Sistema DNDH-DRDH a ser inserido o BI do "DPU em números" do site da DPU, como forma de dar cumprimento à Resolução CSDPU n. 183/21. Termo de Abertura de Processo (5253349). Despacho (5253395);

2.08038.006207/2022-96 - Procedimento instaurado em função do Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) nº 2022/029-01195, que trata de demanda

individual, instaurada em 20/04/2022, tramitada ao DNDH (em 05/05/2022), para análise acerca da possibilidade de medida coletiva contra a ilegalidade no cálculo do auxílio-reclusão, sem prejuízo da continuidade com as demandas individuais, bem como à CCR para verificação da possibilidade de construção de tese para divulgação aos defensores. Termo de Abertura de Processo (5249418);

08038.006709/2022-17 - Processo instaurado considerando a necessidade de organização da memória do processo seletivo simplificado para estagiário(a) de Graduação no âmbito do DNDH. Termo de Abertura de Processo (5271564). Edital 5271579. E-mail (5276469). Memorandos (5322545, 5304818);

08038.007118/2022-67 - Processo instaurado com o intuito de abarcar todas as informações de movimentação patrimonial atinentes a DNDH. Assim sendo, a abertura deste se justifica na necessidade de acompanhamento e formalização documental. Termo de Abertura de Processo (5281574). Encaminhamento (52815950):

08038.007643/2022-82 - Processo instaurado em função do Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) nº 2022/044-00509, por meio do qual a Exma. Defensora Pública Federal Titular identifica a potencial ocorrência de violações de direitos humanos em procedimento de reintegração de posse de área do exército ocorrida em desfavor de 50 mil famílias que ocupam a área há mais de 40 anos, com risco de colocação de mais de 2.000 famílias em situação de rua, e sugere atuação da DPU a partir do ajuizamento de Reclamação Constitucional perante o Supremo Tribunal Federal. Termo de Abertura de Processo (5294753). Despacho (5294759);

— Atividades Fins (Recomendações, Notas Técnicas, Manifestações, etc.)

08038.003180/2022-80 - Eleições para a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Recomendação. Despacho (5257248);

08038.004816/2022-19 - Informações sobre participação do XXIV Curso Oficial de Preparação para a Carreira de Defensores Públicos Federais no dia 24/05/2022. Despacho (5289277);

08038.003646/2022-47 - Encontro Regional dos Defensores Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Despacho (5257616);

08038.005341/2022-70 - Audiência Pública. Debates sobre o reajuste previsto para os planos de saúde em 2022. Despacho (5274949);

08038.005464/2022-19 - Processo Administrativo nº 1.34.001.004703/2020-15. Procedimentos específicos sobre combate à intolerância religiosa no Estado de São Paulo. Despacho (5253164);

08038.007180/2022-59 - Resolução do CNJ sobre a criação do Grupo de Apoio à Solução Pacífica das Ações de Reintegrações de Posse – GASPAR. Despacho(5292020);

08038.006442/2022-68- Convite de reunião realizado pela Sra. Fabíola Real, Assessora Nacional em Direitos Humanos. Despacho (5267000);

08038.007804/2022-38 - Convite para participação em seminário virtual promovido pela Red de Instituciones Nacionales para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del Continente Americano (RINDHCA). Despacho (5300949);

90510.000020/2019-31 - Ciência da Ata de Reunião da CIDH (5309454). Informação (5309587);

90510.000024/2019-10 - Ciência da Ata de Reunião da CIDH (5277598). Informação (5282336);

08038.000530/2021-75 - Ciência da PORTARIA GABDPGFDPGU Nº 586, de 15 de junho de 2022. Informação (5298589);

08038.006684/2022-51 - Divulgação às DRDH's da 1ª Conferência de Treinamento da América Central AIDEF 2022. Informação (5275055);

08038.007353/2022-39 - Divulgação do evento: Conversatório Internacional "Protocolos de Biossegurança Aplicados em Prisões em virtude do Estado de Emergência Sanitária: Um olhar para as Pessoas Privadas de Liberdade". Informação (5288986);

08178.000524/2016-56 - Pedido de informações formulado por assistido da DPU (PAJ 2016/014-06060). Despacho(5268584);

08038.009458/2017-65 - Assessoria das DRDH's. Despacho (5259944);

08038.001178/2019-71 - Ponto focal na implementação do plano de trabalho decorrente de Memorando de Entendimentos firmado entre a Defensoria Pública da União e a Defensoría del Pueblo da Bolívia. Despacho (5314778);

08038.002958/2019-38 - Reunião com a Defensoría del Pueblo da Colômbia. Despacho (5279674);

08038.006156/2021-11 - ADPF nº742 - Enfrentamento da Covid-19 junto às Comunidades Quilombolas. Despacho (5267315);

08038.011701/2021-91 - Habeas Corpus n. 165.704- substituição da prisão

cautelar dos pais e responsáveis por crianças menores e pessoas com deficiência por prisão domiciliar. Despacho (5250671);

08038.015182/2021-31 - Informações sobre atuação referente ao Programa Bolsa Permanência Despacho (5297948). Informação (5311262);

08038.016800/2021-60 - Solicitação de Informações acerca da Recomendação 4340331 DPGU/DNDH. Despacho (5268495);

08184.000210/2022-12 - Elaboração e divulgação da Nota Técnica nº 2 - DPU SP/GABDPC SP/1DRDH SP. Despacho(5294792);

08038.002189/2022-73 - Consulta individualizada de acesso público das famílias analisadas como elegíveis, para seleção, segundo dotação orçamentária, do Programa Auxílio Brasil (MP 1.0061/2021 convertida na Lei 14.284/2021 e regulamentada pelo Decreto 10.881/2021) e do Auxílio Gás dos Brasileiros (Lei 14.237/2021. Despacho (5266175);

08038.005891/2022-99 - Convite para que o DNDH titular integre a Comitiva de Senadores da República que fará visita de monitoramento de direitos humanos em Aracaju e Umbaúba/SE que ocorrerá nas datas de 13 e 14 de junho. Despachos (5278660, 5258890). E-mail (5260898). Ofício (5259032). Requerimento de Viagem Nacional (5266912);

08038.006004/2022-08 - Audiência Pública - Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Desdobramentos da "Chacina de Acari". Despachos (5250011, 5274964);

08038.004951/2022-56 - Proposta de protocolo de atuação em Direitos Humanos para Defensorias Públicas na defesa de catadoras/es de material reciclável e reutilizáveis. Despacho (5294534);

08038.005785/2022-13 - Providências em relação à Recomendação nº 18, de 13 de maio de 2022 deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, que recomenda ao CNJ, ao MPF, à DPU e AGU, ações que contribuam com a efetivação do Direito à Memória e à Verdade. Despachos (5250678, 5273296). Manifestação (5288943). Informação (5298614);

08172.000322/2022-11 - Atuação em PE em razão da declaração de calamidade pública e situação de emergência decorrentes das fortes chuvas no Estado. Despachos (5287377, 5254721, 5251134). Memória de Reunião (5256949). Relatório de Viagem (5279578) Requerimento de Viagem Nacional (5256862);

08038.006158/2022-91 - Incorporação irregular de demandas de benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social pela rede socioassistencial. Despacho (5249929);

08038.006994/2022-76 - Solicitação de ajuizamento de ACP a fim de garantir que a Caixa Econômica Federal notifique pessoalmente todos os beneficiários e herdeiros que tenham direito ao levantamento dos valores determinados pela MPV946/20. Despacho (5292339, 5319480);

08038.007435/2022-83 - Sugestões trazidas pelo requerente, via ‘Fale Conosco’ para que sejam fiscalizados todos os procedimentos nas delegacias, fóruns de justiça e tribunais de justiça com apoio territorial das DPE's. Despacho (5319572);
3.08038.002605/2022-33 - Acompanhamento da ação em favor das comunidades quilombolas de Alcântara-MA, no período de 27 de junho a 01 de julho de 2022. Informação (5279908);

08038.003053/2022-81 - Implementação do projeto de lei de iniciativa popular “tarifa justa”. Informação (5274565);

08175.000555/2022-85 - Consulta pública. Resolução CNJ. Protocolos pacíficos e consensuais para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis. Informação (5279740);

08038.002827/2022-56 - Acompanhamento do Sr. Clément Voule, Relator Especial sobre direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) em missão na cidade de Salvador nos dias 31/03/2022 a 01/04/2022. Relatório de Viagem (5323210);

08038.005409/2022-11 - Reunião dos empossados ao VI concurso dos Defensores e Defensoras Público Federais. Participação em curso de formação. Relatório de Viagem. Relatório de Viagem (5261047);

08038.006019/2022-68 - Ofício do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que informa sobre situação financeira de pessoa em Programa Federal de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. E-mail (5261168);

— Administrativo/Secretaria

08038.004035/2022-16 - Conciliação do Inventário Patrimonial Informação (5300089);

08038.006413/2022-04 - Novo Formato para o Fornecimento de Garrafas de Café. Informação (5275161);

08038.006416/2022-30 - Resmas de papel. Informação (5275093);

08038.006526/2022-00 - Obrigatoriedade do uso do crachá. Informação (5274933);

08038.001805/2022-79 - Fluxograma e minuta da Instrução Normativa do processo de trabalho de banco de dados atualizado sobre procedimentos de direitos humanos e coletivos. Despacho (5257843);

08038.004424/2022-41 - Correção de erro material do Requerimento de Viagem Nacional DNDH 5207505. Despacho (5296576);

90513.000167/2022-05 - Solicitação de informações SGE: "Como é realizada a divisão de cada categoria da Defensoria Pública. Despacho (5257870);

90513.000177/2022-32 - Solicitação da SGE ao DNDH de disponibilização de informações relativas ao atendimento de pessoas com deficiência pelas Defensorias Públicas. Despacho (5266116);

90513.000178/2022-87 - Solicitação da SGE ao DNDH de disponibilização de informações relativas ao número de pessoas com deficiência, privadas de liberdade, que recebem atendimento preferencial pela Defensoria Pública. Despacho (5257853);

08038.008284/2022-81 - Desligamento de Estagiário Formulário - Desligamento de Estagiário (5322416). Memorando (5322407);

08038.008070/2022-12 - Frequência de Estagiário Formulário - Relatório de Frequência de Estagiário (5315337);

08038.008126/2021-40 - Auditoria 5289450 – DPGU/SGCIA DPGU/SÃO DPGU. Informações (5318506, 5305625);

08038.000026/2022-56 - Procedimentos pós-mudança e verificação de conformidade do Inventário. Informação (5271284);

08038.000081/2022-46 - Escala de trabalho presencial dos terceirizados que atendem à DPGU e Unidades DPU em Brasília - Período compreendidos de 01 a 31 de julho de 2022. Informação (5270664);

08038.003563/2018-71 - Frequência de Servidores. Relatório de Frequência de Servidores. (5254139);

08038.071743/2020-09 - Relatório de Atividades. Relatório de Atividades. (5264746);

08178.000118/2016-93 - Ressarcimento de plano de saúde. Dependentes.

Informações (5323102, 5323198);

08038.007545/2022-45 - Ciência da Instrução Normativa nº 100 de 09/06/2022.
Informação (5304634);

— **No Âmbito dos DRDHs/CODR**

08038.004160/2022-26 - Incentivos para designação de Defensor/a Regional de Direitos Humanos. Resolução CSDPU nº 183/2021. Despacho (5259361);

08160.000141/2022-15 - Designação de Defensor/a Regional de Direitos Humanos do Estado de Sergipe. Resolução CSDPU nº 183/2021. Despachos(5263553, 5294012);

08147.000079/2022-30 - Deslocamento de DRDH/MT Manifestação
(5310541);

08135.000110/2022-71 - Deslocamento de DPF/SE. Manifestação (5294391, 5289083,5289092);

08139.000580/2022-03 - Deslocamento de DRDH/MG. Manifestação (5250571);

08155.000159/2022-96 - Deslocamento de DRDH/PB. Manifestação (5254070);

08162.000132/2022-12 - Deslocamento de DRDH/MA. Manifestação (5267300);

08132.000130/2022-72 - Recebimento de Tablet. Manifestação (5296898);

08178.000268/2022-45 - Deslocamento de DRDH/BA. Manifestação (5311503);

08143.000153/2022-58 - Deslocamento de DRDH/MS. Manifestação (5314498);

108178.000272/2022-11 - Deslocamento de DRDH/BA. Manifestação (5315595);

08166.000110/2022-12 - Ciência de Decisão GABDPGF DPGU (5320855). Deserção do edital de DRDH/PR substituto. Informação (5321558);

— **No âmbito da CTCO**

— **Paj Enviados/Abertos - Junho/2022**

08038.017690/2021-53 - Paj Coletivos referentes a Programa Bolsa Permanência. Informação (5257376);

2021/001-01191 - Trata-se de assentamento Oziel Alves III, na região de

planaltina DF, onde estariam havendo cortes da CEB a prejudicar a habitação digna dos moradores, além da necessidade de regularização fundiária. (MORADIA e CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/001-00736 - Trata-se de PAJ instaurado tendo em vista que o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura (MNCT), composto por 11 (onze) peritos e peritos, visa acompanhar a questão da tortura e da execução penal no DF, no entanto, desde 2016 vige norma local (Portaria 08 de 25.10.2016 da VEP/DF) que impede e limita a atuação do MNCT, notadamente em seus arts. 26 a 31.(SEI 08038.003013/2022-39) – ACP nº 10177253320224013400 (PESSOAS PRESAS/COMBATE A TORTURA);

2022/001-02649 - Demanda trazida ao Sistema DRDH via informação da CCR Cível com extrato de diversos casos individuais sobre possibilidade de aumento de opções de regularização/negociação - alongamento de prazo de pagamento, do FIES. (EDUCAÇÃO/FIES);

2022/014-02174 - Inclusão formal de famílias na relação de beneficiários do Projeto de Assentamento Monte das Oliveiras; (MORADIA/ASSENTAMENTOS);

2016/007-00759 - Diligenciar coletivamente em prol das vítimas da violência obstétrica, cooperando com as redes de apoio às mulheres para proporcionar um meio de defesa de seus direitos. (SAÚDE/VIOLÊNCIA OBSTETRICIA/MULHERES);

2022/014-02182 - Regularização fundiária do território tradicional reivindicado pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Acupe, em Santo Amaro/BA. ACP nº 1006599-68.2017.4.01.3300; (COMUNIDADE QUILOMBOLA/CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/002-00568 - Devolução automática em razão da ausência de movimentação dos valores do auxílio emergencial (Lei 10.316/2020). ACP 10255813920224013500; (AUXILIO EMERGENCIAL/DEVOLUÇÃO DE VALORES);

2022/002-01272 - Verificação do cumprimento dos arts. 14 a 20 da Resolução 7/2010 da ANVISA acerca dos Leitos de UTIs vinculados ao Hospital das Clínicas da UFG / EBSERH; (SAÚDE);

2022/012-01000 - Duplicação de nomes dos candidatos aprovados em cadastro de reservas, na lista de ampla concorrência e reservada a cotas para negros, no bojo do concurso para Assistente de Administração da UFMA; (CANDIDATOS COTISTAS NEGROS/DEFICIENTES DUPLICADOS);

2022/029-01715 - Trata-se de PAJ instaurado pela intimação recebida do

cumprimento de sentença nº 5001088-19.2022.4.04.7000, que trata sobre acordo firmado entre o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), o Estado do Paraná, o Município de Araucária e com a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS), nos autos distribuídos à 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apelações cíveis sob nº 5071436-43.2014.4.04.7000 (evento 286), nº 5082462-38.2014.4.04.7000 (evento 244) e nº 5081785-08.2014.4.04.7000, com o objetivo de dar fim às questões discutidas nos mencionados processos. (QUESTÕES SOCIO AMBIENTAIS/CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2021/016-06566 - A pretensão da assistida é aposentadoria por tempo de contribuição, devendo ser considerados recolhimentos previdenciários efetuados pela autora, na qualidade de contribuinte facultativa de baixa renda que não foram validados pelo INSS. Proc.Jud. 51088558120214025101. (PREVIDÊNCIA E ASSISTENCIA SOCIAL/APOSENTADORIA);

2021/080-00154 - PAJ instaurado devido solicitação das COMUNIDADES E ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES, PESCADORES E RIBEIRINHOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU DO MUNICIPIO DE ANAPU enviada à DPU. ACP 10006843320214013903 (INDÍGENAS/COMUNIDADES TRADICIONAIS/MEIO AMBIENTE);

2022/012-01170 - Provocação da COECV. Defesa coletiva do quilombo de José Domingos dos Pretos (São João do Sóter-MA), nos autos de Interdito Proibitório que tramita sob o nº 1000652-49.2021.4.01.3702 na Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Caxias-MA. Relatos de conflito socioambiental e disputa de terra com registro de ameaças e crimes ambientais. (COMUNIDADES QUILOMBOLAS/MEIO AMBIENTE);

2022/007-01317 - Atuar na assistência de eventuais requeridos que se encontrem em situação de hipossuficiência econômica na área da fazenda Beira Rio, situada no final do Ramal do 52, lado esquerdo, km 29, margem esquerda do Rio Endimary em Boca do Acre no Amazonas. ARP nº 1005565- 28.2021.4.01.3200 (MORADIA e CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/017-01589 - MANDADO DE SEGURANÇA nº 50158195720224025001, impetrado pela DPU e DPE contra CEF, para acesso a informações, objetivando resposta ao Ofício DPU-DRDH/DPES-NUDAM nº 29 de 2021 (CEF/ACESSO INFORMAÇÕES);

2022/017-01851 - apurar ausência de realização de perícias do INSS em Colatina, dentre outras regiões interioranas. (PERÍCIAS/ PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL);

2022/017-01915 - auxiliar o município a implementar uma atuação em rede em prol da ILPI Recanto da Vida e outras ILPIs locais que contemple a atuação da DPU e outros órgãos públicos. A ILPI Casa de Repouso Recando da Vida (Antigo Lar Gonçalves e Pai Abraão) – está sob intervenção judicial e sob administração temporária da Prefeitura Municipal de Colatina. (CASA DE REPOUSO/INTERVANÇÂO JUDICIAL);

2022/017-01947 - apurar a informação prestada pelo Diretor de Secretaria da Subseção de Colatina/ JFES, que o serviço de atermação não está disponível na localidade, mas, apenas, na Seção da Capital, em Vitória/ES. (SERVIÇOS DE ATERMAÇÃO/JURÍDICO);

2022/029-01792 - PAJ instaurado em virtude de ofício encaminhado pelo Ministério Público de Paranaguá, com a informação de registro da Notícia de Fato nº MPPR-0103.22.000547-6, na 2ª Promotoria de Justiça de Paranaguá, acerca de ausência de pedido de autorização da ASPAR (Associação de Surf de Paranaguá) aos(as) integrantes das comunidades tradicionais, nativos e nativas da Ilha do Mel. (COMUNIDADES TRADICIONAIS E NATIVAS);

2022/003-01985 - PAJ instaurado em razão da previsão editalícia 9.1, "g", que determina a eliminação dos candidatos que tiverem curso superior iniciado na UFPA (CONCURSO/UNIVERSIDADES/EDITAL);

2022/005-00762 - Disponibilidade de abrigo para refugiados que não sejam provenientes da Venezuela. (MIGRANTES/REFUGIADOS E APATRICIDAS);

2022/034-00867 - Prestar assistência jurídica em prol dos candidatos que não conseguiram realizar o cadastramento na chamada regular do SISU para ingressarem na UFPB em razão de problemas técnicos no sistema SIGAA. (CADASTRAMENTO SISU/CANDIDATOS);

2022/044-00509 - Reintegração de Posse (Proc. 0005460-58.2013.4.01.3100) da área Travessa Fortunato Perez e Redondezas no Novo Buritizal, de titularidade do exército. (MORADIA, CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/012-01251 - Beneficiários do INSS e a demora excessiva no agendamento de perícias junto ao INSS no Maranhão (SAÚDE/PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL);

2022/002-01389 - Verificação da redução do repasse de valores pelo Ministério da Saúde referente às cirurgias cardíacas pelo SUS no Estado de Goiás. (SAÚDE/PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL);

2022/014-02485 - Acessibilidade para pessoas com deficiência nas dependências

da Universidade Federal da Bahia, sobretudo no prédio onde funciona a Faculdade de Direito. (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/UNIVERSIDADES);

2022/002-01455 - Verificação da exclusão de alunos da Universidade Federal de Catalão do programa de Bolsa Permanência no período da pandemia (2020 a 2022). (BOLSA PERMANENCIA/EDUCAÇÃO);

2022/002-01456 - Verificação da exclusão de alunos da Universidade Federal de Jataí do programa de Bolsa Permanência no período da pandemia (2020 a 2022) (BOLSA PERMANENCIA/EDUCAÇÃO);

2022/002-01460 - Verificação da exclusão de alunos do Instituto Federal de Goiás do programa de Bolsa Permanência no período da pandemia (2020 a 2022) (BOLSA PERMANENCIA/EDUCAÇÃO);

2022/002-01462 - Verificação da exclusão de alunos do Instituto Federal Goiano do programa de Bolsa Permanência no período da pandemia (2020a 2022) (BOLSAPERMANENCIA/EDUCAÇÃO);

2022/002-01464 - Verificação da exclusão de alunos da Universidade Federal de Goiás do programa de Bolsa Permanência no período da pandemia (2020a 2022). (BOLSA PERMANENCIA/EDUCAÇÃO);

2022/080-00169 - grupo indígena da Aldeia Itkoum, sofreu um naufrágio a caminho da cidade de Altamira, por conta do barramento da UHE Belo Monte. (POVOS INDÍGENAS/ UHE BELO MONTE);

2022/029-01908 - PAJ instaurado para acompanhamento da Ação de Reintegração/Manutenção de posse ajuizada pela INCORPORADORA E ADMINISTRADORA ARVOREDO LTDA, em face da Quilombo Rio Verde (Guaraqueçaba/PR), autuada sob n. 5002659-69.2020.4.04.7008. (COMUNIDADE QUILOMBOLA/CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/012-01316 - Problemas na marcação de consultas e exames médicos no HU-UFMA. (SAÚDE/HOSPITAL UNIVERTITÁRIO/MA);

2022/012-01317 - Projeto Lares de Idosos. Assistência jurídica para obtenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS pela Associação Lar São Francisco de Assis, no Município de Imperatriz/MA, organização sem fins lucrativos reconhecida como entidade beneficiante de assistência social a idosos. (PESSOAS VULNERÁVEIS/IDOSOS/ASSISTENCIA SOCIAL);

2022/032-00697 - possibilidade de ajuizamento de reclamação constitucional perante o STF, considerando que o ato ilegal foi praticado pelo Estado de Sergipe,

no sentido de reaver mais de R\$ 360 milhões em valores nominais do FUNDEB de Sergipe, ilegalmente utilizados para fins diversos daqueles estabelecidos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) – LDB – e na Lei do FUNDEB então vigente (Lei nº 11.494/2007). (APROPRIAÇÃO INDÉBITA/USO IRREGULSR DE RECURSOS);

2021/005-02119 - Trata-se de Processo de Assistência Jurídica (PAJ) instaurado para atuar quanto as reivindicações na proposta de unificação (3 abrigos), Moradores do abrigo do Pintolândia, Nova Canãa e Tancredo Neves, para o abrigo Rondon 3. (MORADIA);

2022/012-01306 - Inclusão de STEND na lista do SUS. (SAÚDE);

2022/012-01330 - Irregularidades no loteamento do Povoado de Perna, localizado no município de Itapecuru Mirim/MA. Algumas famílias não teriam sido cadastradas, enquanto outras foram irregularmente inseridas no cadastramento. (MORADIA/CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

2022/012-01360 - Denúncia de loteamento irregular do Povoado Bacabal e invasão da área do Povoado Porão dos Pirrós, localizados em Pinheiro/MA. Relato de conflito iminente. (MORADIA/CONFLITOS FUNDIÁRIOS);

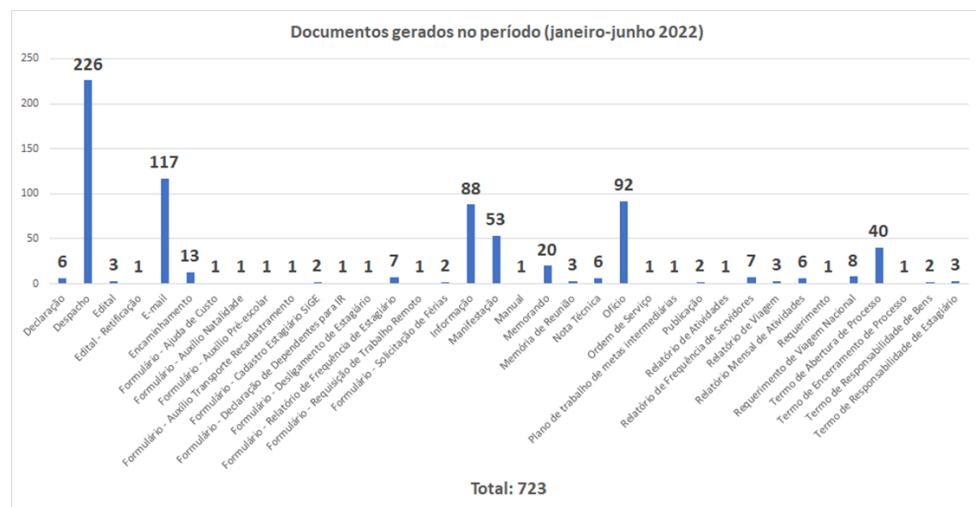
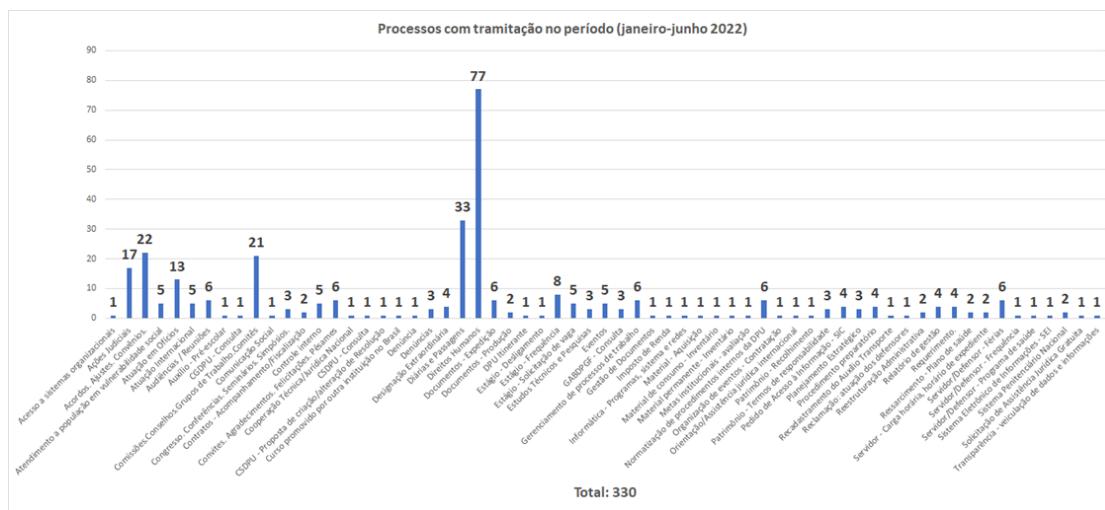
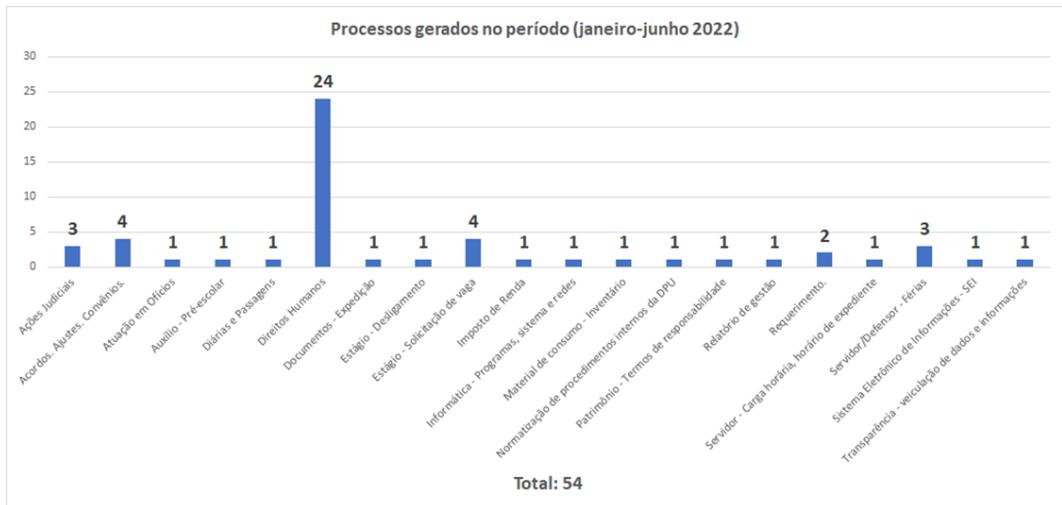
2022/014-02552 - Tratar sobre o impacto causado pela construção da ponte Salvador-Itaparica às comunidades tradicionais de povos de terreiros e outras. (MORADIA/COMUNIDADES TRADICIONAIS);

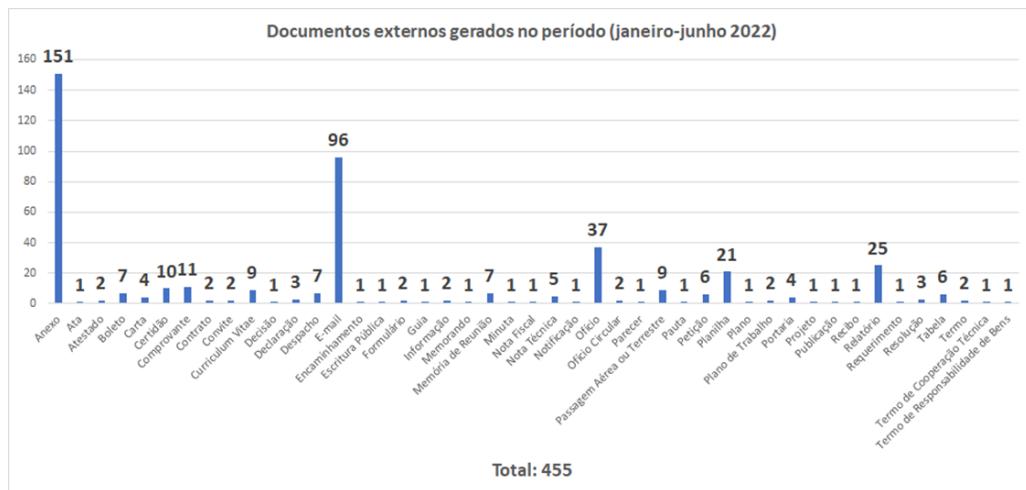
2022/032-00790 - Fiscalizar, acompanhar e promover medidas necessárias em face da abordagem policial ocorrida em Umbaúba/SE por policiais rodoviários federais que ensejou na morte do cidadão G.J.S ante a asfixia proporcionada na viatura. Processo Administrativo Disciplinar nº 08650.048574/2022-30 (TORTURA/ABORDAGEM POLICIAL);

20 PAJs arquivados no período.

Reuniões	12
Audiências Públicas	04
Notas Técnicas	01

— Estatísticas da Unidade no Período (Janeiro - Junho de 2022)





Eis apenas algumas das atuações do Gabinete da DNDH no primeiro semestre de 2022. O Gabinete do DNDH estará sempre de portas abertas, através do e-mail gabinete.dndh@dpu.def.br para atuação coordenada.

Atenciosamente,

ANDRÉ RIBEIRO PORCIÚNCULA
Defensor Nacional de Direitos Humanos Titular

ANDRÉ CARNEIRO LEÃO
Defensor Nacional de Direitos Humanos Substituto